

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Faculdade de Gestão e Negócios

Programa de Pós-graduação em Administração

## **O NÍVEL DE COMPARABILIDADE CONTÁBIL DOS PAÍSES DO BRIC**

Darks Fabiano

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Sirlei Lemes

Uberlândia  
2012

DARKS FABIANO

## **O NÍVEL DE COMPARABILIDADE CONTÁBIL DOS PAÍSES DO BRIC**

Dissertação apresentada à Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Profª. Dra. Sirlei Lemes

Uberlândia  
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

F118n  
2012      Fabiano, Darks, 1974-  
            O nível de comparabilidade contábil dos países do BRIC / Darks Fabiano. -  
            2012.

            127 f. : il.

            Orientador: Sirlei Lemes.

            Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
            de Pós-Graduação em Administração.

            Inclui bibliografia.

            1. Administração - Teses. 2. Administração Financeira - Teses. 3.  
            Contabilidade – Normas - Teses. I. Lemes, Sirlei. II.  
            Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
            Administração. III. Título.

---

CDU: 658

**Reitor da Universidade Federal de Uberlândia**  
Alfredo Julio Fernandes Neto

**Diretor da Faculdade de Gestão e Negócios**  
Walter Gomes da Cunha

**Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração**  
Stella Naomi Moriguchi

# **O NÍVEL DE COMPARABILIDADE CONTÁBIL DOS PAÍSES DO BRIC**

**DARKS FABIANO**

Dissertação julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Administração, na área de Gestão Organizacional, Linha de Pesquisa Gestão Financeira e Controladoria, e aprovada em sua forma final pelo programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

Uberlândia, 8 de março de 2012.

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Stella Naomi Moriguchi  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Sirlei Lemes (Orientadora)  
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

---

Prof. Dr. Ernando Antônio dos Reis  
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

---

Prof. Dr. Vinícius Aversari Martins  
Universidade de São Paulo - UFU

## DEDICATÓRIA

*À minha família,  
que incondicionalmente me apoiou  
na realização deste projeto.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, inicialmente, a Deus, que me iluminou durante a realização deste projeto e me deu forças para enfrentar todos os momentos difíceis.

Aos meus pais, João Divino e Ana Maria, agradeço de coração, os ensinamentos que tanto contribuíram para a minha formação.

À minha filha Letícia Fabiano, quero que saiba que todo o esforço do papai é dedicado para você, um presente que Deus me deu. Filha, eu amo você, vamos colher juntos os frutos desta realização.

À minha família, pelo carinho, compreensão, paciência e estímulo dedicados no decorrer do meu curso de mestrado.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sirlei Lemes, pela orientação realizada, pela rapidez e agilidade nas respostas aos meus questionamentos e pelas contribuições fundamentais presentes neste trabalho.

Aos professores Dr<sup>a</sup>. Karem Cristina Ribeiro e Dr. Ernando Antônio dos Reis, pelas contribuições no processo de qualificação, contribuindo para a melhoria do trabalho, bem como pelos ensinamentos nas aulas ministradas durante o curso.

Ao Prof. Dr. Vinícius Aversari Martins, por aceitar o convite para participar da banca de defesa deste trabalho, sobretudo pelas contribuições pertinentes apresentadas.

Aos meus amigos pessoais, colegas de mestrado e aos meus alunos da graduação que sempre estiveram do meu lado nesta caminhada.

Aos professores e funcionários da FACIC e da FAGEN, pelos ensinamentos e desprendimento nos momentos em que deles necessitei.

Aos idealizadores do Programa de Mestrado em Administração, sem os quais nada disto seria possível.

## RESUMO

O objetivo geral da presente pesquisa foi identificar os níveis de comparabilidade internacional e nacional dos relatórios financeiros das empresas oriundas dos países do BRIC. Brasil, Rússia, Índia e China possuem em comum grandes territórios, populações, crescimentos econômicos significativos e presenças importantes na economia e política internacional. A convergência contábil mundial é encarada como um processo necessário para o bom desenvolvimento dos mercados de capitais, podendo ser definida como um procedimento aplicado para o aumento da comparabilidade das práticas contábeis adotadas pelas empresas. Por meio de uma pesquisa descritiva, quanto aos seus objetivos, utilizando-se das técnicas de pesquisa documental e de análise de conteúdo clássica, foram analisadas 298 demonstrações financeiras elaboradas entre os anos de 2006 e 2010, de acordo com os IFRS, USGAAP e normas locais dos BRIC (CPC, RAS, AS, ASBE). A amostra da pesquisa foi composta de um total de 66 empresas listadas pertencentes aos setores de Petróleo e Gás, Siderurgia e Mineração e Energia. Calcularam-se os índices de comparabilidade (*T Index*) internacional e nacional desenvolvidos a partir dos estudos de Taplin (2004) e empregados, recentemente, por Cairns *et al.* (2010). Os resultados apontam uma queda do índice de comparabilidade internacional (*International Index*), consolidado dos países do BRIC. Em relação aos índices de comparabilidade nacional (*National Index*), a China obteve grau de comparabilidade máximo em todos os itens avaliados, a Índia apresentou crescimento e Brasil e Rússia evidenciaram comportamento de queda no indicador. Além disso, os resultados confirmam, para a amostra, que o tamanho das empresas influi diretamente no grau de comparabilidade das práticas contábeis em uso. Em relação às empresas de auditoria, o fato de as demonstrações financeiras serem auditadas pelas empresas globais de auditoria, conhecidas como *Big Four*, foi determinante no fortalecimento da comparabilidade contábil. Finalmente, no tocante aos princípios contábeis em uso, as empresas que recorrem ao IFRS e USGAAP revelaram comportamento de queda de comparabilidade contábil dentro do período analisado.

Palavras-chave: BRIC. Comparabilidade Contábil. *T Index*.



## ABSTRACT

*The overall objective of this research was to identify the levels of national and international comparability of BRIC countries companies financial reports. Brazil, Russia, India and China have in common large territories, populations, significant economic growth and important presence in international economics and politics. The global accounting convergence is seen as a process necessary for the proper development of capital markets, can be defined as a procedure applied to increase the comparability of accounting practices adopted by companies. Through a descriptive study about their goals, using the techniques of documentary research and classical content analysis, 298 financial statements prepared between 2006 and 2010 were analyzed, in accordance with IFRS and U.S. GAAP standards locations of the BRIC (CPC, RAS, AS, ASBEs). The study sample consisted of a total of 66 listed companies belonging to the sectors of Oil & Gas, Steel and Mining and Energy. It's calculated indices of comparability (Index T) national and international developed from Taplin (2004) studies and employed recently by Cairns et al. (2010). The results show a decline in the index of International Index, consolidated the BRIC countries. Compared to the comparability of National Index, China achieved a maximum degree of comparability in all evaluated items, India grew and Brazil and Russia showed a drop in performance indicator. Moreover, the results confirm, for the sample, the size of the companies directly influences the degree of comparability of accounting practices in use. As regards audit firms, the fact that the financial statements were audited by global audit companies, known as the Big Four, was determinant in strengthening the comparability accounting. Finally, concerning the accounting principles used, the companies that use IFRS and U.S. GAAP showed comparable behavior falling within the accounting period.*

**Keywords:** *BRIC. Comparability Accounting. T Index.*

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do <i>International Index</i> – BRIC .....	78
Gráfico 2 – Evolução do <i>National Index</i> – BRIC .....	79
Gráfico 3 – Evolução do <i>National Index</i> – Setores econômicos de atuação .....	82
Gráfico 4 – Evolução do <i>National Index</i> – GAAP em uso .....	86

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronograma de implantação das IFRS na Índia .....	33
Quadro 2 – Níveis da evidenciação contábil .....	39
Quadro 3 – Princípios e implicações das visão tradicional e alternativa .....	40
Quadro 4 – Diferenças significativas entre a IAS 2 e as normas locais (BRIC) .....	53
Quadro 5 – Diferenças significativas entre a IAS 16 e as normas locais (BRIC) .....	55
Quadro 6 – Diferenças significativas entre a IAS 38 e as normas locais (BRIC) .....	57
Quadro 7 – Diferenças significativas entre a IAS 39 e as normas locais (BRIC) .....	60
Quadro 8 – Diferenças significativas entre a IFRS 6 e as normas locais (BRIC) .....	62

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução Produto Interno Bruto dos BRIC .....	22
Tabela 2 – Dados hipotéticos para demonstração do cálculo do T <i>Index</i> .....	51
Tabela 3 – Receita Bruta (US\$ Bi) e quantidade de empresas pertencentes aos BRIC .....	66
Tabela 4 – Quantidade de empresas das amostra de pesquisa .....	67
Tabela 5 – Quantidade de relatórios financeiros analisados .....	68
Tabela 6 – Políticas contábeis adotadas – pelos países do BRIC (2006-2010) .....	70
Tabela 7 – <i>International Index</i> - Consolidado dos países do BRIC (2006-2010) .....	71
Tabela 8 – <i>National Index</i> – IAS 2 (2006-2010) .....	72
Tabela 9 – <i>National Index</i> – IAS 16 (2006-2010) .....	73

	10
Tabela 10 – <i>National Index</i> – IAS 38 (2006-2010) .....	74
Tabela 11 – <i>National Index</i> – IAS 39 (2006-2010) .....	76
Tabela 12 – <i>National Index</i> – IFRS 6 (2006-2010) .....	77
Tabela 13 – Quadro comparativo – <i>International Index</i> – Análise dos BRIC .....	77
Tabela 14 – <i>National Index</i> – Setores econômicos de atuação (2006-2010) .....	80
Tabela 15 – <i>National Index</i> – Empresas de auditoria (2006-2010) .....	83
Tabela 16 – <i>National Index</i> – GAAP em uso (2006-2010) .....	84
Tabela 17 – <i>National Index</i> – Maiores x Menores empresas (2006-2010) .....	87
Tabela 18 – Análise dos resultados – Quadro resumo .....	88

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cronograma de implantação das IFRS no Brasil .....	26
Figura 2 – Roteiro de seleção de empresas .....	65

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 Contextualização da pesquisa .....	13
1.2 Problema e questões de pesquisa .....	17
1.3 Objetivos .....	19
1.4 Justificativa da pesquisa .....	19
1.5 Organização do trabalho .....	20
 <b>2 ASPECTOS ECONÔMICOS DOS PAÍSES DO BRIC .....</b>	 <b>21</b>
2.1 Conceito e abrangência dos BRIC .....	21
2.2 Brasil .....	24
2.3 Rússia .....	27
2.4 Índia .....	30
2.5 China .....	33
 <b>3 INTERNACIONALIZAÇÃO DA CONTABILIDADE .....</b>	 <b>38</b>
3.1 A contabilidade e a evidenciação contábil .....	38
3.2 Benefícios da adoção de Normas Internacionais de Contabilidade .....	41
3.3 Obstáculos à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade .....	44
3.4 A comparabilidade contábil .....	47
3.5 Normas internacionais comparadas às normas locais dos BRIC .....	52
3.5.1 Estoques (IAS 2) .....	52
3.5.2 Imobilizado (IAS 16) .....	54
3.5.3 Ativos Intangíveis (IAS 38) .....	56
3.5.4 Instrumentos Financeiros (IAS 39) .....	57
3.5.5 Exploração e avaliação de recursos minerais (IFRS 6) .....	61
 <b>4 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	 <b>63</b>
4.1 Classificação, métodos e técnicas de pesquisa .....	63
4.2 Caracterização da amostra .....	65
4.3 Instrumentos de análise da comparabilidade .....	68

<b>5 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>69</b>
5.1 Comparabilidade contábil dos países do BRIC .....	69
5.1.1 Análise das políticas contábeis relacionadas aos estoques (IAS 2) .....	71
5.1.2 Análise das políticas contábeis relacionadas ao Imobilizado (IAS 16) ...	72
5.1.3 Análise das políticas contábeis relacionadas aos Intangíveis (IAS 38) ...	74
5.1.4 Análise das políticas contábeis relacionadas aos instrumentos financeiros (IAS 39) .....	74
5.1.5 Análise das políticas contábeis relacionadas à exploração e avaliação dos recursos minerais (IFRS 6) .....	76
5.1.6 Resumo da comparabilidade contábil dos países do BRIC .....	77
5.2 Análise setorial .....	80
5.3 Análise das empresas de auditoria .....	83
5.4 Análise do GAAP em uso .....	84
5.5 Análise do porte da empresa .....	86
5.6 Resumo geral dos resultados obtidos .....	87
 <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	 <b>90</b>
 <b>REFERÊNCIAS .....</b>	 <b>93</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização da pesquisa

A internacionalização dos meios de produção e o aumento do comércio mundial de bens e serviços intensificaram o movimento de transferências de recursos entre as economias, bem como a expansão de empresas para outros países. Este movimento forçou a necessidade de uma linguagem universal, comum e confiável para a tradução do desempenho empresarial (FOSBRE; KRAFT; FOSBRE, 2009). Consequentemente, desencadeou-se um processo de convergência das normas contábeis locais para um padrão unificado de nível internacional.

Nesse contexto, a convergência é encarada como um processo necessário para o bom desenvolvimento dos mercados de capitais, podendo ser definida como um procedimento de aumento da comparabilidade das práticas contábeis adotadas. Normas convergentes estão livres de conflitos lógicos e devem melhorar a comparabilidade da informação financeira (CHOI; FROST; MEEK, 2001).

A demanda por informações contábeis se origina de vários *stakeholders*, como gestores, investidores, credores, empregados, fornecedores, clientes, governos e o público em geral (ALEXANDER; NOBES, 2004). A crescente necessidade de atenuar as diferenças contábeis e promover maior comparabilidade entre as demonstrações financeiras apresentadas pelos diversos países motivou os estudos de contabilidade internacional, em especial, os voltados para a convergência entre os modelos contábeis existentes (MUELLER; GERNON; MEEK, 1997; WEFFORT, 2005; NIYAMA, 2006).

Nesse cenário de constantes mudanças, a convergência contábil mundial assume papel relevante. Nesse sentido, o marco inicial para a emissão das normas internacionais de contabilidade foi o estabelecimento do *International Accounting Standards Committee* (IASC) em 1973. Em 2001, o IASC constituiu o *International Accounting Standards Committee Foundation* (IASCF), uma fundação que abriga o *International Accounting Standards Board* (IASB), caracterizado como o principal corpo de profissionais responsáveis pela efetiva discussão e elaboração das normas contábeis internacionais (LEMES; CARVALHO, 2010). Wyatt e Yospe (1993) observaram que uma das principais razões para a

criação destes órgãos foi avançar a convergência das normas de contabilidade financeira ao redor do mundo.

Emitidas pelo IASB, as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) são destinadas a fornecer um conjunto comum de normas contábeis aplicáveis globalmente, com o objetivo final de reduzir a diversidade dos relatos financeiros (ALI, 2005; WHITTINGTON, 2005).

O grau de comparabilidade e a falta de compreensão dos relatórios financeiros em diferentes países constituem-se em problemas significativos. Neste meio tempo, dois acontecimentos recentes têm acelerado a convergência das normas de informação financeira: o primeiro, ocorrido em 2002 no âmbito da União Europeia (UE), foi a aprovação de um regulamento que obrigou todas as empresas cotadas nos seus mercados regulamentados a seguir as IFRS a partir de 2005; e o segundo, advindo em 2007, em que a SEC (*Securities Exchange Commission*) eliminou a exigência para empresas estrangeiras que adotam as IFRS de reconciliar seus demonstrativos *Form 20-F* para a norma americana, os USGAAP (*United States Generally Accepted Accounting Principles*).

Concomitantemente a esses dois fatos, destaca-se, ainda, que, em setembro de 2002, os órgãos diretores do *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e do IASB, respondendo a uma solicitação do Congresso Americano, visando alcançar maior convergência entre as IFRS e os USGAAP, encontraram-se e firmaram o *Norwalk Agreement*, uma carta de intenções formalizada para a convergência do USGAAP e IFRS.

Desde então, há um grande movimento em direção à convergência das normas contábeis internacionais, por meio da adoção das IFRS. O impacto deste movimento sobre as empresas de todo o mundo é relevante (BARKER, 2003). Países como Brasil, Canadá, Índia e Israel anunciaram a sua adoção a partir do biênio 2010/11. Conforme mencionado anteriormente, a União Europeia (UE), desde 2005, está obrigada a usar as IFRS. A China possui, aproximadamente, 150 empresas listadas na *Hong Kong Exchange* que adotam a norma mundial, Austrália e Nova Zelândia adotaram normas nacionais equivalentes. O Equador e o Chile anunciaram a adoção em 2008 e 2009, respectivamente. Estima-se que, atualmente, as IFRS sejam utilizadas em mais de 100 países (DELLOITE, 2008).

Um conjunto uniforme de normas contábeis pode resultar em melhor comparabilidade das informações financeiras. A mensuração do grau de comparabilidade é obtida por meio de índices empregados para quantificar o grau de similaridade na adoção de regras contábeis por

parte de um grupo de empresas. De concepção semelhante às técnicas estatísticas de probabilidade, eles são empregados para quantificar a probabilidade de que duas ou mais empresas selecionadas aleatoriamente possuam políticas contábeis semelhantes. Esses índices foram introduzidos por Van der Tas (1988) por meio do índice H (*harmony*) e, posteriormente, sofreram melhorias (ARCHER; DELVAILLE; MCLEAY, 1995; HERMAN; THOMAS, 1995; ARCHER; MCLEAY, 1995; TAPLIN, 2004).

Todavia, o processo de convergência contábil e o conseqüente aumento da comparabilidade enfrentam obstáculos. Mueller, Gernon e Meek (1997) apontaram os seguintes motivos para as diferenças contábeis entre os países: (a) a relação entre os negócios e os fornecedores de capital; (b) a proximidade política e econômica com outros países; (c) o sistema legal; (d) os níveis de inflação; (e) o tamanho e a complexidade das companhias; (f) o nível de sofisticação da administração e da comunidade financeira; e (g) o grau de educação e cultura existente em cada país. Um dos aspectos desafiadores dos negócios internacionais é o fato de que não existem dois países com normas ou procedimentos contábeis similares (NOBES, 1998; GERNON; MEEK, 2001).

Além disto, na visão de Weffort (2005), as divergências contábeis encontradas entre os países podem ser justificadas pela análise das particularidades e necessidades dos usuários das informações financeiras, das características das pessoas que as preparam, pelo modo como a organização se insere no modelo contábil vigente, pelos aspectos culturais e outros fatores externos.

Existem argumentos sugerindo que os efeitos nos mercados de capitais com a adoção das normas internacionais possam ser pequenos ou até mesmo insignificantes (JUDGE; LI; PINSKER, 2010), pois ainda permanecem razões para certo ceticismo sobre a premissa de que a obrigatoriedade do emprego dessas normas produza relatórios financeiros mais informativos ou comparáveis (BALL; ROBIN; WU, 2003). O argumento por trás dessa evidência é que a aplicação das normas internacionais de contabilidade envolve considerável julgamento e uso de informações privadas (REZAEE; SMITH, SZENDI, 2010). É provável que as empresas dependam de inúmeros incentivos para a melhoria da informação contábil, influenciados por muitos fatores, incluindo instituições jurídicas, forças do mercado de capitais, bem como suas características operacionais (BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000; ECCHER; HEALY, 2003; HUNG; SUBRAMANYAN, 2007).



Uma pesquisa realizada pela *International Federation of Accountants* (IFAC) revelou que a convergência para um único conjunto de normas internacionais de contabilidade é fundamental para o desenvolvimento econômico, e a maioria dos entrevistados (89%) considera o cumprimento IFRS muito importante (IFAC, 2007). O *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) também apoia o movimento atual em direção à convergência e à utilização de IFRS para os relatórios financeiros, embora reconheça que mudanças precisam ocorrer no cenário de auditoria dos EUA, reguladores e ambientes legais (AICPA, 2007).

O presente estudo se propõe a abordar as empresas oriundas dos países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China) que possuem, em comum, grandes territórios, populações e que, nos anos 2000, vêm crescendo a taxas elevadas e incrementando sua importância na economia e política internacional. Wilson e Purushothaman (2003), pertencentes ao Banco de Investimentos Goldman Sachs, argumentam que, nos próximos 50 anos, o conjunto de países formado por Brasil, China, Rússia e Índia poderá superar o atual G-6 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália) como principal força propulsora da economia global.

Nessa perspectiva, o peso econômico dos BRIC é relevante. Entre 2003 e 2007, o crescimento dos quatro países representou 65% da expansão do PIB mundial. O PIB conjunto dos BRIC já supera o dos Estados Unidos ou União Européia. Em relação ao ritmo de crescimento desses países, em 2000, os BRIC respondiam por 8% do PIB mundial, em 2010, esta participação atingiu 17,7% (WORLD BANK, 2011). Os economistas do Goldman Sachs, citados no parágrafo anterior, previram que o Brasil e a Rússia serão fornecedores dominantes de soja, minério de ferro, petróleo e gás natural, enquanto a Índia e a China serão os fornecedores de produtos manufaturados e serviços.

As quatro nações emergentes apresentam as seguintes identidades: (a) dimensões continentais; (b) inúmeras disparidades internas; (c) liderança e influência regional; (d) nível médio de renda *per capita*; (e) empreendem esforços vigorosos de inserção de suas economias no mundo; (f) consolidam seu posicionamento regional e aumentam a presença e acesso a outros mercados (em especial, os EUA e a Europa); (g) disputam os grandes projetos industriais; (h) possuem grande mercado consumidor; e (i) são grandes em população e recursos naturais, expondo sociedades de grande heterogeneidade e desigualdade social.

O escopo normativo abarcado por este estudo compõe-se das IAS 2, 16, 38, 39, e IFRS 6. A escolha deste conjunto de normas se justifica pela sua ampla aplicação às mais diversas

modalidades de negócio, bem como pela possibilidade de utilização de diferentes práticas contábeis para as normas citadas, fator essencial para a análise da comparabilidade contábil. Em específico, a escolha da IFRS 6 foi motivada pela composição da amostra por empresas do setor de petróleo e gás.

Por fim, cumpre salientar que a amostra desta pesquisa é composta de 66 empresas dos setores de petróleo e gás, siderurgia e mineração e energia pertencentes aos países do BRIC. Considerando o horizonte temporal compreendido entre os anos de 2006 a 2010, analisou-se um total de 298 relatórios financeiros.

Diante desta prévia exposição, percebe-se que o processo de convergência das normas contábeis internacionais, bem como seus impactos são importantes em um cenário em que as transferências de capitais são mais dinâmicas e os investidores dispõem de menos tempo para o processo de tomada de decisão. Outro fator pertinente reside na avaliação do atual estágio de comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas oriundas do BRIC. Tomados em conjunto, Brasil, Rússia, Índia e China constituem-se em poderosos participantes da economia mundial e as suas projeções de crescimento robustecem esta tendência.

## 1.2 Problema e questões de pesquisa

Considerando o movimento de transferências de recursos entre as economias, o fortalecimento do comércio internacional, a expansão das empresas para o exterior, a relevância da participação dos países do BRIC e a movimentação em direção a convergência e maior comparabilidade das normas contábeis internacionais por meio da adoção das IFRS, este trabalho tenciona responder:

**Qual o nível de comparabilidade nacional e internacional das práticas contábeis adotadas pelas empresas oriundas dos países do BRIC?**

Adicionalmente, o presente estudo pretende esclarecer as seguintes questões de pesquisa:

Q<sub>1</sub> (Questão 1): Qual o nível de comparabilidade internacional (*International Index*) das práticas contábeis adotadas nas empresas oriundas dos países do BRIC, calculados com base nas demonstrações financeiras?

Q<sub>2</sub> (Questão 2): Qual o nível de comparabilidade nacional (*National Index*) das práticas contábeis adotadas nas empresas oriundas dos países do BRIC, calculados com base nas demonstrações financeiras?

Q<sub>3</sub> (Questão 3): Existe diferença significativa entre o nível de comparabilidade nacional (*National Index*) das nações pertencentes aos países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China)?

Q<sub>4</sub> (Questão 4): O índice de comparabilidade calculado para as demonstrações financeiras auditadas pelas empresas globais de auditoria, conhecidas como *Big Four*, é maior do que para as não auditadas por estas empresas?

Q<sub>5</sub> (Questão 5): O índice de comparabilidade calculado para empresas de maior Patrimônio Líquido (PL) é superior ao das empresas de menor PL?

As questões Q<sub>1</sub> e Q<sub>2</sub> são amparadas por pesquisas que objetivaram verificar o grau de comparabilidade das práticas contábeis adotadas em diferentes países. Parker e Morris (2001) verificaram a escolha das políticas contábeis de 80 empresas do Reino Unido e Austrália em 1993. Os resultados apontaram para uma comparabilidade nacional (*National Index*) considerável, isto é, T *Index* próximo a 1,000 em ambos os países. Cairns *et al.* (2010) investigaram o uso de mensuração pelo valor justo em 228 empresas britânicas e australianas listadas e, por meio desse estudo, constatarem o crescimento do uso do valor justo nos instrumentos financeiros e pagamentos baseados em ações das empresas tomadas em conjunto em ambos os países. Em geral, a pesquisa apontou um *National Index* em relação às IFRS da ordem de 0,917 no Reino Unido e 0,881 na Austrália, e o *Internacional Index* entre as duas nações atingiu um índice de 0,905.

A questão Q<sub>3</sub> foi suportada pelo estudo de Ali (2006), cujo objetivo foi analisar o grau de convergência e comparabilidade das práticas contábeis em três países do sul da Ásia, a saber: Índia, Paquistão e Bangladesh. Um grau relativamente elevado de convergência foi detectado por parte das empresas indianas em detrimento das empresas pertencentes aos demais países.

As questões Q<sub>4</sub> e Q<sub>5</sub> foram elaboradas por meio do estudo de Chalmers e Godfrey (2004), que estabeleceram a relação direta entre a reputação das empresas de auditoria que atuam globalmente e os altos níveis de evidenciação por parte de suas empresas auditadas. Oliveira (2010), com base em uma amostra composta por empresas brasileiras, argumenta que esta premissa não pode ser aceita. Em relação ao porte das empresas, resultados de estudos

anteriores indicam que índice de *disclosure* obtidos mediante empresas com maiores níveis de Patrimônio Líquido (PL) foram superiores aos calculados para empresas com menores níveis de PL (LOPES; RODRIGUES, 2007; MALAQUIAS, 2008; OLIVEIRA, 2010).

### 1.3 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é identificar os níveis de comparabilidade dos relatórios financeiros das empresas oriundas dos países do BRIC com vistas a responder ao problema de pesquisa proposto.

Para a consecução do objetivo geral, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) observar o comportamento dos índices ao longo de um período de cinco anos;
- b) identificar em quais aspectos normativos os relatórios financeiros obtêm os maiores graus de comparabilidade nacional e internacional; e
- c) buscar relações entre os índices calculados e as seguintes características das empresas analisadas, a saber: (a) país de origem; (b) setor de atuação; (c) empresa de auditoria; (d) GAAP em uso; e (e) porte em função do tamanho do patrimônio líquido (PL).

### 1.4 Justificativa da pesquisa

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade pelas empresas acarreta benefícios econômicos concretos, dentre eles, maior uniformidade e transparência, minimização dos problemas de agência e redução da assimetria de informação (DIAMOND; VERRECCHIA, 1991). O resultado é o fortalecimento da eficiência do mercado de capitais e o desenvolvimento econômico de um país (POWNALL; SCHIPPER, 1999; HOPE; JIN; KANG, 2006).

A literatura sobre a adoção das normas internacionais em países emergentes é escassa (ABD-ELSALAM; WEETMAN, 2003). Por isto, a justificativa acadêmica desta pesquisa reside na apresentação dos aspectos relevantes da adoção das normas internacionais no âmbito dos países emergentes.

Nesse contexto, espera-se que esta pesquisa contribua com as empresas localizadas nos países emergentes, no sentido de utilização das questões e conceitos elencados no estudo como instrumento de avaliação dos aspectos relevantes no cumprimento dos requisitos impostos pelas IFRS.

## **1.5 Organização do trabalho**

O trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos. O primeiro capítulo é dedicado à introdução da pesquisa. Descreve-se o referencial teórico por intermédio dos capítulos Dois e Três. O capítulo Dois destina-se à caracterização dos países emergentes em seus aspectos econômicos. O capítulo Três centra-se na exposição dos conceitos de contabilidade e evidenciação, dos benefícios, dos obstáculos para a convergência contábil mundial, da comparabilidade contábil e uma breve apresentação das normas IAS/IFRS foco do estudo.

Os procedimentos metodológicos utilizados, a tipologia da pesquisa, os critérios de amostragem e os procedimentos de coleta, tratamento e análise dos dados estão relacionados no Capítulo Quatro. No capítulo Cinco, registram-se as análises dos dados obtidos, avaliando os resultados e apresentando as limitações do estudo. No Capítulo Seis tecem-se as considerações finais.

## 2 ASPECTOS ECONÔMICOS DOS PAÍSES DO BRIC

### 2.1 Conceito e abrangência dos BRIC

A sigla BRIC foi cunhada em 2003 e representa o conjunto dos países emergentes Brasil, Rússia, Índia e China. A criação do conceito dos BRIC foi resultado de uma análise econômica prospectiva, realizada pelos economistas Dominic Wilson e Roopa Purushothaman, ambos vinculados ao Banco de Investimentos Goldman Sachs.

Por meio do trabalho citado, intitulado “*Dreaming with BRIC: the path to 2050*”, foram estruturadas as projeções de crescimento das economias dos BRIC até o ano de 2050. Os economistas do Goldman Sachs recorreram a premissas de tendências demográficas, de acumulação de capital e de aumento da produtividade dos países em questão e os resultados foram:

- a) Consideradas em conjunto, as economias dos BRIC poderão superar as seis maiores economias do mundo (G-6) em 2040;
- b) O Produto Interno Bruto (PIB) da China será maior que o do Japão e Estados Unidos em 2015 e 2040, respectivamente;
- c) A Índia poderá ser a terceira economia do mundo, somente atrás da China e EUA, em 30 anos;
- d) A economia da Rússia ultrapassará as economias da Alemanha, França, Itália e Reino Unido até 2050; e
- e) Se o estudo se confirmar, do G-6 atual, em 2050, somente os Estados Unidos e o Japão estarão entre as seis maiores economias do mundo, juntamente com o Brasil, Rússia, Índia e China.

Cumprе ressaltar que não foram levados em conta, na elaboração dessas projeções, os choques econômicos regionais, problemas de agitação política, catástrofes naturais e um adiamento das reformas econômicas e sociais necessárias ao desenvolvimento dos BRIC.

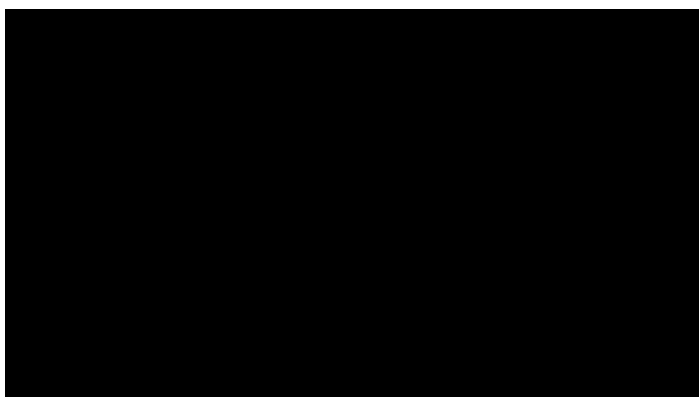
Esses países revelam diferenças entre si, especialmente no que tange a sua cultura, evolução social e estrutura de suas economias, contudo eles possuem um denominador

comum: o desenvolvimento econômico. Os BRIC têm se destacado, notoriamente, em nível mundial, em particular, diante da recente crise financeira, registrando um desempenho econômico muito superior aos das economias avançadas, servindo como uma força importante na promoção da recuperação econômica global (CHEN; ZHANG, 2010).

O rápido crescimento econômico da Índia e da China, a influência geopolítica da Rússia na era da valorização do petróleo e a independência financeira do Brasil em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI) reforçam a estatura global das nações emergentes fora do círculo tradicional dos países desenvolvidos (ROODMAN, 2007).

Nessa condição, os BRIC contribuíram com, aproximadamente, 30% do crescimento econômico mundial entre os anos de 2000-2008, crescimento superior ao verificado em nações industrializadas. Estima-se que, em 2009, ainda sob os efeitos da crise financeira, os BRIC tenham sido responsáveis por 60% do crescimento econômico mundial (KHAN; 2010; BIGGEMANN; FAM, 2011). A Tabela 1, a seguir, ilustra a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) dos países emergentes comparado ao alcançado em nível mundial.

Tabela 1 – Evolução do Produto Interno Bruto dos BRIC (PIB)



Fonte: World Bank (2011)

Considerando o PIB de 2010, a China é a 2ª economia mundial, o Brasil a 7ª, a Índia a 9ª, a Rússia a 11ª, e o conjunto das economias dos BRIC é equivalente a 77% da economia dos Estados Unidos. No entanto os números eram bem diferentes há 10 anos, o Brasil, em 1999, era a 9ª maior economia do mundo, a Rússia a 16ª, a Índia a 12ª, a China a 7ª, e a soma das economias dos BRIC representava 25% da economia dos Estados Unidos. Em termos de crescimento, enquanto os Estados Unidos cresceram 20% nos últimos dez anos, o Brasil

avançou 36%, a Rússia 69%, a Índia 92% e a China 250% nos últimos 10 anos (WORLD BANK, 2011).

Com base nos dados econômicos citados anteriormente, observa-se que os papéis do Brasil, da Rússia e da Índia são ofuscados pela China, contudo a economia desse bloco deverá ter, em 2050, um PIB próximo dos 90 trilhões. Apesar disso, ressalta-se o potencial de crescimento econômico do Brasil e que este poderá, desde que atendidas determinadas condicionantes, ser a quinta economia do mundo em 44 anos, atrás da China, dos EUA, da Índia e do Japão.

Os BRIC possuem grandes diferenças sob o ponto de vista econômico: o Brasil se caracteriza como uma economia com elevada participação do consumo e mercado doméstico forte; a Rússia tem seu desenvolvimento baseado nas vendas externas de commodities energéticas; a Índia se beneficiou do alto volume de exportações de serviços e crescimento de sua competitividade em diversos outros setores; e o desenvolvimento chinês é dirigido pelas exportações de manufaturas, elevadas taxas de investimento e um mercado consumidor interno em franca expansão (IPEA, 2010).

Essas características reforçam o fato de que os BRIC irão consolidar uma posição considerável no cenário econômico mundial; visto que a China é chamada de fábrica do mundo, a Índia se transforma em um grande exportador de tecnologia da informação, o Brasil torna-se detentor de um parque industrial relevante e uma presença no agronegócio internacional, enquanto a Rússia é um dos maiores exportadores mundiais de petróleo e gás natural (BIGGEMANN; FAM, 2011).

Em relação à governança corporativa, e por consequência o ambiente contábil, os BRIC caracterizam-se por empresas cujas estruturas de governança apresentam alta concentração de propriedade (ESTRIN; PREVEZER, 2011), falta de transparência na gestão empresarial (PUFFER; MCCARTHY, 2003), fraqueza das instituições reguladoras de contabilidade e auditoria (SARIKAS; DJATEJ, 2005), gerenciamento de resultados (HAW *et al.*, 1998; WANG, 2001), baixa proteção aos investidores (PISTOR; XU, 2005), grande influência dos conglomerados familiares (CHAKRABARTI; MEGGINSON; YADAV, 2008) e significativo controle estatal das grandes empresas (DING; SU, 2008).

A melhoria desse cenário torna-se primordial aos BRIC, uma vez que Globerman e Shapiro (2003) argumentam que a força da estrutura de governança, o funcionamento de um conjunto de instituições formais, incluindo os direitos de propriedade, a regulação, a



transparência de informações e prestação de contas são imprescindíveis para atrair investimento direto estrangeiro para os países em desenvolvimento e em transição.

Muitos progressos no âmbito institucional e de governança corporativa estão sendo efetivados, prova disto é que, em 2007, as quatro maiores economias emergentes, Brasil, Rússia, Índia e China foram responsáveis por 73% do total dos novos DRs (*Depositary Receipts*) listados em bolsas estrangeiras, 63% do aumento de capital e 48% do valor negociado. Em 2008, a participação destes países no total de empresas estrangeiras atingiu cerca de 20%. Em 2009, o Brasil era o único país dos BRIC classificado pelo FTSE *Global Equity Index Series* na categoria de mercado emergente avançado (WÓJCIK; BURGER, 2010).

Contudo, segundo Bao (2009), esse desempenho nos mercados de capitais é resultado muito mais das expectativas de crescimento econômico dos países emergentes do que das melhorias percebidas no ambiente de governança corporativa. Sua pesquisa, realizada com o objetivo de analisar a utilidade da informação financeira na avaliação de empresas do BRIC demonstrou que os índices financeiros das empresas, em geral, não melhoraram ao longo de 2002 a 2006, indicando que os investidores não estão aplicando seus recursos em empresas dos BRIC motivados por seus desempenhos financeiros.

Outro resultado da pesquisa citada constatou que o porte das empresas dos BRIC tem aumentado significativamente ao longo do período 2002 a 2006, implicando que os investidores aportam capitais em empresas dos BRIC com o objetivo de crescimento. Finalmente, o estudo evidenciou que, apesar da baixa confiabilidade dos relatórios financeiros das empresas do BRIC, há ainda uma associação positiva e significativa do ganho com o preço das ações, visto que os investidores utilizam os lucros divulgados para medir os preços das ações.

## **2.2 Brasil**

Um estudo conduzido por Chen e Zhang (2010) evidenciou as diferenças nos modelos econômicos de desenvolvimento dos BRIC. Segundo o estudo, o Brasil apresenta um crescimento econômico impulsionado principalmente pelo consumo interno, que contribuiu

com 80% do PIB, enquanto as exportações líquidas participaram com apenas 3%. Em relação ao investimento, o Brasil registra uma baixa taxa de 20% do PIB, resultado das altas taxas de juros reais e pesada carga tributária.

A governança corporativa brasileira está em um período de rápida mudança, os mercados financeiros brasileiros são fortemente regulamentados (GORGA, 2006). Em 1976, deu-se a criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a promulgação da Lei das Sociedades Anônimas. No decorrer dos anos 80, o governo concedeu incentivos fiscais para a abertura de capital e, quando estes foram eliminados, muitas empresas voltaram à propriedade privada. Na década seguinte, por meio de um amplo programa de privatização, houve o fortalecimento da governança corporativa (BLACK; CARVALHO; GORGA, 2010).

Em 2000, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) lançou três novos segmentos de listagem de empresas, a saber: Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com regras de governança corporativa mais fortes, maior segurança jurídica na mudança de controle e a obrigatoriedade de apresentação de suas demonstrações financeiras reconciliadas com o IFRS ou USGAAP. Tal ação contribuiu para o fortalecimento do ambiente de governança corporativa no Brasil.

Nesse sentido, o processo de convergência das práticas contábeis nacionais para as normas internacionais requer mudanças significativas na regulação da contabilidade. O Brasil tem exemplos disto: a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); a emissão da Lei 11.638/07; e a tradução e aprovação do *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements* (emitido pelo IASB) por parte do CPC e CVM (CARDOSO, 2008).

Em 2006, o Banco Central do Brasil, por meio do Comunicado 14.259/06, determinou a toda instituição financeira brasileira a obrigatoriedade de elaborar e divulgar suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS, a partir do ano findo em 31 de dezembro de 2010.

A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) emitiu a circular nº. 357 em 26/12/2007, prevendo a elaboração e a publicação das demonstrações financeiras consolidadas das empresas de seguros, referentes ao exercício 2010, em consonância com os pronunciamentos do IASB.

Em 13 de Julho de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil (CVM) emitiu a Instrução Normativa 457, exigindo que as empresas listadas publicassem suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS, a partir do exercício findo em 2010.

As normas brasileiras, em função do processo de convergência para as normas contábeis internacionais, têm sido expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Até o momento, foram lançados 27 pronunciamentos técnicos (CPC), juntamente com 14 interpretações (ICPC) e duas orientações técnicas (OCPC). Destas 43 normas contábeis, 38 são, substancialmente, traduções das IFRS correspondentes (ERNST & YOUNG, 2010).

Em dezembro de 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a partir das IFRS, aprovou o Pronunciamento Técnico relativo à contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PME). Por meio da Resolução 1255/09, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a norma CPC para as PME foi regulamentada por meio da NBC TG 1000 (Contabilidade para PME).

Por isso, a partir de 2010, empresas brasileiras de capital aberto, instituições financeiras, seguradoras, pequenas e médias empresas deverão, obrigatoriamente, elaborar demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS. A Figura 1, a seguir, retrata o cronograma de implantação das normas internacionais no Brasil. Observa-se que, durante o período de transição, compreendido entre os anos de 2007 a 2010, o órgão normativo (CPC) se responsabilizou pelos aspectos regulatórios das normas convergentes às IFRS, ao passo que as empresas promoviam a adequação gradual de seus demonstrativos financeiros anuais para o novo padrão contábil, em função das regulamentações aprovadas pela CVM.

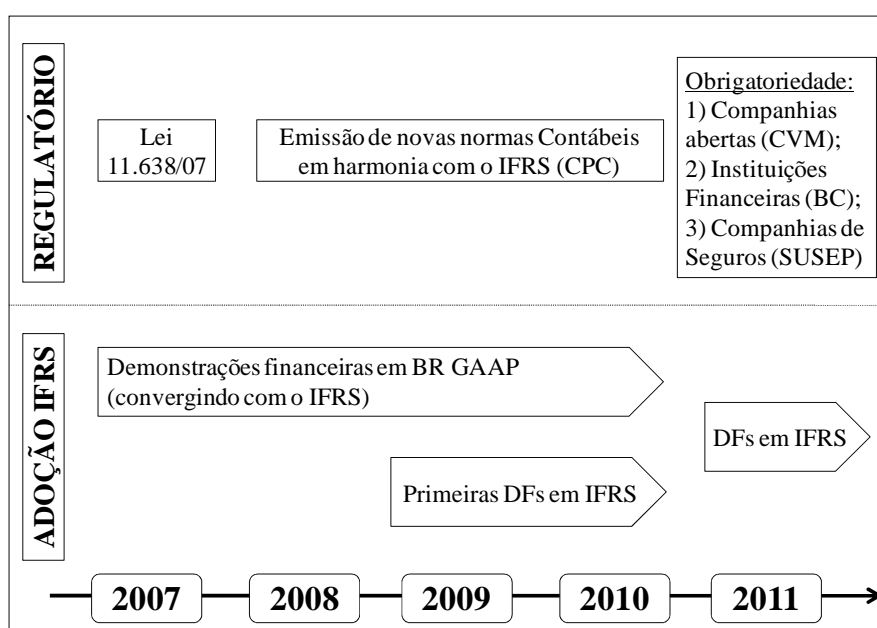


Figura 1: Cronograma de implantação do IFRS no Brasil  
Fonte: Deloitte (2008)

## 2.3 Rússia

A Rússia surgiu a partir da desintegração da União Soviética em 1991. As políticas da *Glasnost*, promovidas no início da década de 1990, trouxeram o aparecimento da propriedade privada no país (MCGEE; PREOBRAGENSKAYA, 2004).

A privatização, a partir de 1992, converteu os russos em proprietários nominais de antigas empresas estatais. Este processo de distribuição da propriedade de empresas estatais para os gestores e os demais cidadãos foi marcado por empréstimos duvidosos, concedidos pelo governo para cidadãos poderosos, que adquiriram os ativos em leilões fraudulentos. O resultado deste processo foi o surgimento de um grupo de oligarcas, que controlam a maior parte dos recursos naturais e bens industriais da Rússia (BIRD; CAHOY, 2007).

A Rússia possui um modelo econômico de desenvolvimento baseado nas contribuições do consumo interno e demanda externa, mas com grande dependência das exportações de fontes energéticas. O consumo interno registrou entre 60 e 70% do PIB, e as exportações líquidas respondem por 10% do total do PIB. O investimento representa mais de 20% do PIB e as exportações de energia, especialmente petróleo e gás, contribuíram com 20% a 30% do PIB do país em 2004 e participam com 60% do volume total de exportações em 2006 (CHEN; ZHANG, 2010; KURLYANDSKAYA; POKATOVICH; SUBBOTIN, 2010).

Segundo dados da UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*), o investimento estrangeiro direto (IED) da Federação da Rússia aumentou de US\$ 2 bilhões, em 1993, para US\$ 255 bilhões, em 2007 (UNCTAD, 2008), tornando a economia a mais importante fonte de investimentos em todo o mundo, e a maior entre as economias emergentes, foco do presente estudo. Do ano 2000 até meados de 2008, o PIB russo experimentou um surto de crescimento com taxa média da ordem de 7% ao ano (BERGLOF; LEHMANN, 2009). Desde então, o sistema financeiro russo foi impactado pela retração dos investidores internacionais durante a crise de liquidez e confiança que diminuiu as perspectivas de crescimento no médio prazo.

As crises financeiras de 1998 e 2008 promoveram ampla discussão a respeito da governança corporativa. Tal como outras economias em transição de uma economia planificada para uma economia de mercado, a Rússia está passando por rápidas mudanças, e a governança corporativa está em seus estágios iniciais de formação. Transparência na

informação financeira é um conceito relativamente novo para as empresas russas (PREOBRAGENSKAYA; MCGEE, 2003).

O ambiente institucional da Rússia é caracterizado pela baixa proteção aos investidores, pela fraqueza da governança corporativa, altos índices de corrupção, baixos níveis de aplicação da lei e mecanismos de fiscalização ineficientes (PISTOR; XU, 2005). As leis russas de governança corporativa e de direitos de propriedade foram construídas nos anos 90, por meio da Lei da Propriedade de 1991, da Lei de Privatização das Empresas Estatais de 1992 e da Lei das sociedades por ações de 1996, que reforçou os direitos dos acionistas e fortaleceu a governança corporativa, incluindo a proteção dos acionistas minoritários e definição de papéis distintos para o CEO e para o Presidente do conselho de administração (ESTRIN; PREVEZER, 2010).

Ainda assim, graves problemas pairam sobre a estrutura de governança corporativa da Rússia devido à falta de cumprimento legal e da proteção dos direitos dos acionistas minoritários, ao desequilíbrio entre devedores e credores nos eventos de falência, além de uma falta de transparência na gestão das empresas (PUFFER; MCCARTHY, 2003).

O sistema de contabilidade, em qualquer sociedade, está diretamente relacionado ao desenvolvimento político, econômico e jurídico do país. Até o final da década de 80, não havia empresas privadas na Rússia, e a contabilidade tinha como objetivo principal gerenciar os desvios nos planos estabelecidos pelo governo central. Indicadores como o lucro, rentabilidade e solvência não desempenhavam papel algum, especialmente dentro de um contexto de fixação de preços centralizado (LEBOW; TONDKAR, 1986; MCGEE; PREOBRAGENSKAYA, 2004).

Com o surgimento da propriedade privada na década de 90, as mudanças das regras de contabilidade foram indispensáveis para o atendimento das novas necessidades de informação. Conforme observado por McGee e Preobragenskaya (2004), houve uma demanda internacional por parte de investidores em empresas russas para que estas preparassem os relatórios baseados em IFRS ou USGAAP. É possível identificar dois grupos que estão conduzindo o processo de transformação para as normas baseadas nas IAS/IFRS na Rússia. O primeiro grupo é constituído por potenciais interessados na transparência e melhoria da informação de uma empresa, como investidores e credores, e o segundo grupo é composto por elementos internos das empresas, caracterizados por uma gestão ávida por informação de alta qualidade para tomar decisões eficientes.

O programa para a reforma da contabilidade segundo as normas internacionais, aprovado pelo governo, em 1998, em meio a uma profunda crise financeira, foi criado em consonância com as normas internacionais de contabilidade. Este novo padrão de contabilidade ficou conhecido como *Russian Accounting Standards* (RAS). O Ministério Russo das Finanças aprovou a transição da Rússia para o IFRS durante o período de 2004 a 2010, e os objetivos principais propostos para sua implantação foram: (a) criação dos relatórios consolidados, até então, inexistentes; (b) desenvolvimento das normas contábeis russas em conformidade com os princípios das IFRS; e (c) concepção e instalação de uma infraestrutura de aplicação das IFRS com a eliminação dos conflitos na área tributária, contabilidade e legislação societária.

Desde 2005, os bancos e as empresas listadas nos mercados de capitais são obrigados a preparar os relatórios financeiros em conformidade com as normas internacionais. Obviamente, esta determinação irá incentivar muitas empresas a elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com padrões internacionais (MCGEE; PREOBRAGENSKAYA, 2004).

Todavia, essa reforma tem sido entravada pela fraqueza das instituições reguladoras de contabilidade e, como resultado, os prazos para a implantação das IFRS ainda não foram cumpridos (SARIKAS; DJATEJ, 2005). A adoção das IFRS na Rússia tem sido retardada por uma série de fatores, como a falta de incentivos em educação integral em IFRS, os problemas de linguagem refletidos na tradução inadequada das normas e a falta de especialistas nessa área (PREOBRAGENSKAYA; MCGEE, 2003).

Outro obstáculo enfrentado reside no fato de as práticas de elaboração dos relatórios financeiros da Rússia serem, em grande parte, motivadas por considerações fiscais (KRYLOVA, 2003; GONCHAROV; ZIMMERMANN, 2005). Em países onde predomina o cumprimento das obrigações fiscais, as informações financeiras são menos relevantes (ALI; HWANG, 2000).

Apesar da alteração na Lei de Imposto de Renda de 2002, que tornou possível separar os sistemas de contabilidade financeira e fiscal, muitas empresas continuam a prover informação contábil exclusivamente para atendimento aos órgãos tributários locais (KRYLOVA, 2003). Finalmente, os relatórios elaborados sob as RAS continuam a enfatizar a forma sobre a essência, o que diminui o seu valor para os potenciais investidores (BAGAEVA, 2008).

## 2.4 Índia

A Índia é o segundo maior mercado emergente com base na população e o maior quando se considera o número de empresas privadas (BALASUBRAMANIAN; BLACK; KHANNA, 2010).

Apesar de uma economia diversificada, a Índia pauta-se em um sistema de comando e planejamento que tem gerado grandes governos burocráticos, métodos de produção e distribuição ineficiente e uma restrição sobre as importações. Esta política resultou em uma queda de 2,5% de participação no comércio internacional, em 1947, para 0,5% em 1980. Fracos retornos dos investimentos em grandes projetos de capital intensivo, decorrentes dos altos custos, também contribuíram para a crise econômica. Desde então, a Índia adotou um modelo de política econômica, com ênfase na reforma do comércio, abertura e desregulamentação (BHASKAR; GUPTA, 2007).

O crescimento econômico da Índia baseia-se, especialmente, na demanda interna, em que o consumo pessoal e público desempenha um papel dominante, com mais de 50% de participação no PIB. Comparado com os outros três países do BRIC, a Índia tem um sistema financeiro bem desenvolvido, vital para o seu rápido crescimento econômico. Vale notar que a Índia apresenta uma notável vantagem na exportação de serviços em meio à onda mundial de terceirização de serviços (CHEN; ZHANG, 2010).

A premissa de que o crescimento econômico da Índia beneficiou as camadas mais pobres da população é controversa. A renda per capita permanece baixa, e mais de um quarto da população vive abaixo da linha da pobreza. Considerando pobres as pessoas que vivem com menos de US\$ 1 dólar por dia, a Índia tem um terço do número total de pobres do mundo (BHASKAR; GUPTA, 2007).

A ausência de um mercado de ações, capaz de prover capital de forma eficiente, imputou às instituições governamentais de financiamento e desenvolvimento o papel de principais fornecedores de crédito de longo prazo para as empresas (CHAKRABARTI; MEGGINSON; YADAV, 2008). Por isto, o sistema financeiro indiano é caracterizado por uma grande rede de bancos comerciais, instituições financeiras e uma vasta gama de instrumentos financeiros (AGARWAL, 2000). Historicamente, o volume de recursos provenientes do sistema bancário sempre desempenhou um papel fundamental no

financiamento das empresas indianas, superando o montante obtido via mercado de capitais (SARKAR; SARKAR, 2008). Ainda assim, existem 23 bolsas de valores da Índia, sendo as principais a *Bombaim Stock Exchange* (BSE) e a *National Stock Exchange* (NSE). A BSE é a bolsa de valores mais antiga na Ásia, fundada em 1878.

Um papel fundamental exercido no setor corporativo da Índia diz respeito à influência dos conglomerados, isto é, os grupos de negócios familiares. Uma análise das 500 empresas mais valiosas da Índia, que, juntas, representam mais de 90% da capitalização de mercado da Bolsa de Bombaim, revelou que 60% pertencem aos conglomerados (CHAKRABARTI; MEGGINSON; YADAV, 2008).

Com o objetivo de fortalecimento do mercado financeiro e de capitais, reformas econômicas realizadas no começo dos anos 1990 criaram quatro novas instituições: o *National Stock Exchange of India* (NSE); a *Securities and Exchanges Board of India* (SEBI); o *Nacional Securities Clearing Corporation* (NSCC); e o *National Securities Depository* (NSD). Os relatórios financeiros de empresas indianas são regulados pelas Leis das Sociedades (*Companies Act*) de 1956, pelas regras emitidas pela *Securities and Exchange Board da Índia* (SEBI), orientações do Banco Central da Índia (RBI) e recomendações do *Institute of Chartered Accountants of India* (ICAI).

O desenvolvimento mais importante no campo da governança corporativa e proteção dos investidores, na Índia, foi a criação da SEBI. Sua atuação contribuiu para a criação de um regime rigoroso de regulamentação para garantir a equidade e transparência (CHAKRABARTI; MEGGINSON; YADAV, 2008). A formulação da Cláusula 49, similar em espírito e alcance à Lei *Sarbanes-Oxley* dos EUA, foi claramente um marco na evolução das práticas de governança corporativa da Índia.

Segundo esse dispositivo legal, as empresas deverão divulgar uma seção separada sobre a governança corporativa em seus relatórios anuais, além disto, ela contém diretrizes para o conselho de administração, comissão de auditoria, remuneração dos administradores, relacionamento com os acionistas minoritários, reunião geral do *board*, divulgação de partes relacionadas, *disclosure*, gestão de riscos, discussão de gestão e análise da informação e *compliance* (HOSSAIN; REAZ, 2007).

Alguns trabalhos examinaram a governança corporativa da Índia. Khanna (2009) pesquisou o desenvolvimento de normas de governança corporativa da Índia desde sua independência até os dias atuais. Sarkar e Sarkar (2000) e Mohanty (2003) verificaram o



modo como a governança corporativa da empresa influencia o comportamento dos investidores institucionais. Jackling e Shireenjit (2009) estudaram a associação entre a estrutura de administração e o desempenho da empresa, em uma amostra de grandes empresas indianas, e encontraram uma associação positiva entre o tamanho do *board* e o índice Q de Tobin.

O ICAI constituiu o *Accounting Standards Board* (ASB), em 1977, para desenvolver normas locais de contabilidade. O ASB é formado por uma comissão de conselheiros do ICAI e representantes dos órgãos tributários, governos, classe empresarial e auditoria, sendo responsável pela emissão das normas de contabilidade na Índia. Esse instituto é membro do IASC desde 1974 e apoia o seu programa de convergência mundial, aplicando as normas contábeis nacionais com base nas IAS/IFRS (KANUKUNTLA; RAO, 2004).

Contudo uma das áreas de menor evolução na Índia, em relação aos países desenvolvidos, reside na implantação das normas contábeis. Desde meados da década de 1990, as iniciativas políticas foram tomadas com o intuito de tornar as atividades empresariais mais transparentes (SARKAR; SARKAR, 2008). Embora as normas de divulgação financeira na Índia sejam, tradicionalmente, superiores aos da maioria dos países asiáticos, a não conformidade com as normas de divulgação ainda são excessivas, e o fracasso de relatórios de auditoria atraiu apenas multas nominais e medidas pouco punitivas (CHAKRABARTI; MEGGINSON; YADAV, 2008).

Ali (2006) conduziu um estudo cujo objetivo foi analisar o grau de convergência das práticas contábeis em três países do sul da Ásia, a saber, Índia, Paquistão e Bangladesh. Um grau relativamente elevado de convergência foi detectado por parte das empresas indianas na divulgação de estoques, nas demonstrações de fluxos de caixa, nas demonstrações financeiras consolidadas, nos investimentos em subsidiárias e nos custos dos empréstimos. Por outro lado, observou-se um grau mais baixo de evidenciação nas áreas de impostos, *leasing*, custos de benefícios de aposentadoria e investimentos.

As normas de contabilidade locais (*Accounting Standards* - AS) são formuladas com base nas IFRS emitidas pelo IASB. Dos 41 AS emitidos até agora, 31 estão em vigor. O ICAI estabeleceu 1 de abril de 2011 como a data limite para o início da obrigatoriedade de publicação dos demonstrativos financeiros de acordo com o IFRS. O Quadro 1, a seguir, exibe o cronograma de adoção das IFRS, conforme as categorias de empresas indianas.

<b>Cronograma de adoção das IFRS - Índia</b>	
<b>Empresas indianas</b>	<b>Data da conversão para as IFRS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Detentoras de Patrimônio Líquido superior a 10 bilhões de Rúpias;</li> <li>• Listadas nas carteiras de ações BSE <i>Sensex</i> e <i>NIFTY</i>;</li> <li>• Listadas em bolsas estrangeiras.</li> </ul>	Abril de 2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Detentoras de Patrimônio Líquido entre 5 e 10 bilhões de Rúpias;</li> <li>• Instituições Financeiras.</li> </ul>	Abril de 2013
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demais empresas indianas</li> </ul>	Abril de 2014

Quadro 1: Cronograma de implantação das IFRS na Índia  
 Fonte: ICAI (2010)

## 2.5 China

Desde 1978, a China vem passando por um processo de abertura e reestruturação que significou a mudança gradual na filosofia econômica de isolamento à integração com a economia mundial. Esta reestruturação envolveu a transformação da economia para torná-la mais competitiva em relação às outras grandes potências econômicas, alterando-a de um sistema econômico de planejamento central para um modelo intitulado de economia de mercado socialista (HAVERTY, 2006).

A ideia central dessa transformação foi preservar o núcleo socialista da economia, empresas e bancos estatais, enquanto mudanças incrementais foram implantadas em outras áreas, tais como a criação dos mercados e a eliminação gradual do planejamento central, incentivando o desenvolvimento da indústria não-estatal (STEINFELD, 1999). As instituições formais não foram concebidas para apoiar uma economia capitalista de mercado, apesar do processo de reforma gradual ter enfatizado a redução das restrições à iniciativa (LAFFONT; QIAN, 1999).

Essas reformas promovidas na China transformaram suas empresas em entidades econômicas dotadas de maior autonomia e responsabilidade operacional e administrativa (BIONDI; ZHANG, 2007). Paralelo a este movimento, o processo de financiamento, antes administrado por meio de uma estrutura burocrática, característica de um sistema de planejamento central, herdado da antiga União Soviética, evoluiu para um modelo de financiamento baseado na economia de mercado (JEVONS LEE, 2001). Com a adoção da

política de abertura econômica e transição para uma economia de mercado, a China atraiu uma enorme quantidade de investimentos estrangeiros diretos (WEI; EDDIE, 1996; YEE, 2001).

A China testemunha uma característica típica de crescimento econômico impulsionado pelo investimento e pelas exportações. O investimento sempre representou a maior parte do PIB da China, registrando a maior taxa média anual de investimento dos BRIC (40%). A expansão do consumo das famílias torna-se um tema importante na promoção do crescimento econômico. Contudo a China depende muito da demanda externa: a contribuição das exportações líquidas para o PIB anual médio chinês, entre os anos de 2005 e 2007, atingiu 21%. (CHEN; ZHANG, 2010).

As bolsas de valores chinesas foram abolidas no início de 1950, quando a República Popular foi fundada, e as propriedades privadas foram convertidas em empresas estatais. Trinta anos depois, as sociedades por ações reapareceram, como resultado da diversificação da propriedade de negócios decorrentes das grandes reformas econômicas promovidas. A Bolsa de *Shanghai* foi reaberta no final de 1980, após mais de 35 anos de suspensão no país e, em junho de 1999, o número de sociedades por ações listadas nas bolsas de *Shanghai* e *Shenzhen* totalizaram 878, movimentando o equivalente a 25% do PIB Chinês (LIN; WANG, 2001).

O Estado ainda é o principal *player* na economia chinesa. Além da participação e de controle em quase todas as empresas cotadas, ele também comanda a maioria dos canais de alocação de recursos, tais como mercado de ações e empréstimos bancários. Este papel combinado, tanto de árbitro quanto de jogador, constitui uma grande fonte de conflitos de interesses (DING; SU, 2008).

Além disso, os mecanismos de governança corporativa são fracos ou inexistentes na China. Em um estudo de gerenciamento de resultados realizado por Haw *et al.* (1998), verificou-se que as empresas aumentaram os seus rendimentos não-recorrentes para satisfazer um regulamento que obriga a entidade a gerar, no mínimo, 10% de retorno sobre o patrimônio líquido (PL) como condição necessária para a emissão de ações.

Adicionalmente, numerosos casos de manipulação de mercado em larga escala têm ocorrido, além disso, os fundos de investimento têm desempenhado um papel fundamental nessa manipulação de mercado (WANG, 2001).

O problema da criação de operações fictícias, com o intuito de falsificação dos lucros ou dissimulação da especulação, e o gerenciamento de resultados conduziram a uma falta de confiança nos relatórios anuais e a uma crise de informação contábil (CHEN; YE; XUE, 2000). Esta constatação reforça as análises de Nobes (1998) e Ball, Kothari e Robin (2000) evidenciando que fatores políticos têm influenciado fortemente a natureza do sistema de contabilidade em economias em desenvolvimento.

Esses escândalos financeiros, ocorridos entre final dos anos 1990 e início de 2000, macularam a credibilidade das informações financeiras prestadas pelas empresas chinesas e a confiança dos investidores na bolsa. A necessidade de atrair investimento estrangeiro e desenvolver o mercado acionário motivou o governo chinês a melhorar a reputação de seu mercado acionário. Neste cenário, as reformas implantadas foram vistas como uma resposta à crise de informação contábil (XIAO; WEETMAN; SUN, 2004).

Em 2001, a *Chinese Securities Regulatory Commission* (CSRC) exigiu dos Conselhos de Administração das empresas a obrigatoriedade de inclusão de, pelo menos, um terço de conselheiros independentes e um diretor com conhecimento contábil. Em 2002, o Código de Governança Corporativa para Empresas Listadas na China foi emitido redefinindo as bases dos princípios de governança corporativa local de acordo com os modelos ocidentais. Esse código incentivou a criação de comitês de auditoria, contudo apenas 30% das empresas tinham uma comissão de auditoria em 2003 (CHEN; CHENG, 2007).

Evidências de pesquisas empíricas sugerem que, apesar das reformas promovidas nos anos 2000, a governança corporativa na China continua a ser fraca (CHEN *et al.*, 2006; FAN; WONG; ZHANG, 2007; CHEN; CHENG, 2007) e a qualidade dos relatórios financeiros e das auditorias realizadas tem sido, geralmente, percebida como baixa (CHEN; CHEN; SU, 1999).

A má governança corporativa encontrada em empresas chinesas é, sem dúvida, um desafio considerável para as autoridades financeiras, contábeis e de mercado de capitais, especialmente para que os relatórios financeiros chineses estejam em conformidade com as normas internacionais, não apenas na forma, mas também na substância (CLARKE, 2003; FIRTH; FUNG; RUI, 2006).

Nesse propósito, o desenvolvimento econômico chinês tem solicitado inúmeras reformas na contabilidade. Desde então, a regulamentação e as práticas contábeis também

sofreram uma mudança significativa com o intuito de fornecer informações para tomada de decisões por parte dos investidores e credores (DING; SU, 2008).

As normas de contabilidade chinesas, atualmente, são estabelecidas pelo Ministério das Finanças (MOF) e pela Sociedade de Contabilidade da China (ASC), órgãos que atuam em sintonia com a legislação geral emanada do Congresso Nacional do Povo (EZZAMEL; JASON; PAN, 2007).

Os empreendimentos sino-estrangeiros forçaram a necessidade de convergência contábil internacional (XIANG, 1998). Isso levou o MOF a emitir o Sistema de Contabilidade para *joint ventures* sino-estrangeiras, em 1985, bem como iniciar uma força-tarefa (*Accounting Standards Task Force* - ASTF) com o intuito de reformular as normas de contabilidade em 1988. Essa movimentação foi amplamente considerada como a primeira tentativa de convergência das práticas contábeis chinesas com as práticas internacionais (CHOW; CHAU; GRAY, 1995). Uma comissão especial, intitulada *China Accounting Standards Committee* (CASC), foi criada para facilitar esta cooperação e sucedeu à ASTF no papel de órgão de estudo da convergência contábil da China (XIAO; PAN, 1995).

O primeiro conjunto de normas de contabilidade na China, que foi desenvolvido no período 1988-1992 e promulgado pelo Ministério das Finanças (MOF) em 30 de novembro de 1992, sob o título de Normas de Contabilidade para Negócios (*ASBE - Accounting Standards for Business Enterprises*), era organizado em 10 capítulos e 66 artigos. Esse conjunto de normas era voltado para as atividades de negócios em suas necessidades de evidenciação, mensuração e reconhecimento. Os propósitos gerais da norma de 1992 foram as seguintes: (a) auxiliar o desenvolvimento da economia socialista de mercado; (b) unificar as normas de contabilidade para todas as empresas; e (c) garantir a qualidade das informações contábeis (LIU; TURLEY, 1995).

No ano de 1992, houve progressos na reforma da contabilidade, não apenas com a emissão das ASBE, mas por meio do anúncio de um plano para a emissão de mais de 30 novas normas de contabilidade para os anos seguintes. Os projetos de exposição dessas normas foram distribuídos entre os profissionais e acadêmicos para comentários e sugestões, mas as opiniões recolhidas foram tão divididas que nenhuma norma pode ser promulgada (DING; SU, 2008).

Uma série de novas e revisadas normas de contabilidade foram emitidas em 14 de fevereiro de 2006. A série era composta dos Princípios Básicos de Contabilidade e 38 padrões

de contabilidade e posteriores interpretações das normas emitidas em 2007 e 2008. O novo pacote normativo convergiu, significativamente, para as IFRS (TANG, 2000; KAMBAYASHI, 2007; DING; SU, 2008).

Algumas mudanças significativas foram introduzidas no novo conjunto de normas de contabilidade chinês das quais a mais importante foi a permissão para o valor justo em algumas áreas (DING; SU, 2008). No entanto, nem todas as normas chinesas adotaram esta abordagem, e a base do custo histórico continua a ser a abordagem de referência. De um modo geral, as autoridades chinesas reconhecem que o valor justo pode ser impraticável ou teoricamente infundado (BIONDI; ZHANG, 2007).

As exigências de informação dos investidores estrangeiros levaram a algum alinhamento da contabilidade chinesa com as IFRS. Apesar desse movimento, o efeito real das mudanças nas normas contábeis sobre os relatórios financeiros foi questionado, devido à fraca execução (CHEN; SU; ZHAO, 2000), e limitação das aplicações dessas normas contábeis dentro do contexto chinês (CHEN; CHEN; SU, 2001). A aplicação da norma local chinesa produziu lucros contábeis em média de 20 a 30 por cento superiores aos determinados em termos das IFRS. Esta diferença é atribuída a uma norma menos conservadora relativa à capitalização de gastos (CHEN; CHEN; SU, 1999).

O Instituto Chinês de Contadores Públicos Certificados (CICPA) foi criado em novembro de 1988. Embora o CICPA seja, tecnicamente, uma organização privada, é regido e regulamentado pelo Ministério das Finanças (MOF), e o dia a dia das funções do CICPA é diretamente influenciado pelo envolvimento do Estado (CHOW; CHAU; GRAY, 1995; MACVE; LIU, 1995; GRAHAM, 1996).

No contexto global, o desenvolvimento de novas normas da contabilidade chinesa é um passo importante para o desenvolvimento da economia e sua relevância nos mercados de capitais do mundo. A China está empenhada na convergência para as IFRS, desde 01 de Janeiro de 2007 todas as empresas listadas estão obrigadas a adotar o ABSE e, atualmente, a China tem, aproximadamente, 150 empresas relacionadas na *Hong Kong Exchange* que adotam as IFRS. Isto demonstra um alto grau de adesão das empresas chinesas às normas contábeis internacionais.

### 3 INTERNACIONALIZAÇÃO DA CONTABILIDADE

#### 3.1 A Contabilidade e a evidenciação contábil

Em uma perspectiva ampla, o objeto da contabilidade constitui-se no patrimônio, delimitando o escopo, pode-se estabelecer que seja o acompanhamento das variações do patrimônio de uma entidade (LONGARAY; BEUREN, 2006).

O patrimônio de tais entidades, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas, seja esse patrimônio resultante da consolidação de patrimônios de outras entidades distintas ou a subdivisão do patrimônio de uma entidade em parcelas menores que mereçam ser acompanhadas em suas mutações e variações (IUDÍCIBUS; MARION, 1999, p.56).

A Contabilidade pode ser definida como um sistema de informações às partes interessadas.

A contabilidade fornece aos administradores informações para serem utilizadas na condução da empresa. Além disso, a contabilidade fornece às demais partes interessadas informações para serem usadas na avaliação do desempenho e da situação econômica da empresa (REEVE *et al.*, 2009, p.10).

A função primordial do mercado é propiciar transferências de recursos financeiros entre tomadores e poupadores e criar condições de liquidez e administração de riscos por meio da competição perfeita e acesso universal à informação (COPELAND; WESTON; SHASTRI, 1998). Assim, torna-se mais produtivo entender a contabilidade como um conjunto de mecanismos dedicados a reduzir a assimetria de informações e desenvolver um processo de medição de desempenho das entidades.

A evidenciação é definida como um processo contábil, cujo objetivo é fornecer informação útil nos momentos de tomada de decisões racionais de investimento, concessão de

crédito e poupança promovidas por investidores e credores atuais e futuros, bem como outros usuários.

Uma evidenciação adequada, dentro das expectativas do mercado, possui o foco voltado para os acionistas, outros investidores, e gestão, visando garantir o funcionamento ótimo dos mercados de capitais, capaz de prever as tendências futuras bem como a variabilidade dos dividendos, os retornos futuros e os riscos de cada entidade (HENDRIKSEN; BREDÁ, 1999).

Dada a sua importância nos mercados, em especial, o de capitais, a evidenciação contábil é considerada um dos objetivos capitais da contabilidade, no sentido de garantir informações adequadas para os vários tipos de usuários da informação contábil (IUDÍCIBUS, 2004).

Para tanto, os usuários devem ter os perfis bem mapeados em cada circunstância de espaço, tempo, qualidade e quantidade desejada de informação. A falta de consenso a respeito do nível mais apropriado de evidenciação reflete os perfis diferenciados dos usuários da contabilidade, assim como a dinâmica de pesquisa em economia, finanças e contabilidade (HENDRIKSEN; BREDÁ, 1999).

O sentido da evidenciação é que a informação que não for relevante deve ser omitida, a fim de tornar os demonstrativos contábeis significativos e possíveis de ser entendidos plenamente. Em relação à quantidade de evidenciação, as abordagens são classificadas conforme Quadro 2 a seguir:

Adequada ( <i>Adequate disclosure</i> )	Pressupõe um volume mínimo de divulgação com o objetivo de evitar que as demonstrações sejam enganosas
Justa ( <i>Fair disclosure</i> )	Pressupõe um objetivo ético de tratamento equitativo de todos os usuários potenciais da informação contábil.
Plena ( <i>Full disclosure</i> )	Pressupõe a apresentação de toda e qualquer informação relevante.

Quadro 2 - Níveis da evidenciação contábil

Fonte: Elaborado a partir de Hendriksen e Breda (1999)

A evidenciação é um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários, em todas as formas possíveis, com abordagens qualitativas e quantitativas de maneira ordenada. A materialidade e a relevância devem ser observadas no sentido de estabelecer os limites e a extensão do que deve ser evidenciado (IUDÍCIBUS, 2004).



No âmbito das normas internacionais, muito se tem discutido a respeito do tema evidenciação. Um documento importante é o *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*, elaborado a partir de um ciclo de debates iniciado em 1989, sob a tutela do IASB, e que visa promover a discussão e integração de conceitos de evidenciação sob a esfera do IASB e do FASB.

Segundo Whittington (2008), o ponto de maior controvérsia desse documento reside no reconhecimento e na mensuração de um item patrimonial. A atribuição da existência de um ativo ou passivo, assim como dos mecanismos de mensuração, tem dividido opiniões e gerado grande discussão entre as linhas de pensamento tradicional, baseada no valor justo e a intitulada visão alternativa, ancorada no custo histórico de reconhecimento dos elementos patrimoniais.

As principais questões geradoras de indefinições se relacionam aos aspectos de mecanismos de mensuração fundamentados no valor histórico ou em fluxos de caixa futuros, nos princípios da confiabilidade versus relevância, da prudência versus neutralidade e na definição do usuário principal da informação contábil. Pautadas nestas questões, as visões tradicional e alternativa apresentam seus princípios e implicações conforme Quadro 3 a seguir:

<b>Princípios e implicações da visão tradicional e alternativa</b> <i>Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements</i>	
<b>Visão tradicional</b>	<b>Visão alternativa</b>
Mensuração por meio do uso de projeção de fluxos de caixa e preços atribuídos pelo mercado	Transações e eventos históricos são informações relevantes e essenciais para o reconhecimento dos elementos patrimoniais
A confiabilidade é menos importante sendo preterida pela fidelidade de representação (relevância)	Confiabilidade é uma característica fundamental e preferível à relevância
Investidores e os credores são os usuários de referência das demonstrações contábeis, aos acionistas principais não cabe nenhum tratamento diferenciado	Foco da gestão aos acionistas principais que recebem status diferenciado. Suas necessidades de informação, incluindo os requisitos de gestão, devem ser atendidas
A prudência é uma distorção da mensuração, pois anula a neutralidade desejada	Prudência pode melhorar a confiabilidade
Balanço Patrimonial corretamente avaliado é a melhor demonstração financeira	Relatórios de desempenho e lucros são mais importantes que o Balanço Patrimonial

Quadro 3 - Princípios e implicações das visões tradicional e alternativa

Fonte: Elaborado a partir de Whittington (2008)

Em suma, a visão tradicional se ancora no pressuposto do valor justo como resultado da projeção de caixas futuros, na priorização da relevância e neutralidade na evidenciação contábil e no tratamento igualitário entre os acionistas. A visão alternativa, por sua vez, recorre aos valores históricos para a definição do valor justo, enfatiza a confiabilidade e a prudência e defende um tratamento diferenciado para os acionistas da organização.

O *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements* gerou inúmeras propostas, mas ainda nenhuma conclusão efetiva. Uma abordagem mais adequada seria definir, primeiramente, um objetivo claro para a mensuração do *fair value*, a fim de direcionar a seleção do método de medição mais adequado. Em um cenário realista de mercado, a busca de um método universal de medição pode ser infrutífera (WHITTINGTON, 2008).

A evidenciação da informação contábil é um aspecto relevante para informar aos interessados sobre o modo de gestão dos recursos das empresas. Esta informação deve ser útil e ágil para refletir o efeito patrimonial das transações pertinentes e servir aos investidores e gestores internos como instrumento de avaliação e controle dos recursos aplicados.

### **3.2 Benefícios da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade**

Pesquisas acadêmicas tiveram por objetivo o estudo das motivações da adoção de normas internacionais de contabilidade, bem como mensurar suas consequências econômicas (LEUZ; VERRECCHIA, 2000; ASHBAUGH, 2001; ASHBAUGH; PINCUS, 2001; BRADSHAW; BUSHEE; MILLER, 2004; DASKE *ET AL.*, 2007; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008).

Em países caracterizados por um ambiente de forte divulgação de dados financeiros, a adoção das IFRS proporciona um maior grau de comparabilidade, uniformidade e transparência, minimizando os problemas de agência e reduzindo a assimetria de informação. O resultado é o fortalecimento da eficiência do mercado de capitais e o desenvolvimento econômico de um país (POWNALL; SCHIPPER, 1999; HOPE; JIN; KANG, 2006).

As razões mais comuns para a adoção das normas internacionais de contabilidade estão associadas aos incentivos ou obrigação legal impostas pela autoridade contábil de um

país, às necessidades de financiamento das organizações e à capacidade de comunicação com investidores estrangeiros de maneira uniforme (HARRIS; MILLER, 1999; ASHBAUGH, 2001).

A adoção voluntária das normas internacionais também está associada à redução dos custos de capital (LEUZ; VERRECCHIA, 2000). Esta visão é baseada na premissa de que a maior qualidade de informação reduz o risco de estimativa de rentabilidade futura (BARRY; BROWN, 1985). Quanto menor a assimetria de informação entre gestores e investidores externos, maior a liquidez e menores as taxas de retorno exigidas (DIAMOND; VERRECCHIA, 1991).

A diversidade de normas contábeis constitui-se em um obstáculo ao investimento transnacional (BRADSHAW; BUSHEE; MILLER, 2004). Sob este prisma, o movimento global de adoção das IFRS pode facilitar o fluxo de capitais além das fronteiras e a integração dos mercados de capitais (COVRIG; DEFOND; HUNG, 2007).

Outro fator de motivação para a adoção das normas internacionais é a composição da propriedade das grandes empresas, com predominância de investidores internacionais, responsáveis pelos maiores incentivos no desenvolvimento de sistemas de informação capazes de produzir informações de melhor qualidade (DYCK, 2001).

A convergência contábil internacional pode aumentar a comparabilidade dos relatórios financeiros preparados em diferentes países (DEEGAN, 2003). As demonstrações financeiras preparadas com o intuito de reconciliar os relatórios em IFRS ou USGAAP se mostram complicadas para os investidores e analistas, por isto, as empresas que atuam em diversas localidades podem se beneficiar do uso das normas internacionais (FOSBRE; KRAFT; FOSBRE, 2009).

Leuz e Verrecchia (2000) demonstraram, para uma amostra de empresas alemãs, que a adoção voluntária das IFRS e USGAAP está associada a um componente de redução de assimetria de informações do custo de capital. Daske *et al.* (2007) investigaram as consequências econômicas da adoção obrigatória IFRS ao redor do mundo e encontraram evidências de redução do custo de capital após a adoção relacionada a países com forte aplicação das normas contábeis.

A literatura sobre a estimativa de risco prevê que as empresas com maior divulgação de informação possuem menores betas, que levam a um menor custo de capital próprio (BARRY; BROWN, 1985; LAMBERT; LEUZ; VERRECCHIA, 2007). Estas premissas

teóricas encontram suporte em vários estudos empíricos, incluindo Botosan (1997) e Francis, Khurana e Pereira (2005), que demonstram que a maior divulgação financeira está associada a um menor custo de capital próprio das empresas e um menor custo com a análise de informações.

Daske *et al.* (2008) analisaram as consequências econômicas da obrigatoriedade das IFRS, em uma amostra de empresas de 26 países, sob a óptica da liquidez do mercado, custo de capital e Q de *Tobin*. Os resultados apontaram para aumentos de liquidez de mercado na época da introdução das IFRS, registraram-se, também, uma diminuição no custo de capital das empresas e o aumento do valor do capital próprio.

Sob a visão dos fluxos de investimentos internacionais, Akisik e Pfeiffer (2009) analisaram a relação entre a proporção de investimento direto dos EUA e seus determinantes específicos de destinação para cada país. Os autores comprovaram que os investimentos diretos americanos para o exterior estão relacionados aos padrões contábeis de alta qualidade e governança corporativa eficaz, mesmo combinada com outras variáveis econômicas, tais como inflação, mercado de capitais, produto interno bruto, renda per capita nacional, abertura econômica dos países de destino e carga tributária.

Wu e Zhang (2009) testaram se as modificações no processo gerencial e avaliação de desempenho da empresa estão associadas com a adoção voluntária de normas internacionais de contabilidade. Esta premissa foi vinculada ao aumento de demissões dos CEO's (*Chief Executive Officer*), assim como do fechamento de unidades de negócios provocados pelos lucros contábeis alcançados. Com base em uma amostra composta por 200 empresas da Europa que adotaram voluntariamente o IFRS ou USGAAP, entre os anos de 1988-2004, o resultado deste trabalho foi coerente com essa hipótese.

Ewert e Wagenhofer (2005) afirmaram que as IFRS podem reduzir o nível de gerenciamento de resultados e melhorar a qualidade da comunicação. Outro argumento é que os relatórios produzidos por meio das normas internacionais tornam menos onerosos os dispêndios de análise de empresas em diferentes mercados por parte de potenciais investidores (ARMSTRONG *ET AL.*, 2007; COVRIG *ET AL.*, 2007).

Barth, Landsman e Lang (2008) relataram que a qualidade de informação contábil, em geral, melhorou após a adoção voluntária das IFRS com base em 1.896 observações de empresas pertencentes a 21 países, durante os anos de 1994 a 2003. Da mesma forma, Hung e

Subramanyam (2007) relatam que a qualidade contábil em IFRS é maior do que em GAAP Alemão para o período de amostra de 1998 a 2002.

Lang e Lundholm (1996) demonstram que, para empresas dos EUA, a queda no volume de trabalho empreendido na análise de empresas e o grau de precisão na construção das previsões de mercado estão positivamente relacionados à qualidade da divulgação. Ashbaugh e Pincus (2001) e Hope (2003) também conseguiram os mesmos resultados, uma vez que a precisão das previsões dos analistas melhora depois da adoção das IFRS.

Byard, Li e Yu (2011) examinaram os efeitos da adoção obrigatória das IAS/IFRS pela União Europeia sobre o ambiente dos analistas financeiros de informação. A hipótese fundamental se ancorou na melhoria das condições de análise e a consequente redução dos erros absolutos de previsão dos analistas de mercado. Em geral, os resultados sugerem que a adoção do IFRS melhora o ambiente dos analistas de informação apenas quando as alterações contábeis propostas são substanciais e aplicadas com rigor.

Barth, Clinch e Shibano (1999) desenvolveram um argumento similar, mostrando que a convergência contábil internacional reduz os custos de aquisição de conhecimentos no processo de análise das demonstrações financeiras por parte dos investidores estrangeiros.

Em suma, as motivações para a convergência contábil se relacionam, sobretudo, ao movimento mundial de integração dos mercados de capitais. Estas motivações podem decorrer de imposições legais do aparato institucional das nações, dos incentivos concedidos às empresas e das atitudes voluntárias de adoção das normas internacionais. Os principais benefícios percebidos da convergência contábil são a redução da assimetria da informação, maior eficiência do mercado, aumento do grau de comparabilidade contábil e redução dos custos de capital.

### **3.3 Obstáculos à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade**

Estudos recentes têm mostrado que um bom entendimento do ambiente legal e institucional de um país é crucial para a compreensão exata dos incentivos e das restrições na evolução qualitativa de suas práticas contábeis (BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000; LA PORTA *ET AL.*, 1998; BURGSTAHLER; HAIL; LEUZ, 2006).

Essa visão reside no pressuposto de que a qualidade da contabilidade não é determinada pelo conjunto das políticas contábeis adotadas, mas, sim, pelas forças de mercado e fatores institucionais que afetam os incentivos para a preparação das informações contábeis (BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000; ECCHER; HEALY, 2003; HUNG; SUBRAMANYAN, 2007).

No período da primeira adoção no continente europeu (2005-2006), estudos consideraram os impactos efetivos da adoção das IAS/IFRS. Lalor (2006) comparou os efeitos do GAAP irlandês e das IFRS sobre os ganhos de duas entidades, o Banco da Irlanda e o AIB *Group*. Os resultados mostraram que, para o Grupo AIB, o lucro por ação aumentou quando relatou em IFRS, enquanto o lucro por ação, para o Banco da Irlanda, diminuiu em IFRS.

Jermakowtcz (2004) analisou três grandes empresas belgas com o objetivo de apurar os efeitos da conversão das normas locais para as IFRS. Seus resultados não revelaram um padrão consistente, duas companhias relataram a diminuição do capital próprio, enquanto a terceira assimilou um aumento no mesmo grupo patrimonial. Em relação ao lucro líquido, o comportamento observado foi similar.

Padrões de inconsistências semelhantes foram encontrados por Sawers (2005), que detalhou o impacto da adoção das IFRS em seis grandes empresas do Reino Unido. Duas empresas do Reino Unido demonstraram resultados econômicos positivos, três apresentaram resultados negativos e em uma foi neutro.

Além disso, alguns observadores questionam se um conjunto uniforme de normas acomoda as diferenças econômicas e políticas entre os países (SUNDER, 2007). Buscando relacionar a governança corporativa eficaz com informações financeiras precisas e confiáveis, Judge, Li e Pinsker (2010) verificaram se os argumentos para adoção do IFRS são, predominantemente, de natureza econômica, em razão dos benefícios esperados de maior qualidade, transparência e comparabilidade. Foi identificado, no estudo, pouco embasamento empírico para essa premissa, sugerindo que as explicações econômicas para a difusão das IFRS são insuficientes.

A eficiência e a competitividade dos mercados de capitais globais dependem da capacidade dos preparadores das demonstrações financeiras de se comunicar eficazmente com os investidores. Neste sentido, com o objetivo de avaliar o potencial para a convergência, um estudo, conduzido por Rezaee, Smith e Szendi (2010), comparou as perspectivas de

acadêmicos e profissionais sobre a convergência para um conjunto de padrões de contabilidade globais. A maioria dos entrevistados acredita que a convergência efetiva de um conjunto de normas contábeis traria benefícios para os preparadores, usuários, auditores e analistas de demonstrações financeiras. Contudo, de acordo com a pesquisa, as IFRS não são universalmente vistas como a solução para todos os problemas, porque a convergência é um processo muito complexo, influenciado por diferenças políticas, culturais e normativas que, muitas vezes, geram incerteza e resistência.

Daske *et al.* (2007) relataram que os benefícios da adoção de normas internacionais no mercado de capitais foram mais acentuados em países com regimes de fiscalização rigorosa e para as empresas que voluntariamente passaram a utilizar as IFRS, e menos acentuadas para os países, quando o GAAP local estava mais perto das IFRS. Li (2010) examinou se a adoção obrigatória das IFRS reduziu o custo de capital próprio. Os resultados obtidos sugerem que, embora a adoção obrigatória das IFRS reduza, significativamente, o custo do capital próprio das empresas européias, seus efeitos dependem da força da imposição legal dos países.

Ball, Robin e Wu (2003) demonstraram que altos padrões de qualidade não produzem, necessariamente, informações contábeis de alta qualidade, e que as práticas de fornecimento de informações financeiras são sensíveis aos incentivos dos gestores e auditores responsáveis pela elaboração dos relatórios financeiros.

Um dos aspectos desafiadores de negócios internacionais é o fato de não haver dois países com as mesmas normas contábeis ou procedimentos (GERNON; MEEK, 2001). Esta diversidade é causada por motivos culturais, econômicos, históricos, jurídicos e políticos.

Nobes (1998) postula que diferentes práticas contábeis vão coexistir, e sua importância, em qualquer jurisdição, dependerá de fatores como a natureza geral do sistema de financiamento, os tipos de empresas que estejam constituídas e as estruturas institucionais em vigor. Em linha com este pensamento, Ali e Hwang (2000) argumentam que cada característica sistêmica presente em um mercado, tais como as normas financeiras vigentes, a natureza do estabelecimento (público ou privado), o grau de importância do sistema tributário e a extensão da auditoria e fiscalização, levam a padrões contábeis diferentes.

Pesquisas realizadas corroboram estas premissas. Cooke (1992) considerou, com base em um estudo de companhias japonesas, que as empresas manufatureiras divulgam mais informações do que as empresas não-manufatureiras. A dimensão da empresa é outro importante determinante (CHRISTIE, 1990) e as evidências apontam que as grandes empresas

promovem maior divulgação de informação de forma mais voluntária (GRAY; MEEK; ROBERTS, 1995; ASHBAUGH, 2001).

Contudo a simples adoção de normas internacionais de contabilidade e a quantificação do grau de cumprimento de uma norma específica, não necessariamente, asseguram a promoção da convergência (JONES; FINLEY, 2011). Street e Gray (1999) examinaram uma amostra de empresas cujos demonstrativos financeiros foram declarados por elas serem convergentes com as IFRS, descobrindo que havia um alto grau de não-conformidade com estas normas.

Pesquisas recentes indicam que a determinação do valor justo tornou-se um empecilho para a marcha em direção à adoção uniforme global das IFRS. Street (2003) investigou 59 países, e Jermakowicz e Gornik-Tomaszewski (2006) estudaram 112 empresas listadas na União Europeia (UE) e relataram que os inquiridos consideram o valor justo uma fonte de grandes desacordos e tensões e um obstáculo para a convergência.

A diversidade das forças institucionais, políticas, econômicas e culturais, presentes nos vários países ao redor do mundo, constitui-se no maior obstáculo à intitulada convergência máxima. As recentes adoções das normas internacionais comprovam que disparidades e inconsistências ainda são observadas apesar da proposta de padronização contábil. Recentes pesquisas junto à comunidade acadêmica e profissional evidenciam um ceticismo em relação ao processo de adoção das normas internacionais, embora reconheçam as vantagens e benefícios desse movimento. Trata-se de um desafio significativo o rompimento desses paradigmas para o sucesso do processo de convergência contábil em escala global.

### **3.4 A comparabilidade contábil**

A convergência contábil internacional pode aumentar a comparabilidade dos relatórios financeiros preparados em diferentes países, eliminar as barreiras aos fluxos de capitais internacionais, reduzir as diferenças nas exigências de relatórios financeiros, assim como os custos da informação financeira (DEEGAN, 2003). As demonstrações financeiras preparadas com o intuito de reconciliar os relatórios em IFRS ou USGAAP se mostram complicadas para



os investidores e analistas, por isto, as empresas que atuam em diversas localidades podem se beneficiar no uso das normas internacionais (FOSBRE; KRAFT; FOSBRE, 2009).

Um mecanismo por meio do qual a adoção das IFRS permite a redução do custo de capital é a maior comparabilidade da informação. Um conjunto uniforme de normas de contabilidade pode resultar em uma melhor comparabilidade das informações financeiras entre empresas situadas em países diferentes, reduzir os custos associados à interpretação das informações por parte dos investidores e, em consequência, reduzir a assimetria de informações e o risco de estimação, levando a um menor custo de capital próprio (DYE, 1990; LI, 2010).

A convergência máxima seria alcançada quando todas as firmas adotassem exatamente o mesmo conjunto de tratamentos contábeis para um item de declaração financeira, esta suposição serviu como base de muitos estudos sobre a comparabilidade contábil (VAN DER TAS, 1988; ADHIKARI; EMENYONU, 1997; CANIBANO; MORA, 2000; PIERCE; WEETMAN, 2000).

Os índices de comparabilidade são utilizados para quantificar o grau de similaridade na adoção de regras contábeis por parte de um grupo de empresas. Esses índices são equivalentes às técnicas estatísticas de probabilidade que são utilizadas para mensurar as relações entre variáveis.

Van der Tas (1988) introduziu o que pode ser considerado o primeiro índice de medição da comparabilidade nacional e/ou internacional cunhado de índice H (*harmony*). O mesmo autor também propôs o índice C, aplicado nas situações em que uma empresa recorre à mais de um método de contabilidade, e o índice I, que enfatiza o nível de comparabilidade entre os diferentes países.

Desde Van der Tas (1988), alguns autores têm sugerido refinamentos no instrumento de medição da comparabilidade com vistas a atender a outras circunstâncias ou para tratar as falhas dos índices existentes. Archer, Delvaille e McLeay (1995) adequaram o índice C para ser aplicado nas comparações de empresas em países diferentes ou nos mesmos países. Archer e McLeay (1995) propuseram um índice I, que é uma melhor generalização do índice H. Hermann e Thomas (1995) modificaram o índice I, na tentativa de reduzir uma falha recorrente, quando alguns países não têm empresas da amostra usando determinado método contábil.

Taplin (2004) propôs um novo índice, chamado de índice T (*T Index*), que proporcionou uma abordagem unificada para todas as variações dos índices propostos por Van der Tas (1988). Isto foi conseguido por meio da seleção de várias opções dentro do índice T para chegar a um índice específico com as propriedades desejadas para uma determinada pesquisa. O *T Index* pode ser interpretado como a probabilidade de as duas empresas, selecionadas aleatoriamente, possuírem políticas contábeis comparáveis.

Alguns estudos (VAN DER TAS, 1988; EMENYONU; GRAY, 1992; ARCHER; DELVAILLE; MCLEAY, 1995; HERRMANN; THOMAS, 1995; PARKER; MORRIS, 2001) têm avaliado os aumentos de comparabilidade por meio da análise das normas contábeis nacionais, das práticas de empresas nos mesmos países e de empresas em países diferentes. Os resultados desses estudos foram influenciados pela grande variedade de normas nacionais disponíveis e por um número significativo de opções de políticas contábeis em voga na época.

Parker e Morris (2001) verificaram a escolha das políticas contábeis de 80 empresas do Reino Unido e Austrália em 1993. Os resultados apontaram para uma comparabilidade nacional (*National Index*) considerável (*T Index* = 1,000) em ambos os países.

Mais recentemente, Cairns *et al.* (2010) investigaram o uso da mensuração pelo valor justo em 228 empresas britânicas e australianas. Por meio desse estudo, constatou-se o crescimento do uso do valor justo nos instrumentos financeiros e pagamentos baseados em ações das empresas em ambos os países. Em geral, o *National Index*, em relação às IFRS, alcançou 0,917 no Reino Unido e 0,881 na Austrália, e o *Internacional Index* entre as duas nações atingiu um índice de 0,905.

Brochet, Jagolinzer e Riedl (2011) examinaram se a adoção obrigatória das IFRS melhora a comparabilidade das demonstrações financeiras. A hipótese fundamental da pesquisa se baseou na seguinte assertiva: se a adoção das IFRS melhora a comparabilidade das demonstrações financeiras entre as empresas, então, pode-se deduzir que os benefícios de acesso às informações privilegiadas são reduzidos. Os resultados obtidos a partir de uma amostra de empresas britânicas listadas confirmaram essa premissa.

O *T Index* desenvolvido a partir dos estudos de Taplin (2004), e utilizado recentemente por Cairns *et al.* (2010), reflete a probabilidade de duas ou mais empresas selecionadas aleatoriamente possuírem demonstrações financeiras comparáveis. O índice assume valores de 0 (zero) quando todas as empresas têm as demonstrações financeiras não-

comparáveis entre si e 1 (um) quando todas as demonstrações financeiras são plenamente comparáveis entre si. Este índice pode ser utilizado para análise da comparabilidade de empresas situadas em um mesmo país (*National Index*) ou para a comparação de empresas situadas em dois ou mais países (*International Index*).

A fórmula geral para o *T Index* para empresas situadas em um mesmo país (*National Index*) é fornecida pela equação (1) a seguir.

$$T\ Index = \sum_{k=1}^M (P_k)^2 \quad (1)$$

Onde:

$P_k$  = proporção de empresas do país que utilizam o método contábil  $k$ ;

$M$  = Quantidade de métodos contábeis analisados.

A fórmula geral para o *T Index*, para empresas situadas em diferentes países (*International Index*) é dada pela equação (2) a seguir.

$$T\ Index = \sum_{i=1}^N \sum_{j=1}^N \sum_{k=1}^M \sum_{l=1}^M \alpha_{kl} \beta_{ij} P_{ki} P_{lj} \quad (2)$$

Onde:

$\alpha_{kl}$  = é o coeficiente de comparabilidade entre os métodos de contabilidade  $k$  e  $l$ ;

$\beta_{ij}$  = é a ponderação para a comparação entre as empresas dos países  $i$  e  $j$ ;

$P_{ki}$  = proporção de empresas do país  $i$  que utilizam o método contábil  $k$ ;

$P_{lj}$  = proporção de empresas do país  $j$  que utilizam o método contábil  $l$ ;

$N$  = Quantidade de países analisados;

$M$  = Quantidade de métodos contábeis analisados.

Com o objetivo de melhor elucidação do *T Index*, apresenta-se, na sequência, a Tabela 2, contendo os seguintes dados hipotéticos.

Tabela 2: Dados hipotéticos para demonstração do cálculo do *T Index*

	Ano 1			Ano 2		
	Método A	Método B	<i>National Index</i>	Método A	Método B	<i>National Index</i>
País 1	60	40	0,52	100	0	1,00
País 2	30	70	0,58	60	40	0,52
	<i>International Index</i>		0,46	<i>International Index</i>		0,60

Fonte: Cairns *et al* (2010, p. 11)

Observa-se, durante o Ano 1, que 60% das empresas do país 1 utilizam o método contábil A, e 40% empregam o método B. O valor correspondente do *T Index* (*National*) será o equivalente a 0,52 conforme cálculo (3) a seguir.

$$T\ Index = 0,60^2 + 0,40^2 = 0,52 \quad (3)$$

Isso quer dizer que, se duas empresas foram selecionadas aleatoriamente a partir desse país 1 (*National Index*), existe uma chance de 52% das empresas aplicarem o mesmo método contábil. Durante o ano 2, todas as empresas do país recorrem ao método A, o que gera um *T Index* de 1, ou seja, um grau de comparabilidade pleno de 100%.

Analisando a comparabilidade entre diferentes países (*International Index*), tem-se que, durante o ano 1, o método contábil A foi utilizado por 60% das empresas do país 1 e 30% das empresas do país 2 e que o método contábil B, ainda no mesmo ano, foi aplicado por 40% das empresas do país 1 e 70% das empresas do país 2. O valor correspondente do *T Index* será o equivalente a 0,46 conforme cálculo (4) abaixo.

$$T\ Index = (0,60 \times 0,30) + (0,40 \times 0,70) = 0,46 \quad (4)$$

Isso aponta que, se duas empresas foram selecionadas aleatoriamente a partir dos países 1 e 2 (*International Index*), existe uma chance de 46% das empresas recorrerem ao mesmo método contábil. Durante o ano 2, em decorrência de todas as empresas do país 1 utilizarem o método A e a maioria das empresas do país 2 passarem a usar o método A, o índice T *Index* calculado foi de 0,60, ou seja, um grau de comparabilidade da ordem de 60%.

A comparabilidade melhora quando os índices evidenciam que as escolhas das práticas contábeis de registro das transações e eventos convergem para um método. Por isto, a importância das IAS/IFRS exigirem que as empresas recorram a uma mesma política de mensuração, o que ainda não se confirmou em algumas normas em vigor.

### **3.5 Normas internacionais comparadas às normas locais dos BRIC**

Esta seção é dedicada a uma breve descrição das normas IAS 2, 16, 38, 39, e IFRS 6, destacando os principais itens de definição, mensuração, reconhecimento e evidenciação requeridos pelas normas em questão. Outra proposta desta seção é elencar as diferenças significativas das normas locais: CPC (Brasil), RAS (Rússia), AS (Índia) e ABSE (China) em relação às normas IAS/IFRS.

A escolha desse conjunto de normas, para o presente estudo, justifica-se, em primeiro lugar, pela sua grande aplicação às mais diversas modalidades de negócio. No caso da IFRS 6, a escolha foi motivada pela composição da amostra por empresas do setor de petróleo e gás.

Em segundo lugar, a preferência se justifica pela possibilidade de escolha de diferentes práticas contábeis segundo a normatização proposta pelo IASB. Em virtude desta característica, torna-se factível a mensuração do grau de comparabilidade entre os países do BRIC.

#### **3.5.1 Estoques (IAS 2)**

A IAS 2 foi expedida pelo IASC em 1993 em substituição à IAS 2 (Avaliação e apresentação de estoques no contexto do sistema de custo histórico). Em 2003, o IASB emitiu

a IAS 2 revisada e, posteriormente, em novembro de 2006, foram incorporadas alterações decorrentes da aprovação da IFRS 8 (Segmentos operacionais).

A abordagem principal da IAS 2 diz respeito aos custos e despesas a serem mensurados e reconhecidos nos estoques. A IAS 2 não se aplica aos estoques relacionados às obras em andamento originárias de contratos de construção (IAS 11), instrumentos financeiros (IAS 32 e IAS 39), ativos biológicos concernentes às atividades agrícolas (IAS 41), produtos agrícolas, florestais, recursos minerais e *commodities*.

Os estoques são ativos circulantes destinados à venda dentro do processo operacional da organização. O princípio fundamental da IAS 2 reside na premissa de que os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido (VRL), definido, aqui, como o preço de venda estimado no curso normal dos negócios menos os custos projetados para finalizar o produto e realizar a venda.

Os custos dos estoques incluem o custo de aquisição, de conversão (materiais, mão de obra e custos fixos) e transporte, não se consideram custos dos estoques as variações cambiais, custos financeiros de financiamentos de curto prazo, perdas anormais de material, mão de obra, gastos com a estocagem, despesas administrativas e de vendas.

O estoque pode ser avaliado pelo método PEPS-FIFO (Primeiro a entrar, primeiro a sair) ou pela média ponderada. O método UEPS-LIFO (Último a entrar e primeiro a sair) não é permitido.

Os estoques não recuperáveis, em decorrência de avarias, obsolescência, declínio do preço de venda e/ou aumento excessivo dos custos do produto, devem ser baixados pelo seu VRL. As baixas de VRL são registradas como despesa, e os estornos decorrentes de um aumento no VRL são registrados em uma conta redutora das despesas de estoques no período em que ocorrem.

As diferenças significativas relativas aos tratamentos contábeis dos países integrantes do BRIC e a IAS 2 estão expostas no Quadro 4 a seguir.

País	Norma local	Diferenças significativas
Brasil	CPC 16	• Nenhuma diferença significativa
Rússia	RAS PBU 5/01	• O método UEPS é permitido na determinação do custo de estoque.
Índia	AS 2	• Nenhuma diferença significativa
China	ASBE 1	• Nenhuma diferença significativa

Quadro 4: Diferenças significativas entre a IAS 2 e as normas locais (BRIC)

Fonte: Deloitte (2006), KPMG (2005), Ernest & Young (2010)

### 3.5.2 Imobilizado (IAS 16)

A IAS 16 foi emitida pelo IASC em 1993 em substituição à IAS 16 (ativo imobilizado no contexto do sistema de custo histórico). Em 2003, o IASB divulgou a IAS 16 revisada pela IAS 36 (*impairment* de ativos) e, em 2009, lançou a versão revisada pela IAS 17 (*Leases*).

A IAS 16 define os procedimentos contábeis para os itens do ativo imobilizado, de forma que os usuários da informação contábil possam compreender os investimentos da entidade em tais ativos e suas variações (LEMES; CARVALHO, 2010). Seu objetivo principal é estabelecer os princípios para o reconhecimento inicial, posterior contabilização, cálculo da depreciação e das perdas por *impairment*.

O escopo da IAS 16 abrange todo imobilizado, exceto aqueles classificados como mantido para venda (IFRS 5), ativos biológicos relacionados às atividades agrícolas (IAS 41), aos direitos de exploração mineral e recursos não renováveis (IFRS 6).

Os itens do imobilizado são registrados como ativos da entidade, sempre que for comprovada a geração dos benefícios econômicos futuros por parte da entidade, bem como que seu custo seja avaliado com segurança. O reconhecimento inicial é feito pelo custo de aquisição, inclusive, os necessários para preparar o ativo para seu uso pretendido. Consideram-se, também, as estimativas dos custos para desmontar, remover e restaurar o local de instalação do ativo. Os custos com empréstimos são registrados, caso o pagamento seja diferido (IAS 23).

Após a aquisição, a IAS 16 permite a escolha do modelo de contabilização do ativo imobilizado, a saber:

(a) modelo do custo em que o ativo é registrado pelo custo de aquisição menos depreciação acumulada e as perdas por *impairment* reconhecidas; ou

(b) modelo de reavaliação ou perda de valor recuperável, o ativo é registrado pelo valor reavaliado, equivalente ao valor justo na data de reavaliação menos depreciação e às perdas por *impairment* reconhecidas.

O método de depreciação deve refletir o padrão de consumo dos benefícios futuros. A depreciação é alocada, anualmente, ao longo da vida útil do ativo. O valor residual é revisto anualmente e equivale ao valor que a entidade receberia, se o ativo tivesse a idade e a

condição prevista para o fim da sua vida útil. Componentes de um ativo com padrões de benefícios divergentes devem ser depreciados separadamente.

As reavaliações devem ser realizadas periodicamente, de modo que a quantia escriturada de um ativo não seja materialmente diferente do seu justo valor na data do balanço. Se um item for reavaliado, toda a classe de ativos à qual pertença esse ativo deve ser reavaliada. Os bens reavaliados são amortizados, da mesma forma como no modelo de custo.

Se uma reavaliação resulta em um aumento no valor do ativo imobilizado, este deve ser creditado a outro rendimento integral e acumulado no capital próprio como excedente de reavaliação. Decréscimos da reavaliação são, inicialmente, alocados à reserva de reavaliação no patrimônio líquido relacionado ao ativo específico, se insuficiente, a diferença deverá ser alocada no resultado, como perda por *impairment*.

A baixa de reserva de reavaliação nos casos de alienação, baixa ou uso do ativo da entidade, ocorrerá sempre contra lucros acumulados, nunca em resultados.

As diferenças significativas relativas aos tratamentos contábeis dos países integrantes do BRIC e a IAS 16 estão representadas no Quadro 5 a seguir.

País	Norma local	Diferenças significativas
Brasil	CPC 27	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nenhuma diferença significativa</li> </ul>
Rússia	RAS PBU 06/01, 08/01, 13/02	<ul style="list-style-type: none"> <li>Custos de futuras desmontagens e recuperação do local não são capitalizados. As provisões para tais custos são constituídas mediante da conta de “reserva para gastos iminentes”.</li> <li>A depreciação é suspensa em determinados casos, quando um ativo fixo está ocioso ou está sendo reformado.</li> <li>A vida útil de um ativo, geralmente é revista somente quando o ativo é incrementado ou a vida útil é reduzida.</li> <li>Não há necessidade de rever o método de depreciação, e os valores residuais não são considerados na determinação da depreciação</li> </ul>
Índia	AS 16	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nenhuma diferença significativa.</li> </ul>
China	ASBE 4	<ul style="list-style-type: none"> <li>Único modelo de mensuração permitido é o de custo.</li> </ul>

Quadro 5: Diferenças significativas entre a IAS 16 e as normas locais (BRIC)

Fonte: Deloitte (2006), KPMG (2005), Ernest & Young (2010)



### 3.5.3 Ativos intangíveis (IAS 38)

A IAS 38 foi emitida em 1998 em substituição a IAS 9 (Custos de pesquisa e desenvolvimento). Em 2009, foi divulgada uma versão da norma revisada, a qual foi alterada pelas IAS 1, IAS 23, IFRS 3, IFRS 5 e IFRS 6.

A IAS 38 aplica-se a todos os ativos intangíveis, com exceção dos ativos financeiros (IAS 39), ativos de exploração e avaliação das indústrias extrativas (IFRS 6), ativos intangíveis decorrentes de contratos de seguros emitidos por seguradoras (IFRS 4), ativos intangíveis detidos para venda (IFRS 5), ativos originados por impostos diferidos (IAS 12), ativos locados (IAS 17), ativos resultantes de benefícios de empregados (IAS 19) e o *goodwill* resultante de uma combinação de negócios (IFRS 3).

Ativos intangíveis, independentemente se adquiridos ou de criação própria, devem ser reconhecidos quando for provável a geração dos benefícios econômicos futuros, forem controláveis pela entidade e quando os custos dos ativos puderem ser mensurados com segurança.

Todos os custos de pesquisa são registrados como despesas quando incorridos, os custos de desenvolvimento são capitalizados apenas quando for confirmada a viabilidade técnica e comercial do produto ou serviço resultante. O ágio gerado internamente, marcas, logotipos, títulos de publicações, lista de clientes, custos de início de atividades, custos de treinamento, custos de propaganda e custos de recolocação, nunca são reconhecidos como ativos.

Caso um item intangível não satisfaça nem às definições nem aos critérios de reconhecimento para um ativo intangível, seus gastos incorridos devem ser reconhecidos como despesa, quando da ocorrência do gasto, exceto se o custo for incorrido como parte de uma combinação de negócios, caso em que ele formará parte do montante a ser reconhecido como ágio na data de aquisição.

Para fins de contabilização posterior à aquisição inicial, os ativos intangíveis são classificados como: (a) de vida indefinida: sem limite previsível do período previsto de geração de benefícios líquidos à entidade; e (b) de vida definida: um período limitado de benefício para a entidade. Os ativos intangíveis podem ser contabilizados utilizando um modelo de custo ou a modelo de reavaliação.

As diferenças significativas relativas aos tratamentos contábeis dos países integrantes do BRIC e a IAS 38 estão evidenciadas no Quadro 6 a seguir.

País	Norma local	Diferenças significativas
Brasil	CPC 04	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nenhuma diferença significativa.</li> </ul>
Rússia	RAS PBU 14/00, 17/02	<ul style="list-style-type: none"> <li>O custo de um ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios é evidenciado pela quantia escriturada nas demonstrações financeiras da subsidiária.</li> <li>O custo de um ativo intangível gerado internamente inclui despesas que não seriam capitalizadas em IFRS.</li> <li><i>Goodwill</i> é a diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal das ações adquiridas</li> <li>Todos os ativos intangíveis são amortizados, inclusive o <i>goodwill</i>.</li> <li>Os ativos intangíveis não estão sujeitos a testes de imparidade e não podem ser reavaliados.</li> <li>O valor residual de um ativo intangível é sempre 0 (zero)</li> </ul>
Índia	AS 38	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nenhuma diferença significativa.</li> </ul>
China	ASBE 6	<ul style="list-style-type: none"> <li>Único modelo de mensuração permitido é o de custo.</li> </ul>

Quadro 6: Diferenças significativas entre a IAS 38 e as normas locais (BRIC)

Fonte: Deloitte (2006), KPMG (2005), Ernest & Young (2010)

### 3.5.4 Instrumentos Financeiros (IAS 39)

A IAS 39 foi emitida, em 1998, em substituição a IAS 25 (contabilização dos investimentos). A norma IAS 39 gerou inúmeras propostas de alteração e tem sua versão mais recente lançada em Janeiro de 2010. Paralelamente, em novembro de 2009, o IASB divulgou a IFRS 9 que irá substituir a IAS 39 em resposta às críticas recebidas ante as constantes crises financeiras. A entrada em vigor da IFRS 9 está prevista para 2013.

O objetivo da IAS 39 é estabelecer os princípios de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros. Esta norma aplica-se a todos os tipos de instrumentos financeiros e derivativos, exceto os utilizados em subsidiárias, associadas e *joint ventures* contabilizados segundo a IAS 27, IAS 28 e IAS 31.

A norma também não se aplica aos direitos e obrigações dos empregadores no âmbito dos planos de benefícios aos empregados (IAS 19), contratos oriundos de combinações de negócios (IFRS 3), direitos e obrigações decorrentes de contratos de seguro (IFRS 4), instrumentos financeiros que atendam à definição de capital próprio (IAS 32), instrumentos

financeiros, contratos e às obrigações, segundo transações de pagamento com base em ações (IFRS 2) e direitos aos pagamentos de reembolso (IAS 37).

Todos os ativos e passivos financeiros, inclusive todos os instrumentos financeiros derivativos, são reconhecidos nas demonstrações financeiras. Inicialmente, os instrumentos financeiros são avaliados a valor justo na data de aquisição ou emissão, e a entidade tem a opção de reconhecer aquisições e vendas normais de títulos e valores mobiliários no mercado na data de negociação ou de liquidação. Se for utilizada a contabilização na data de liquidação, a IAS 39 exige o reconhecimento de certas variações de valor entre as datas de negociação e de liquidação.

Para fins de avaliação, a IAS 39 classifica os ativos financeiros em quatro categorias:

- (a) empréstimos e recebíveis não mantidos para negociação;
- (b) investimentos mantidos até o vencimento, como títulos de dívida e ações preferenciais resgatáveis compulsoriamente, os quais a entidade pretende e pode manter até o vencimento;
- (c) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, o que inclui aqueles mantidos para negociação e outro ativo financeiro designado pela entidade. Os ativos derivativos são sempre classificados nessa categoria, exceto se designados como instrumentos de *hedge*; e
- (d) ativos financeiros disponíveis para venda e todos os ativos financeiros que não entram em uma das outras três categorias. Isto inclui todos os investimentos em instrumentos patrimoniais não mensurados pelo valor justo.

O uso do valor justo é restrito àqueles instrumentos financeiros designados no reconhecimento inicial em uma das seguintes categorias:

- (a) aqueles classificados como mantidos para negociação;
- (b) quando a opção pelo valor justo elimina uma divergência contábil, o que, caso contrário, decorreria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas sobre estes, em diferentes bases;
- (c) estes não fazem parte de um grupo de ativos e passivos financeiros, ou ambos, administrados com acompanhamento de desempenho baseado no valor justo de acordo com a estratégia de gestão de risco ou uma estratégia de investimento documentada; e

(d) aqueles contendo um ou mais derivativos embutidos, exceto se o derivativo não alterar significativamente os fluxos de caixa associados ou quando ficar claro, mediante rápida análise ou sem análise alguma, que a separação é proibida.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, todos os ativos financeiros das categorias (a) e (b) são registrados pelo custo amortizado e sujeitos ao teste de *impairment*. Os pertencentes à categoria (c) são registrados pelos seus valores justos com as variações reconhecidas no resultado, e os da categoria (d) são mensurados pelo valor justo nas demonstrações da posição financeira com a alteração de valores reconhecida em outras receitas abrangentes, sujeita aos testes de *impairment*.

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes informadas e voluntárias, em uma transação em bases comutativas. A IAS 39 apresenta a seguinte hierarquia de valor justo, preferencialmente com a cotação em um mercado ativo, seguida pela utilização de técnicas de valorização que faz o uso máximo dos subsídios do mercado e inclui transações em bases comutativas, referência ao valor justo decorrente de outro instrumento praticamente igual, análise de fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções.

A IAS 39 estabelece as condições para determinar quando o controle sobre o ativo ou passivo financeiro foi transferido à outra parte e, portanto, quando deve ser removido da demonstração da posição financeira. A baixa não é permitida quando comprovada a continuidade do envolvimento do cedente no ativo ou em parte do ativo que foi transferido.

A contabilização de contratos de *hedges* é permitida em certos casos, desde que as relações *hedging* sejam claramente definidas, mensuráveis e efetivas. Conforme o IAS 39, existem três tipos de *hedge*:

(a) *hedge* de valor justo, caso a entidade proteja a variação no valor justo de um ativo, passivo ou compromisso assumido registrado, as variações, tanto nos valores justos do instrumento de *hedging* como do item protegido, são reconhecidas no resultado no momento da sua ocorrência;

(b) *hedge* de fluxo de caixa, protege a entidade das variações dos fluxos de caixa futuros relativos a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação altamente provável, então, as variações no valor justo do instrumento de *hedge* são reconhecidas em outras receitas abrangentes até a ocorrência desses fluxos de caixa futuros; e

(c) *hedge* de um investimento líquido em uma entidade estrangeira, tratado como *hedge* de fluxo de caixa.

Um *hedge* de risco em moeda estrangeira, em compromisso assumido, pode ser contabilizado como *hedge* de valor justo ou como *hedge* de fluxo de caixa. O risco provável em moeda estrangeira em uma transação entre partes relacionadas pode ser qualificado como item protegido por um *hedge* de fluxo de caixa nas demonstrações financeiras consolidadas, desde que a transação seja denominada em moeda diferente da moeda funcional da entidade que realiza a transação, e o risco em moeda estrangeira possa afetar as demonstrações financeiras consolidadas. Um *hedge* de carteira de risco de taxas de juros pode ser classificado como *hedge* de valor justo.

As diferenças significativas relativas aos tratamentos contábeis dos países integrantes do BRIC e a IAS 39 estão listadas no Quadro 7 a seguir.

País	Norma Local	Diferenças significativas
Brasil	CPC 38	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nenhuma diferença significativa</li> </ul>
Rússia	RAS PBU 15/01, 19/02	<ul style="list-style-type: none"> <li>Geralmente os derivativos não são reconhecidos nos demonstrativos financeiros.</li> <li>Investimentos financeiros são classificados tanto como negociáveis ou não-negociáveis.</li> <li>Apenas os investimentos negociáveis são mensurados pelo valor de mercado. Outros investimentos financeiros são mensurados pelo custo.</li> <li>Não é possível designar pelo valor justo um ativo ou passivo financeiro.</li> <li>Um investimento financeiro somente é baixado quando legalmente alienado.</li> </ul>
Índia	AS 39	<ul style="list-style-type: none"> <li>Opção de conversão para adquirir o número fixo de ações de quantia fixa em dinheiro em qualquer moeda é tratada como patrimônio, portanto não sendo obrigado a ser mensurado pelo valor justo.</li> <li>Qualquer alteração no valor justo devido a mudanças no risco de crédito da entidade é ignorada.</li> </ul>
China	ASBE 12, 22, 23 e 24	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os princípios de remoção das dívidas nos relatórios financeiros não são considerados na ASBE 12.</li> </ul>

Quadro 7: Diferenças significativas entre a IAS 39 e normas locais (BRIC)

Fonte: Deloitte (2006), KPMG (2005), Ernest & Young (2010)

### 3.5.5 Exploração e avaliação de recursos minerais (IFRS 6)

A IFRS 6 foi lançada em 2004, com efetiva vigência em 2006. Seu objetivo é definir as informações financeiras sobre a exploração e avaliação de recursos minerais até o IASB concluir um projeto abrangente nessa área. A norma exige a divulgação de informações que identifiquem e expliquem os valores derivados da exploração e avaliação de recursos minerais.

A atividade de exploração e avaliação de recursos minerais pode ser definida como a extração de recursos minerais, incluindo minérios, petróleo, gás natural e recursos similares não renováveis, após a entidade ter obtido os direitos legais de explorar numa área específica, bem como a determinação das viabilidades técnica e comercial de extrair o recurso mineral.

Os gastos de exploração e avaliação são incorridos em uma fase anterior à comprovação da exequibilidade técnica e viabilidade comercial da extração de um recurso mineral e são registrados como ativos intangíveis ou imobilizados.

A IFRS 6 não exige nem proíbe nenhuma prática contábil específica para o registro e a avaliação de ativos de exploração e avaliação. A entidade deve valer-se das suas práticas contábeis atuais, desde que tais práticas gerem informações relevantes e confiáveis que atendam às necessidades dos usuários para a tomada de decisões econômicas. As práticas contábeis atuais se dividem em esforços bem-sucedidos e método do custo total.

A diferença nos dois métodos, tal qual descrevem Cortese, Irvine e Kaidonis (2009), reside no montante dos custos pré-operacionais capitalizado. O método de custos totais “determina que todos os custos incorridos na prospecção, aquisição de participações minerais, exploração avaliação, desenvolvimento e construção sejam capitalizados nos centros de custos” (ERNST & YOUNG, FIPECAFI, 2010, p. 149). Já nos esforços bem-sucedidos, os custos pré-produtivos devem apenas ser mantidos capitalizados, caso o descobrimento e o desenvolvimento de uma reserva mineral resultem em sucesso (seja comprovada a viabilidade da atividade), caso contrário, esse valor deve ser considerado uma perda (CORTESE, IRVINE E KAIDONIS, 2009, p. 2).

A norma exige a realização do teste de *impairment*, quando há indícios de que o valor contábil dos ativos de exploração e avaliação é maior que o seu valor recuperável. O

*impairment* deve ser mensurado conforme a IAS 36. A IFRS 6 também fornece orientações sobre como identificar as unidades geradoras de caixa (UGC).

A IFRS 6 exige a evidenciação dos seguintes itens:

(a) suas políticas contábeis para gastos com a exploração e avaliação, incluindo o reconhecimento de ativos de exploração e avaliação; e

(b) os montantes dos ativos, passivos, receitas e despesas operacionais e fluxos de caixa de investimento resultantes da exploração e da avaliação de recursos minerais.

A entidade deve registrar os ativos de exploração e avaliação em uma classe separada de ativos e fazer as divulgações exigidas ou pela IAS 16 ou pela IAS 38, consistentemente com a forma como os ativos estão classificados.

O Quadro 8, a seguir, evidencia as diferenças significativas relativas aos tratamentos contábeis dos países integrantes do BRIC e a IFRS 6.

País	Norma Local	Diferenças significativas
Brasil	CPC 34	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Norma ainda não emitida</li> </ul>
Rússia	RAS Fed Law 2395-1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os gastos com a exploração e avaliação de recursos minerais são classificados como investimentos de capital e/ou despesas diferidas.</li> <li>• Não estão sujeitos a testes de <i>impairment</i>.</li> </ul>
Índia	AS 106	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Norma ainda não emitida</li> </ul>
China	ASBE 27	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Norma abrange somente a exploração e produção de petróleo e gás natural, os outros recursos minerais não são abordados.</li> <li>• Permite apenas a capitalização dos custos na atividade de perfuração exploratória.</li> <li>• Outros custos além dos custos de perfuração exploratória devem ser registrados no resultado conforme incorridos.</li> <li>• Exigência de teste <i>impairment</i> nas reservas não comprovadas pelo menos uma vez por ano.</li> <li>• Para reservas comprovadas, os testes de <i>impairment</i> devem ser realizados quando houver uma indicação de perda por imparidade.</li> <li>• As perdas por <i>impairment</i> não são revertidas no futuro.</li> </ul>

Quadro 8: Diferenças significativas entre a IFRS 6 e normas locais (BRIC)

Fonte: Deloitte (2006), KPMG (2005), Ernest & Young (2010)

## **4 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Pesquisa é um procedimento racional e sistemático que visa proporcionar respostas a determinados questionamentos propostos, sendo demandada, quando não se dispõe de informações suficientes e organizadas que conduzam às suas respectivas elucidações (GIL, 2006).

O correto delineamento metodológico da pesquisa é fundamental no processo de elaboração dos trabalhos científicos, no sentido de articular planos e estruturas com o objetivo de obter respostas para os problemas de estudo (RAUPP; BEUREN, 2006). Cumpre observar que não existe um único método, mas sim uma multiplicidade de métodos que procuram atender às necessidades conforme o assunto e a finalidade da pesquisa, bem como as várias atividades das ciências (SILVA, 2006).

### **4.1 Classificação, métodos e técnicas de pesquisa**

Quanto à natureza, este estudo classifica-se como pesquisa aplicada, cujo objetivo é gerar conhecimento para uma aplicação ou um problema particular, em que o pesquisador é impelido a contribuir para finalidades práticas, buscando soluções para problemas concretos (GIL, 2006).

Considerando as particularidades da contabilidade, optou-se por focar tipologias de delineamentos de pesquisas mais aplicáveis a esta área do conhecimento, agrupadas em três categorias (RAUPP; BEUREN, 2006):

- a) Pesquisa quanto aos objetivos, que contempla a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa;
- b) Pesquisa quanto à abordagem do problema, que compreende a pesquisa qualitativa e quantitativa; e
- c) Pesquisa quanto aos procedimentos, que aborda o estudo de caso, o levantamento, a pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental.



A pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa. Estas pesquisas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno com o estabelecimento de relações entre as variáveis. As suas características mais significativas estão na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2006), ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda. Neste contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos (RAUPP; BEUREN, 2006), todos os fatos são observados sem que o pesquisador interfira sobre eles (ANDRADE, 2004). A presente pesquisa possui esta classificação quanto aos seus objetivos propostos.

Este estudo utiliza uma abordagem quantitativa caracterizada pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Este procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenômenos, uma vez que se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos (RAUPP; BEUREN, 2006). Destaca-se sua importância ao ter a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências feitas.

Os procedimentos de pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e se obtém os dados (ANDRADE, 2004). Nessas tipologias, enquadram-se o estudo de caso, o levantamento, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa participante e pesquisa experimental (RAUPP; BEUREN, 2006). Para a realização deste estudo, recorreu-se à pesquisa documental de fontes primárias relativas ao tema estudado.

Em relação aos procedimentos técnicos para a análise dos índices de comparabilidade, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo, que pode ser definida como um método de análise de texto desenvolvido no âmbito das ciências sociais empíricas com o objetivo de estabelecer uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos textos (BAUER, 2002).

## 4.2 Caracterização da amostra

As pesquisas classificadas no campo das ciências sociais englobam um universo de elementos extenso, o que torna impraticável a análise de todo o conjunto da população. Por este motivo, a seleção de amostras é uma ferramenta que facilita o processo de estudo e interpretação dos dados de uma pesquisa (COLAUTO; BEUREN, 2006).

De acordo com Gil (1999) e Marconi e Lakatos (2002), amostra é um subconjunto da população convenientemente selecionada, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características deste universo ou população.

Com o intuito de cumprir os objetivos propostos por esta pesquisa, fez-se necessária a seleção de empresas que atendessem a determinadas condições preestabelecidas conforme roteiro abaixo. Dados os critérios de seleção “Condição Geográfica”, “Relevância Setorial”, “Presença Mercado de Capitais” e “*Disclosure*” e de acordo com Colauto e Beuren (2006), pode-se considerar o processo de amostragem desta pesquisa classificado como conglomerado ou grupo, pois faz inferências à formação de grupos de uma população, sendo utilizado quando há inviabilidade de estabelecer uma lista completa dos elementos da população-alvo. A Figura 2, a seguir, apresenta a sequência observada para seleção das empresas da amostra da presente pesquisa.

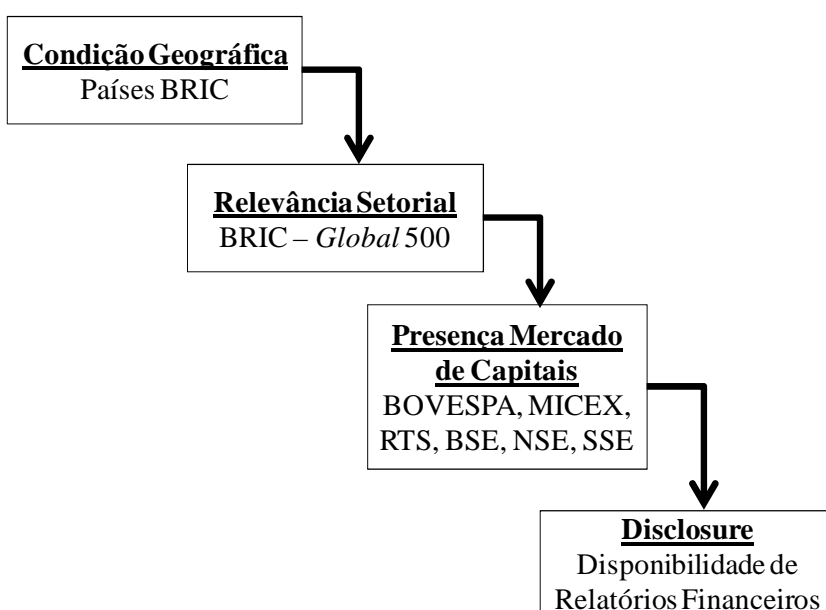


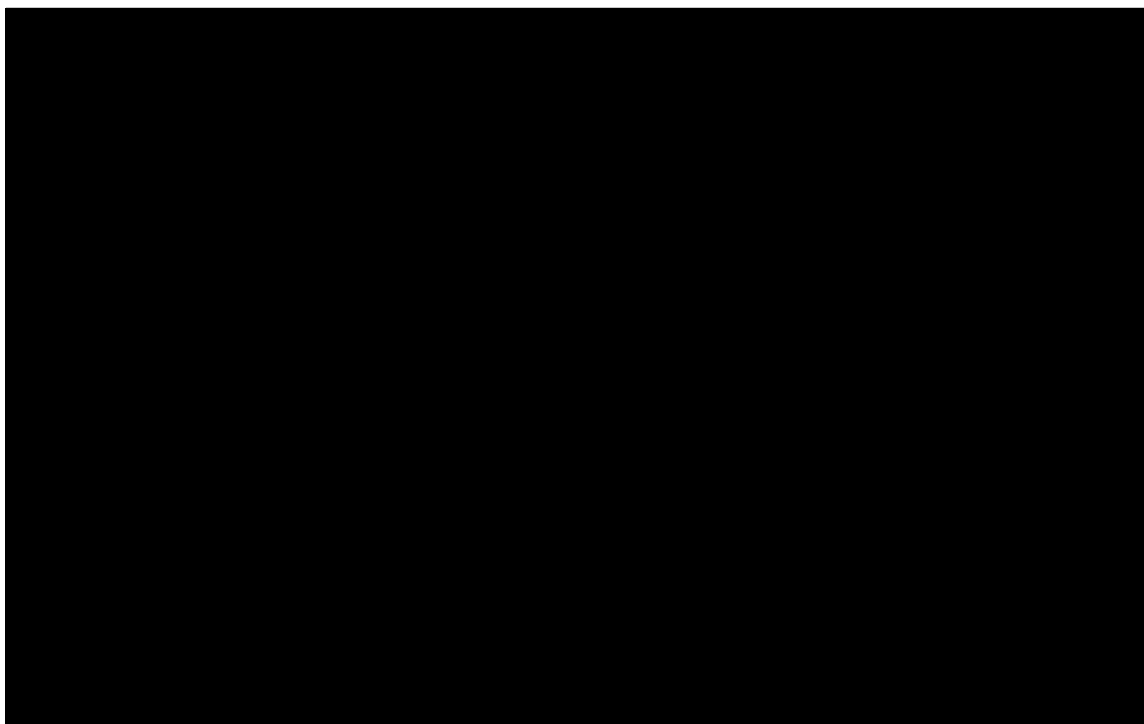
Figura 2: Roteiro de seleção de empresas

O roteiro de seleção das empresas que compuseram a amostra da pesquisa obedeceu à seguinte sequência:

a) Condição geográfica: a empresa deve ser oriunda de país dos BRIC;

b) Relevância Setorial: buscou-se identificar os setores econômicos mais relevantes dos BRIC com base na edição 2010 da *Fortune Global 500*. A referida publicação elabora uma lista das 500 maiores empresas do mundo em volume anual de receita bruta. Estes dados estão amparados pelas informações financeiras das empresas que foram arquivadas nas respectivas agências reguladoras dos mercados de capitais. A quantidade de companhias pertencentes aos BRIC, listadas na *Fortune Global 500*, totalizou 67 distribuídas nos diversos setores econômicos, conforme Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Receita Bruta (US\$ Bi) e quantidade de empresas pertencentes ao BRIC – *Global 500*



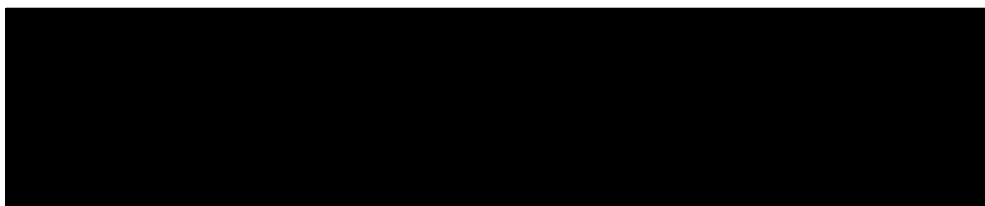
Fonte: Elaboração própria a partir da edição 2010 da *Fortune Global 500*

Por essa óptica, pode-se observar que os setores mais relevantes das maiores empresas dos BRIC são: (a) Petróleo e gás, com 30% de participação no volume de faturamento; (b) Financeiro, com 22% de participação; (c) Energia, com 12%; e (d) Siderurgia e Mineração com 9% de participação no volume de faturamento.

A análise das empresas do setor financeiro não faz parte do escopo deste trabalho, pois as características dos relatórios financeiros apresentados por instituições financeiras são distintas daquelas adotadas por empresas não-financeiras. Isto decorre das próprias exigências normativas oriundas dos distintos órgãos reguladores diferentes. Por isto, os setores escolhidos para a composição da amostra de pesquisa foram: (a) Petróleo e Gás; (b) Energia; e (c) Siderurgia e Mineração.

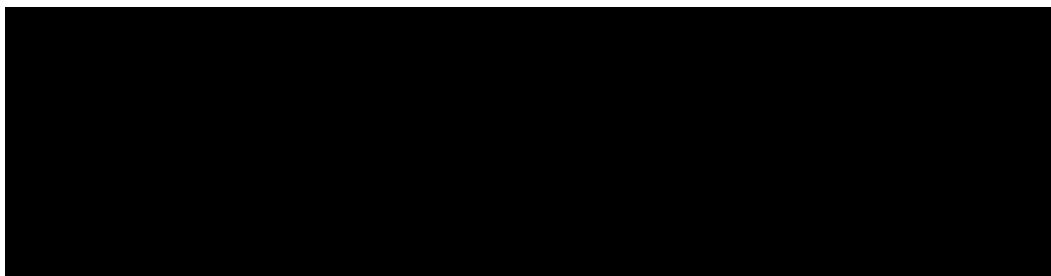
c) Presença no mercado de capitais: realizou-se uma busca de empresas dos BRIC listadas nas bolsas de valores locais, pertencentes aos segmentos econômicos escolhidos na etapa anterior. Os mercados de capitais selecionados para esta pesquisa são representados no Brasil, pela BOVESPA (Bolsa de valores de São Paulo); na Rússia, pelo MICEX (*Moscow Interbank Currency Exchange*) e RTS (*Russian Trading System Stock Exchange*); na Índia, pela NSE (*National Stock Exchange*) e BSE (*Bombay Stock Exchange*); e, por último, na China, pela SSE (*Shanghai Stock Exchange*). Desta etapa final, resultou-se a seleção de 66 empresas, cuja distribuição setorial e por país encontra-se relacionada na Tabela 4 a seguir. A lista completa das empresas selecionadas está disponível no Anexo 2 deste trabalho.

Tabela 4 - Quantidade de empresas da amostra de pesquisa



d) *Disclosure*: a partir da seleção das empresas, partiu-se para a obtenção dos relatórios financeiros. O horizonte temporal escolhido para esta pesquisa foi relativo aos últimos cinco anos, o que corrobora outras pesquisas na área de contabilidade realizadas anteriormente (AGUIAR *ET AL.*, 2007; LUCENA; CAVALCANTE; SALES, 2007, MALAQUIAS 2008; OLIVEIRA, 2010). Sendo assim, os exercícios contábeis considerados foram os de 2006 a 2010. Esse procedimento resultou na obtenção de 298 relatórios distribuídos por ano de publicação e país de origem, conforme Tabela 5 a seguir.

Tabela 5 - Quantidade de relatórios financeiros analisados



### 4.3 Instrumento de análise da comparabilidade

De posse dos relatórios e para cumprir os objetivos propostos no presente trabalho, iniciou-se o processo de coleta de informações para o cálculo do índice de comparabilidade dos relatórios financeiros das empresas oriundas dos BRIC.

A aplicação do *T Index* se deu por intermédio da análise de conteúdo a partir de um roteiro específico, aplicado a cada empresa individualmente, composto por 34 itens de verificação das práticas contábeis adotadas pelas empresas, quando as normas IAS 2, 16, 38, 39 e IFRS 6 permitem a utilização de mais de um método de contabilização. O roteiro elaborado encontra-se disponível no Anexo 1 deste trabalho.

Os índices de comparabilidade gerados com base na análise dos relatórios foram, posteriormente, tratados estatisticamente, segundo as seguintes etapas: (a) cálculo das médias dos índices obtidos, conforme período de análise, país de origem, setor de atuação, empresa de auditoria, GAAP utilizado e porte da empresa analisada; e (b) análise dos itens do roteiro de verificação que aparecem com maior e menor frequência nos quatro diferentes países pertencentes aos BRIC.

## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 5.1 Comparabilidade contábil dos países do BRIC

Com base nas etapas descritas na seção 4.3 do presente estudo, este capítulo avaliará os resultados obtidos do nível de comparabilidade contábil dos países do BRIC em relação às normas IAS 2, IAS 16, IAS 38, IAS 39 e IFRS 6.

A Tabela 6 evidencia a quantidade e o percentual de empresas que utilizam cada política exigida ou permitida sob o conjunto de normas selecionadas para o estudo. Sob este aspecto, as escolhas, geralmente, recaíram sobre o valor de custo, valor justo e reavaliação. Além disto, considerou-se o uso de “custo atribuído”, conforme permitido pelo IFRS 1, na avaliação dos ativos imobilizados e intangíveis.

As empresas foram classificadas como “não divulgado”, quando não evidenciaram, em suas demonstrações financeiras, as políticas adotadas para a mensuração e avaliação dos ativos ou passivos pesquisados.

Com base nos resultados auferidos em cada país, calculou-se o *International Index* de cada item de avaliação e de mensuração proposto pela pesquisa. Estes índices estão disponíveis na Tabela 7 a seguir. Os resultados alcançados serão discutidos nas seções subsequentes.

Tabela 6 – Políticas contábeis adotadas pelos países do BRIC (2006-2010)

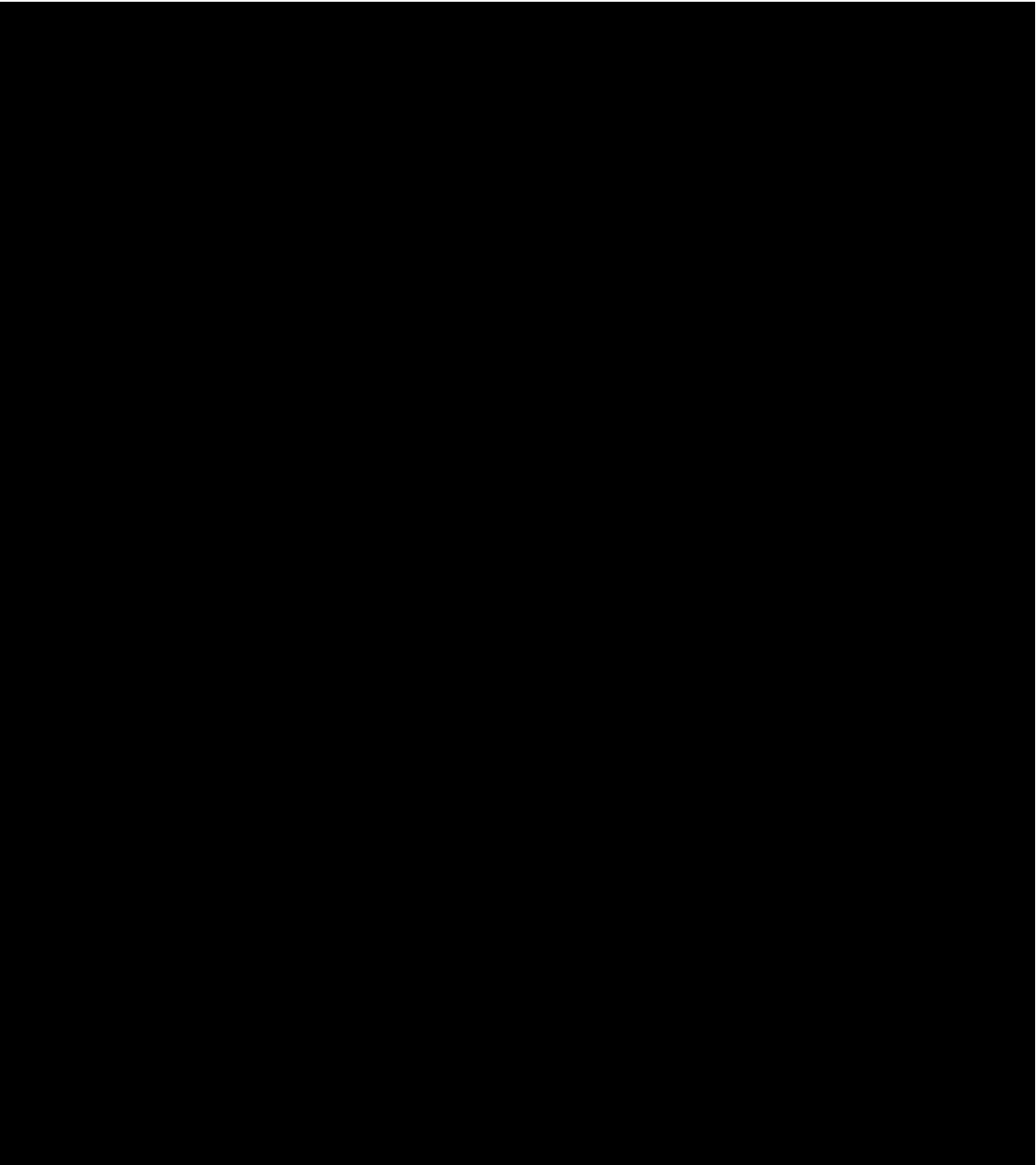
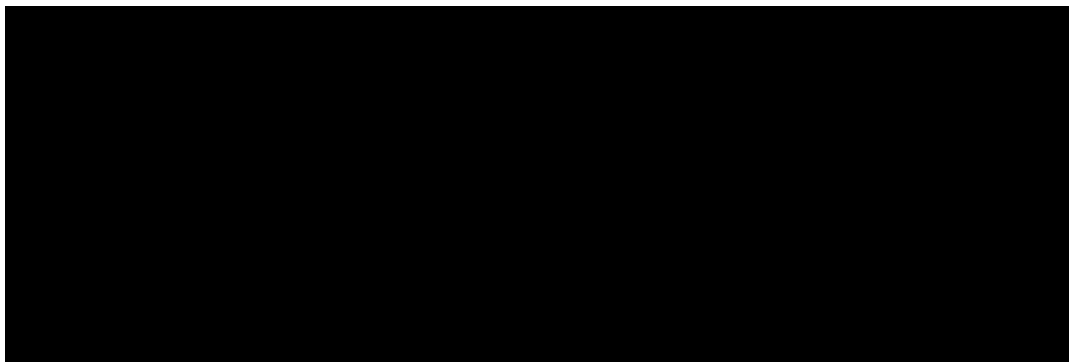


Tabela 7 – *International Index* – Consolidado dos países do BRIC (2006-2010)


### 5.1.1 Análise das políticas contábeis relacionadas aos Estoques (IAS 2)

Segundo dados da Tabela 6 (itens IAS 2.1 a 2.3), a maior parte das empresas emprega o modelo de mensuração dos estoques pelo “valor realizável líquido”. Durante o período analisado, a utilização do “custo histórico” verificou-se para 8% da amostra, especificamente, nos países Brasil (vide Anexo 3) e Índia (vide Anexo 5).

O percentual de empresas dos países do BRIC que adotam o “valor realizável líquido”, para mensurar seus estoques, cresceu entre os anos de 2006 (90%) e 2010 (93%). Em 2008, atingiu o maior valor dentro da série histórica (93,4%). Deste padrão de comportamento, o *International Index* de mensuração de estoques obtido a partir do consolidado BRIC iniciou a série histórica com 0,650, em 2006, atingindo 0,739, em 2010, com pico de 0,769 em 2007.

Analisando o *National Index* (Tabela 8 – Item mensuração de estoques), comprovou-se a comparabilidade plena das práticas utilizadas (*T Index* = 1) nos países Rússia e China durante todos os períodos analisados. Em relação aos demais países, o índice mostrou-se inferior: Índia (0,695 a 0,889) e Brasil (0,592 a 0,680). Cumpre ressaltar que, em 2007, apenas o Brasil não apresentou o *National Index* pleno para o item analisado.

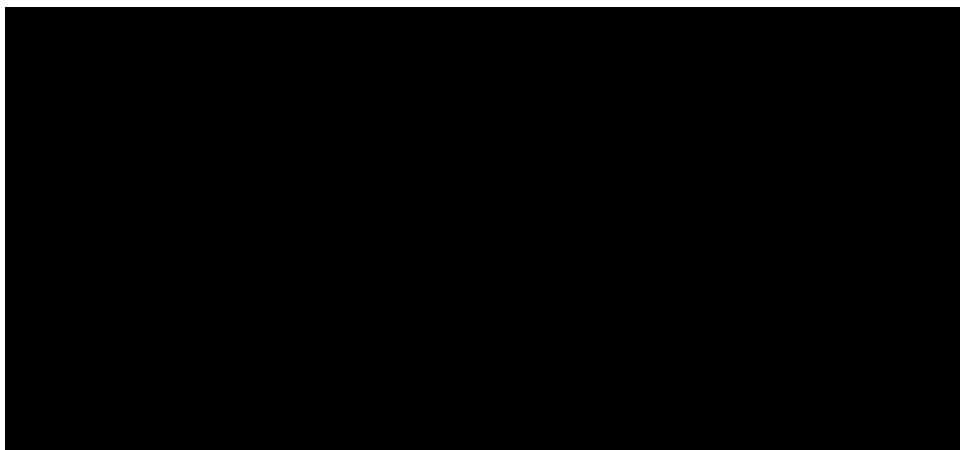
No âmbito da avaliação dos estoques e segundo a Tabela 6 (itens IAS 2.4 a 2.8), a maioria das empresas vale-se da “média ponderada” para avaliação dos estoques. Durante o período analisado, o uso do método “PEPS” foi constatada para 8,5% da amostra, em específico, nos países Rússia (vide Anexo 4) e Índia (vide Anexo 5).



Dentro da série histórica analisada, o percentual de empresas que adotam “média ponderada” para mensurar seus estoques apresentou um comportamento decrescente, atingindo média de 88%. Em 2010, este percentual alcançou 87%. Deste padrão de mensuração dos estoques, o *International Index* obtido a partir do consolidado BRIC, iniciou em 0,714, em 2006, atingindo 0,609 em 2010.

Analisando o *National Index* (Tabela 8 – Item avaliação de estoques), verificou-se a comparabilidade plena das práticas utilizadas (*T Index* = 1) nos países Brasil e China em todos os períodos de análise. Em relação aos demais países, o índice se mostrou inferior: Rússia (1,000 a 0,680) e Índia (0,592 a 0,602). Cumpre ressaltar que a Rússia apresentou queda significativa no *National Index*, ocasionada pelas adoções das metodologias de avaliação dos estoques “PEPS” e “SOMA” (vide Anexo 4).

Tabela 8 – *National Index* – IAS 2 (2006-2010)



### 5.1.2 Análise das políticas contábeis relacionadas ao Imobilizado (IAS 16)

A Tabela 6 (itens IAS 16.1 a 16.4) evidencia a predominância das empresas no uso da prática de mensuração do ativo imobilizado pelo “custo histórico”. Durante o intervalo de tempo analisado, o emprego da “reavaliação” foi constatada em 9% da amostra, especificamente, nos países Brasil (vide Anexo 3) e Rússia (vide Anexo 4). Em 2010, observou-se a aplicação do “custo atribuído” (*deemed cost*) em 4 (quatro) empresas brasileiras

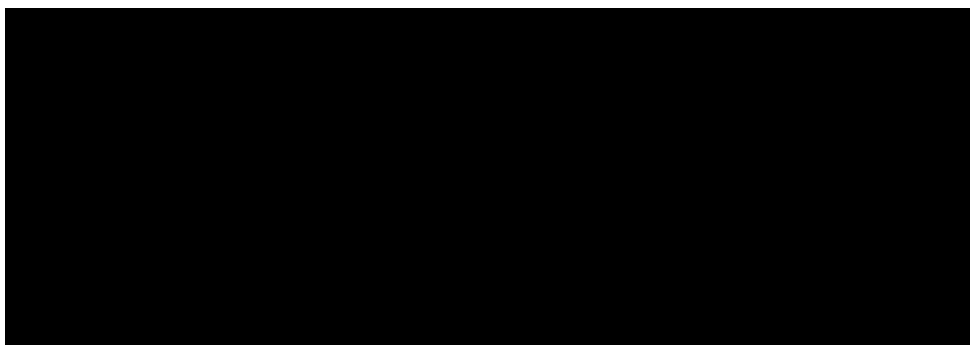
do setor de energia. Este evento influenciou negativamente o *International Index* consolidado dos BRIC.

Apesar de ser um padrão dominante, o percentual de empresas dos países do BRIC que adotam o custo histórico, para mensurar seus ativos imobilizados, vem diminuindo de 2006 para 2010. Analisando a série histórica, percebeu-se que o maior valor foi auferido em 2006 (88%), em contrapartida ao obtido em 2010 (80%). Este efeito foi provocado pela variedade das escolhas de empresas localizadas no Brasil (vide Anexo 3) e Rússia (vide Anexo 4).

Com isso, o *International Index* obtido a partir do consolidado BRIC diminuiu de 0,720, em 2006, alcançando 0,500, em 2010, com ponto máximo (0,737) em 2009. Ressalta-se que o valor obtido em 2010 foi influenciado pelos *National Indexes* brasileiro (vide Anexo 3), proveniente da adoção da prática “custo atribuído”, e russo (vide Anexo 4), resultado do emprego da “reavaliação”.

Considerando o *National Index* (Tabela 9 – Item mensuração do ativo imobilizado) observa-se a comparabilidade plena das práticas utilizadas ( $T\ Index = 1$ ) nos países Índia e China em todos os períodos de análise. A média dos índices brasileiros, durante os anos analisados, atingiu o valor de 0,824 com um desvio-padrão de 0,179. Em relação à Rússia, o índice apresentou uma média de 0,630 e desvio-padrão de 0,036.

Tabela 9 – *National Index* – IAS 16 (2006-2010)



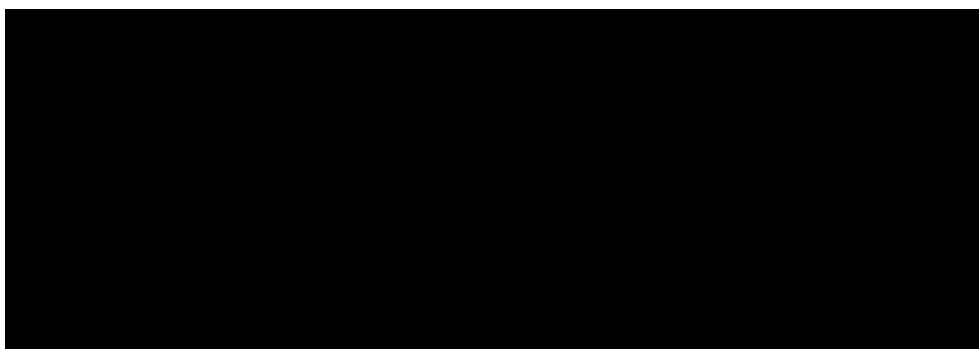
### 5.1.3 Análise das políticas contábeis relacionadas aos Intangíveis (IAS 38)

Por meio da Tabela 6 (itens IAS 38.1 a 38.4), tem-se a comprovação do emprego do “custo histórico”, na mensuração dos ativos intangíveis, por parte da maioria das empresas pertencentes aos BRIC. Comparado a IAS 16, este predomínio deu-se de forma mais intensa. Enquanto para esta norma a média de uso do “custo histórico” atingiu 96%, aquela obteve um percentual de 89%. Durante o intervalo de tempo analisado, a utilização da “reavaliação”, constatou-se em 4% da amostra. Apurou-se, também, que o índice de empresas que não divulgam suas políticas contábeis relativas aos ativos intangíveis foi elevado, com uma média de 34% entre os anos de 2006 a 2010.

Analisando a série histórica percebeu-se que o valor do *International Index* obtido a partir do consolidado BRIC variou sem grandes oscilações de 0,833, em 2006, para 0,857, em 2010, com ponto máximo (0,889) em 2007.

Com relação ao *National Index* (Tabela 10 – Item mensuração do ativo intangível), verificou-se a comparabilidade plena das práticas em uso (*T Index* = 1) em todos os países do BRIC, exceto o Brasil. A média dos índices brasileiros durante os anos analisados atingiu o valor de 0,728 com um desvio-padrão de 0,052.

Tabela 10 – *National Index* – IAS 38 (2006-2010)



### 5.1.4 Análise das políticas contábeis relacionadas aos Instrumentos Financeiros (IAS 39)

Inicialmente, destaca-se o percentual de itens de mensuração dos instrumentos financeiros não divulgados pelas empresas da amostra. A evidenciação desta classe de ativos

e passivos foi a menor dentre todos os itens pesquisados (40%). Conforme demonstrado pela Tabela 6 (itens IAS 39.1 a 39.15), os índices gerais de evidenciação partiram de um percentual consolidado de 19%, em 2006, alcançando 53% em 2010. A Índia foi o país do BRIC que atingiu o menor índice de evidenciação dos instrumentos financeiros (vide Anexo 5).

Concernente aos instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, constatou-se uma tendência de escolha das empresas da amostra para a utilização do “custo amortizado”. Contudo o uso do valor justo, para este item patrimonial, apresentou incremento entre 2006 (0%) e 2010 (25%). Examinado a série histórica, percebeu-se que o valor do *International Index* obtido a partir do consolidado BRIC foi reduzido de 1,000, em 2006, para 0,000 em 2010. Em relação à amostra e levando em conta o conjunto de normas IAS/IFRS avaliadas, esta foi a única norma cuja comparabilidade iniciou a série histórica de forma plena e encerrou com valor nulo. Este fenômeno se originou da adoção de opções divergentes das empresas situadas na Índia (vide Anexo 5) e China (vide Anexo 6), que adotaram o custo amortizado e o valor justo, respectivamente.

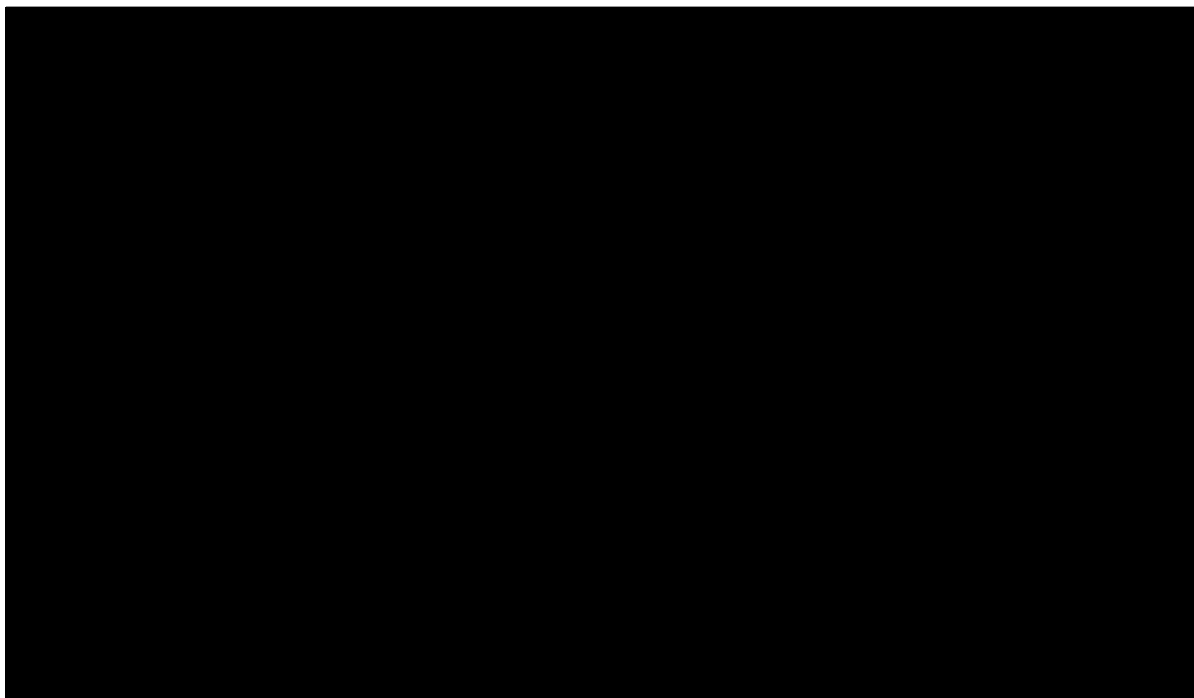
Com relação ao *National Index* (Tabela 11 – Item mensuração dos instrumentos financeiros mantidos até o vencimento), observou-se a comparabilidade plena das práticas utilizadas (*T Index* = 1) somente na China. O cálculo do indicador indiano foi impossibilitado pelo grau de evidenciação nulo entre os anos 2006-2009. O índice brasileiro, apesar da adoção das IFRS em 2010, encolheu de 1,000, em 2006, para 0,514 em 2010, e de forma similar, mas com menor intensidade, o indicador russo reduziu de 1,000, em 2006, para 0,820 em 2010.

Segundo a Tabela 6 (itens IAS 39.4 a 39.9), os instrumentos financeiros disponíveis para venda e os derivativos são reconhecidos pelo valor justo em 100% das empresas dos BRIC, que evidenciaram a prática contábil em seus relatórios financeiros. Por isto, tanto o *National Index* como o *International Index* calculados atingiram o valor de 1 (um), o que configura total comparabilidade entre os países do BRIC, considerados individualmente ou em conjunto.

Por fim, quando se observam os resultados dos outros instrumentos financeiros dispostos na Tabela 6 (itens IAS 39.10 a 39.15), apurou-se um comportamento semelhante entre os ativos e passivos financeiros. Em geral, as empresas dos BRIC optaram por reconhecer esses itens patrimoniais pelo custo amortizado em detrimento do valor justo. Analisando a série histórica, percebeu-se que o valor do *International Index*, calculado para os

outros ativos financeiros, variou de 0,154, em 2006, para 0,492, em 2010, e 0,173, em 2006, para 0,525 em 2010, quando obtidos a partir dos outros passivos financeiros.

Tabela 11 – *National Index* – IAS 39 (2006-2010)



N/A: Não-avaliado

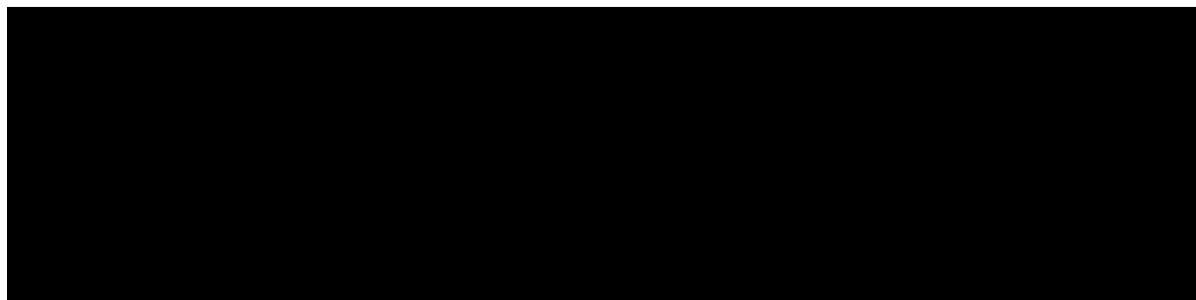
### **5.1.5 Análise das políticas contábeis relacionadas à Exploração e Avaliação de Recursos Minerais (IFRS 6)**

A Tabela 6 (itens IFRS 6.1 a 6.3) confirma que a maior parte das empresas do setor de petróleo e gás utiliza a metodologia dos “esforços bem-sucedidos”, para a avaliação dos gastos com exploração e avaliação das reservas minerais. Por sua vez, o emprego do “custo total” se verificou em 35% da amostra, exclusivamente, em empresas sediadas na Índia (vide Anexo 5).

O percentual de empresas indianas que adotam o método do “custo total” tem aumentado no decorrer do período de tempo compreendido entre 2006 e 2010. Este fenômeno provocou a queda do *International Index* consolidado dos BRIC. Em 2010, esse índice atingiu 0,571, comparado ao valor de 0,714 calculado em 2006.

Avaliando o *National Index* (Tabela 12 – Item Avaliação – Exploração e avaliação de recursos minerais), constatou-se a comparabilidade plena das práticas em uso (*T Index* = 1) nos países Brasil, Rússia e China, em todos os períodos de análise. Em relação à Índia, o índice atingido apresentou queda, oscilando entre os valores de 0,592 e 0,510.

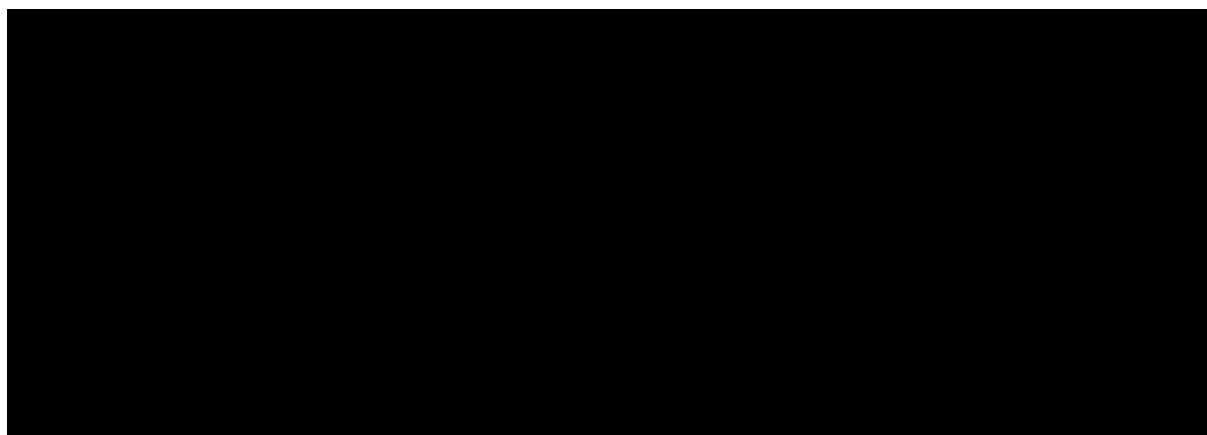
Tabela 12 – *National Index* – IFRS 6 (2006-2010)



#### 5.1.6 Resumo da comparabilidade contábil dos países do BRIC

A Tabela 13 apresenta um resumo contendo análises comparativas dos *International Indexes* calculados entre os anos de 2006 e 2010. Adicionalmente, a referida tabela ilustra os países do BRIC, em cujas políticas contábeis se verificou a comparabilidade plena.

Tabela 13 – Quadro comparativo – *International Index* BRIC



Legenda: (+) Crescimento, (-) Redução, (=) Manutenção

Em geral, os *International Indexes* expuseram tendência de queda (0,863 – 0,686) entre os anos de 2006 e 2010. À exceção da mensuração dos estoques (0,650 para 0,739) e dos ativos intangíveis (0,833 para 0,857), os demais itens avaliados se mostraram constantes (instrumentos financeiros disponíveis para venda e derivativos) ou decrescentes (avaliação de estoques, mensuração do imobilizado, instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, outros ativos e passivos financeiros e exploração e avaliação de recursos minerais).

Para a amostra em questão, em média, os itens que apresentaram os menores *International Index* durante o período de análise foram os seguintes: (a) avaliação de estoques (0,640); (b) exploração e avaliação de recursos minerais (0,648); (c) mensuração do imobilizado (0,669); e (d) mensuração dos instrumentos financeiros mantidos até o vencimento (0,678).

Por outro lado, os itens que registraram os maiores índices de comparabilidade são enumerados a seguir: (a) mensuração dos instrumentos financeiros disponíveis para venda (1,000); (b) mensuração dos instrumentos financeiros derivativos (1,000); (c) mensuração dos outros passivos financeiros (0,847); (d) mensuração de ativos intangíveis (0,836); e (e) mensuração dos outros ativos financeiros (0,811).

O Gráfico 1, a seguir, evidencia a evolução da média dos *International Indexes* no decorrer dos períodos analisados. A tendência geral foi de redução do indicador, o que comprova que o grau de comparabilidade internacional relacionado aos BRIC não se intensificou em função dos recentes movimentos de convergência das normas contábeis locais para as normas IAS/IFRS.

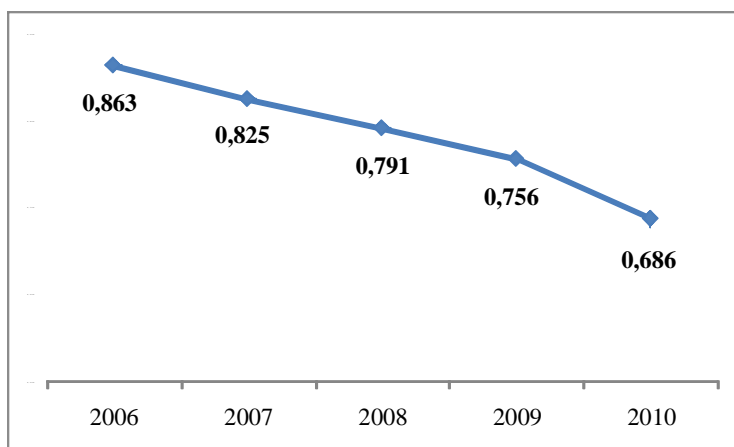


Gráfico 1 - Evolução do *International Index* - BRIC

No tocante à obtenção da comparabilidade nacional plena ( $T\ Index = 1$ ) pelos BRIC, percebeu-se que a China foi o único país que alcançou índice (1,000) em todas as práticas contábeis propostas pelo estudo.

A Rússia logrou a mesmo desempenho em 5 (cinco) itens: (a) mensuração de estoques; (b) mensuração do intangível; (c) mensuração dos instrumentos financeiros mantidos até o vencimento; (d) mensuração dos instrumentos financeiros derivativos; e (e) exploração e avaliação dos recursos minerais.

O Brasil conseguiu o mesmo feito em 4 (quatro) práticas contábeis: (a) avaliação de estoques; (b) mensuração dos instrumentos financeiros mantidos até o vencimento; (c) mensuração dos instrumentos financeiros derivativos; e (d) exploração e avaliação dos recursos minerais.

Finalmente, a Índia foi o país dos BRIC com menor grau de obtenção da comparabilidade plena nas políticas contábeis em uso, sendo verificada em apenas 2 (dois) casos: (a) mensuração do imobilizado e (b) mensuração do intangível.

O Gráfico 2, a seguir, retrata a comparação dos *National Indexes* dos itens de avaliação e mensuração calculados entre os anos de 2006 e 2010, individualmente, para os países do BRIC.

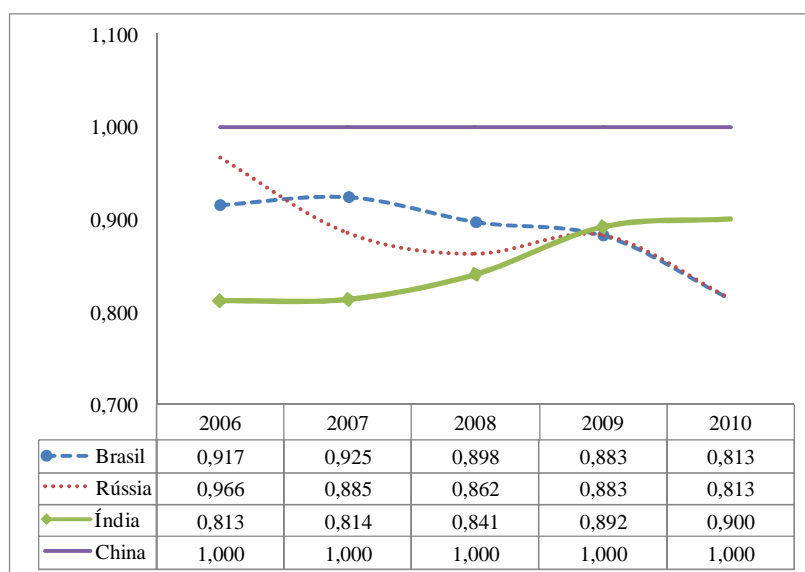


Gráfico 2 - Evolução do *National Index* - BRIC

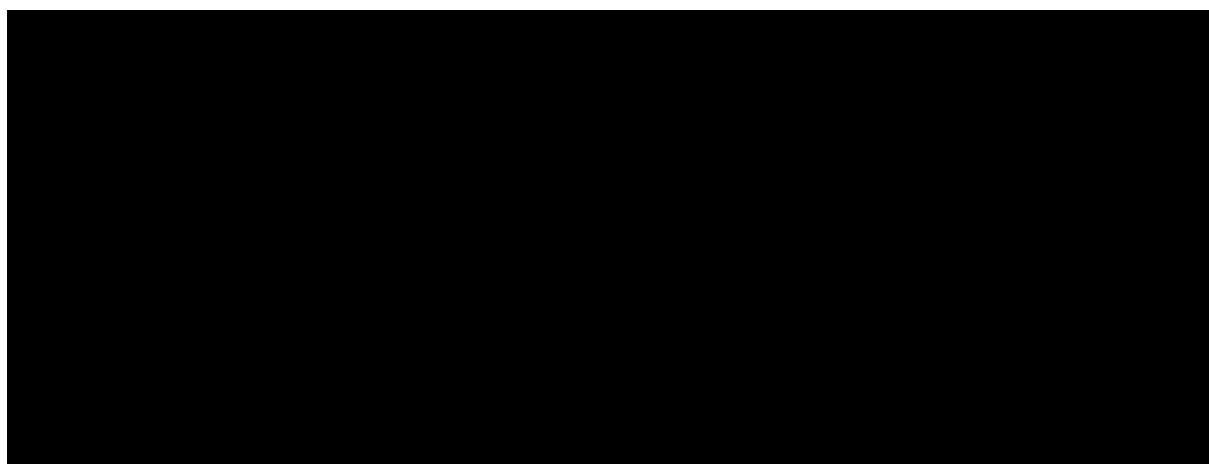


Conforme ressaltado anteriormente, a China foi o único país da amostra a apresentar *National Index* pleno em todos os itens de avaliação e mensuração analisados. A Índia iniciou a série histórica com valores próximos a 0,800 e, posteriormente, registrou crescimento ao atingir, em 2010, o patamar de 0,900. Todavia, o Brasil e a Rússia iniciaram suas séries com valores de *National Index* superiores a 0,900 e, em seguida, encerraram sua sequência, em 2010, com índices decrescentes próximos a 0,800.

## 5.2 Análise Setorial

A Tabela 14 presta a comparação dos *National Indexes* considerando os setores econômicos analisados individualmente: (a) Petróleo e Gás; (b) Siderurgia e Mineração; e (c) Energia. A média e o desvio-padrão foram calculados a partir do conjunto anual de índices obtidos em cada item de avaliação e mensuração proposto pela pesquisa. Para fins de melhor comparação, foram desconsiderados do cálculo das médias e desvios-padrão os itens relacionados à IFRS 6 (exploração e avaliação dos recursos minerais), uma vez que somente são aplicados ao setor de Petróleo e Gás.

Tabela 14: *National Index* – Setores econômicos de atuação (2006-2010)



Legenda: (+) Crescimento, (-) Redução, (=) Manutenção

Segundo a Tabela 14, o setor de siderurgia e mineração obteve as maiores médias de *National Index*, quando comparado aos setores de Petróleo e Gás e Energia.

O setor de Petróleo e Gás atingiu os maiores *National Indexes*, durante o período de análise, para os seguintes itens de avaliação e mensuração: (a) mensuração de instrumentos financeiros disponíveis para venda e derivativos (1,000); (b) mensuração de instrumentos financeiros derivativos (1,000); (c) mensuração de estoques (0,921); e (d) mensuração instrumentos financeiros mantidos até o vencimento (0,913).

Por sua vez, os itens que apresentaram os menores índices foram os seguintes: (a) exploração e avaliação de recursos minerais (0,781) e (b) avaliação de estoques (0,641). O *National Index* relacionado à avaliação de estoques foi influenciado negativamente pela adoção do método “PEPS”, em território russo (vide Anexo 4). Em específico ao setor analisado, o mesmo índice aplicado na exploração e avaliação de recursos minerais foi desfavorável, pelo uso da metodologia “custo total” por parte de empresas indianas (vide Anexo 5).

Em relação ao setor de Siderurgia e Mineração, este atingiu os maiores *National Indexes*, durante o período de análise, para os seguintes itens de avaliação e mensuração: (a) mensuração de instrumentos financeiros disponíveis para venda e derivativos (1,000); (b) mensuração de instrumentos financeiros derivativos (1,000); (c) mensuração de ativos intangíveis (0,957); (d) mensuração de estoques (0,937); e (d) mensuração de ativo imobilizado (0,936). No entanto os itens que evidenciaram os menores índices foram os seguintes: (a) mensuração de outros ativos financeiros (0,883); e (b) avaliação de estoques (0,839).

Conforme ressaltado no início desta seção, em geral, o setor de Siderurgia e Mineração foi o que obteve o melhor índice médio de comparabilidade dentre os setores analisados (0,930), concomitantemente a esta constatação, bem como baseado no baixo desvio padrão calculado (0,053), constatou-se que esse comportamento foi observado em todos as políticas contábeis pesquisadas.

A menor média de *National Index* foi calculada para as empresas do setor de energia (0,832). Além disto, o desvio padrão apurado para este grupo de empresas (0,162) foi o maior dentre os setores analisados, o que denota uma grande variação no grau de comparabilidade das normas foco do estudo, ora atingindo valores muito elevados: (a) avaliação de estoques (1,000); (b) mensuração de instrumentos financeiros derivativos (1,000); e (c) mensuração dos ativos intangíveis (0,967), ora valores muito inferiores: (a) mensuração do ativo imobilizado (0,580); (b) instrumentos financeiros mantidos até o vencimento (0,664); e (c) mensuração dos estoques (0,660).

O *National Index* relacionado à mensuração de estoques foi influenciado pela adoção do “custo histórico”, em empresas brasileiras (vide Anexo 3). Em relação à mensuração do ativo imobilizado, o índice foi influenciado pelo emprego das práticas contábeis “custo atribuído” (*demmed cost*) e “reavaliação”, por parte de empresas brasileiras (vide Anexo 3), e “reavaliação”, por empresas russas (vide Anexo 4).

O Gráfico 3, a seguir, retrata a comparação dos *National Indexes* dos itens de reconhecimento e mensuração calculados entre os anos de 2006 e 2010, individualmente, para os setores econômicos de atuação.

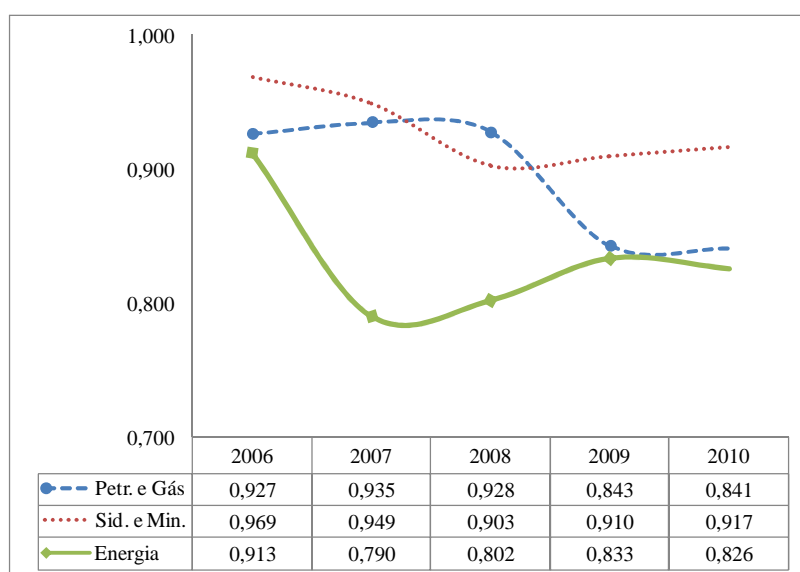


Gráfico 3 – Evolução do *National Index* – Setores econômicos de atuação

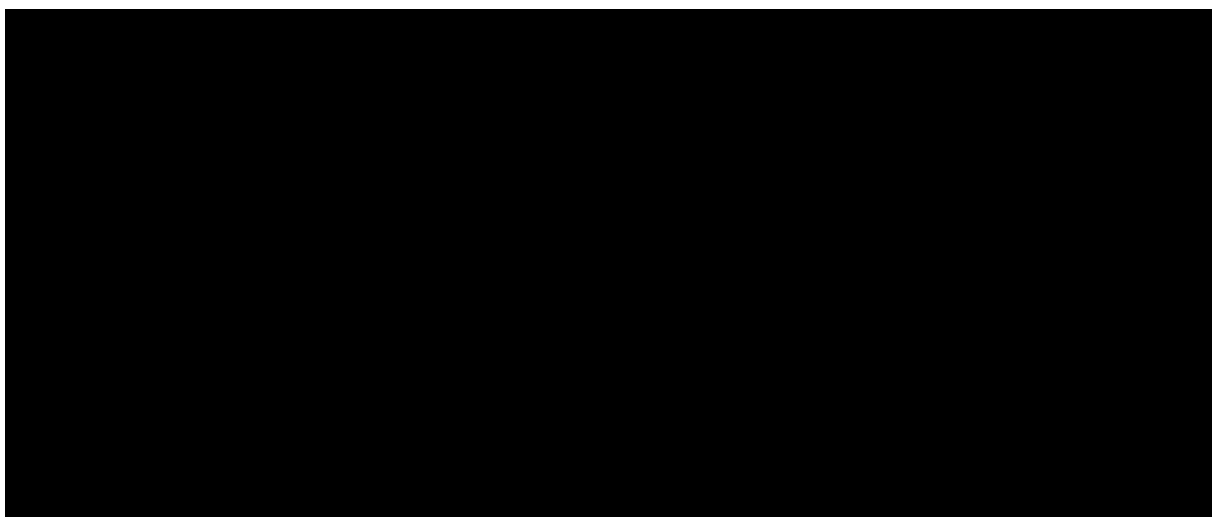
O setor de Siderurgia e Mineração somente não apresentou o maior *National Index* em relação aos demais setores no decorrer do ano de 2008, quando foi superado pelo setor de Petróleo e Gás.

A partir do ano de 2008, todos os setores expuseram crescimento do indicador, exceto o setor de Petróleo e Gás, que registrou o declínio mais vertiginoso dentre os setores analisados até o ano de 2010. Contudo, de 2007 em diante, o setor de Energia experimentou o crescimento mais acentuado de todos os setores, iniciando a série com o valor de 0,790 em 2007 alcançando 0,826 em 2010.

### 5.3 Análise das empresas de auditoria

A Tabela 15 tem a finalidade de estabelecer uma comparação entre os *National Indexes* a partir da óptica das empresas de auditoria. Para consecução desta proposta, confrontaram-se os resultados obtidos pelas companhias auditadas pelas empresas de auditoria, pertencentes ao grupo intitulado “*Big Four*” (Ernst & Young, KPMG, Deloitte e PriceWaterHouseCoopers), com os alcançados pelas demais empresas da amostra. A média e o desvio-padrão foram calculados com base no conjunto anual de índices obtidos em cada item de avaliação e mensuração proposto pela pesquisa.

Tabela 15 – *National Index* – Empresas de auditoria (2006-2010)



N/A: Não-avaliado

Legenda: (+) Crescimento, (-) Redução, (=) Manutenção

Os itens de mensuração dos instrumentos financeiros foram desconsiderados nos cálculos em razão da impossibilidade de apuração destes no grupo de empresas não auditadas pelas *Big Four*. Isto decorre da não divulgação das práticas contábeis adotadas por esse conjunto de empresas para a mensuração de seus instrumentos financeiros.

O grupo de empresas auditadas pelas *Big Four* superou os *National Indexes* das demais empresas, durante o período de análise, para os seguintes itens de avaliação e mensuração: (a) avaliação de estoques (0,870) e (b) exploração e avaliação dos recursos

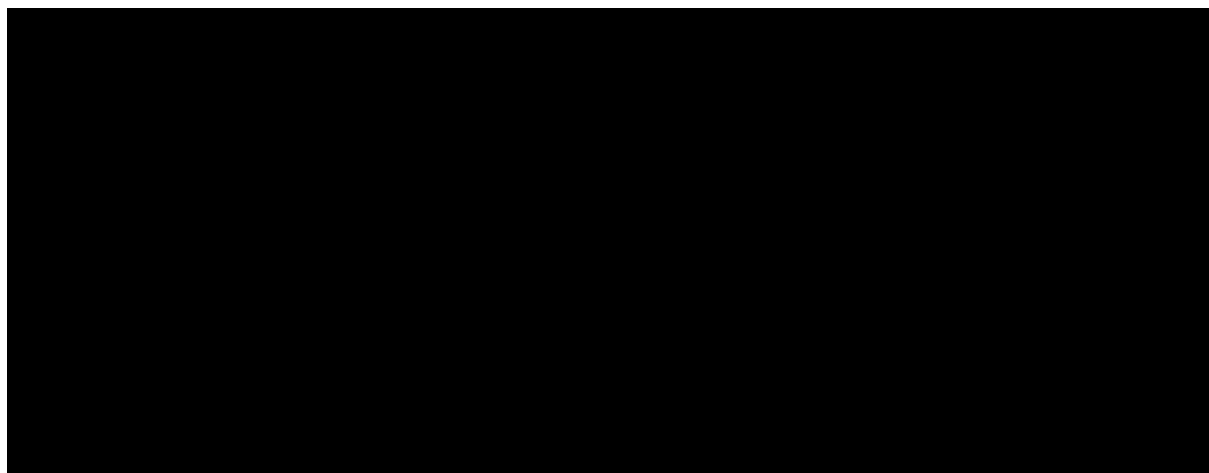
minerais (0,853). No entanto os itens que apresentaram os menores índices em relação ao grupo das empresas não auditadas pelas *Big Four* foram: (a) mensuração dos ativos intangíveis (0,900); (b) mensuração dos estoques (0,848); e (c) mensuração do ativo imobilizado (0,776).

O *National Index* relacionado à mensuração de estoques das companhias auditadas pelas *Big Four* foi influenciado pelo emprego do “custo histórico” em empresas brasileiras e indianas (vide Anexo 10). Em relação à mensuração do ativo imobilizado, o índice foi afetado negativamente pelo emprego das práticas contábeis “custo atribuído” (*demmed cost*) por parte de empresas brasileiras (vide Anexo 3) e “reavaliação” por empresas russas (vide Anexo 4).

## 5.4 Análise do GAAP em uso

Com o intuito de constituir uma comparação entre os *National Indexes*, sob a visão dos princípios contábeis geralmente aceitos (GAAP), confrontaram-se os resultados obtidos pelas companhias segmentadas em 3 (três) grupos: (a) empresas adotantes do IFRS; (b) empresas adotantes do USGAAP; e (c) empresas que utilizam os GAAPs locais (CPC, RAS, AS e ASBE). A média e o desvio-padrão foram calculados a partir do conjunto anual de índices obtidos em cada item de avaliação e mensuração proposto pela pesquisa e estão representados na Tabela 16 a seguir.

Tabela 16 – *National Index* – GAAP em uso (2006-2010)



N/A: Não-avaliado

Legenda: (+) Crescimento, (-) Redução, (=) Manutenção

De acordo com a Tabela 16, as empresas que divulgaram as demonstrações financeiras utilizando o USGAAP evidenciaram média geral de *National Index* (0,917) superior às empresas que adotam o IFRS (0,905) e GAAPs locais (0,894).

O grupo de empresas que empregam o USGAAP auferiu nível de comparabilidade plena ( $T\ Index = 1$ ) em 60% dos itens de avaliação e mensuração, a saber: (a) mensuração de estoques; (b) mensuração de instrumentos financeiros disponíveis para venda; (c) mensuração de instrumentos financeiros derivativos; (d) mensuração de outros ativos financeiros; (e) mensuração de outros passivos financeiros; e (e) exploração e avaliação de recursos minerais.

Para o grupo de empresas que adotam o IFRS, o item que registrou o menor *National Index*, durante o período de análise, foi a mensuração do ativo imobilizado (0,639), ocasionado pelos mesmos motivos relatados anteriormente, tais como emprego das práticas contábeis “custo atribuído” (*demmed cost*) e “reavaliação” por parte de empresas brasileiras e russas.

No tocante às usuárias de USGAAP, desempenho similar ao retratado no parágrafo anterior se verificou em dois itens: (a) mensuração do intangível (0,742) e avaliação de estoques (0,757), acarretados pelo uso da “reavaliação” por 1 (uma) empresa brasileira e “PEPS” por parte de 1 (uma) empresa russa, respectivamente.

Finalmente, as empresas que recorrem aos GAAPs locais lograram baixo grau de comparabilidade na avaliação da exploração e avaliação dos recursos minerais (0,604). Este efeito foi, integralmente, gerado pelas empresas indianas que adotaram “custo total” para avaliação deste item patrimonial.

Não obstante a média alcançada do *National Index* das empresas adotantes dos GAAPs locais, analisou-se a série histórica vislumbrando o crescimento do grau de comparabilidade para estas companhias, uma vez que, em 2010, superou os alcançados pelas empresas que utilizaram o IFRS e o USGAAP. Cumpre salientar que este grupo de empresas foi o único a registrar crescimento do índice médio de comparabilidade entre os anos de 2008 e 2010. Esta evolução pode ser observada por intermédio do Gráfico 4 a seguir.

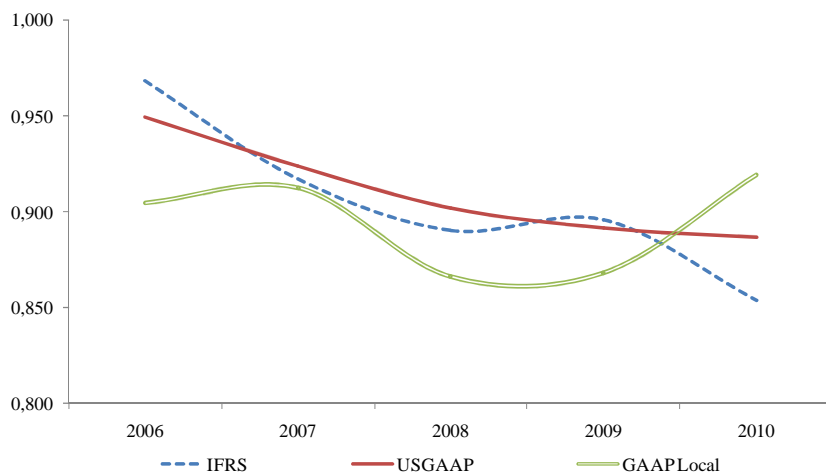
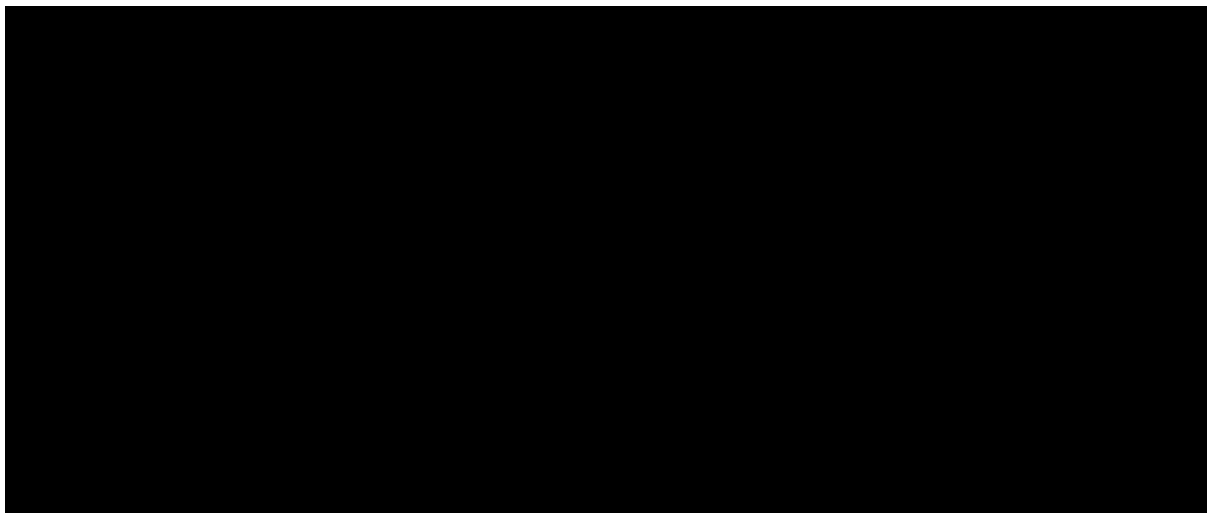


Gráfico 4 – Evolução do *National Index* – GAAP em uso

## 5.5 Análise do porte da empresa

Visando estabelecer uma comparação dos *National Indexes* das empresas, segundo o tamanho do patrimônio líquido (PL), dividiu-se a amostra em dois grupos: maiores e menores. O objetivo desta análise foi avaliar se as empresas com maiores níveis de PL registraram maiores índices de comparabilidade. Para a divisão dos grupos, calculou-se a mediana do PL da amostra de empresas, segmentando aquelas com PL inferior à mediana para o grupo das menores empresas e aquelas com PL superior para o grupo das maiores empresas.

Na Tabela 17, a seguir, encontram-se a média e o desvio-padrão, calculados a partir do conjunto anual de índices obtidos em cada item de avaliação e mensuração proposto pela pesquisa.

Tabela 17 – *National Index* – Maiores x Menores empresas (2006-2010)


Legenda: (+) Crescimento, (-) Redução, (=) Manutenção

De acordo com a Tabela 17, as maiores empresas apresentaram média geral de *National Index* (0,918) superior às menores empresas (0,832). À exceção do item mensuração dos ativos intangíveis, todos os demais índices avaliados nas maiores empresas foram superiores aos das menores empresas.

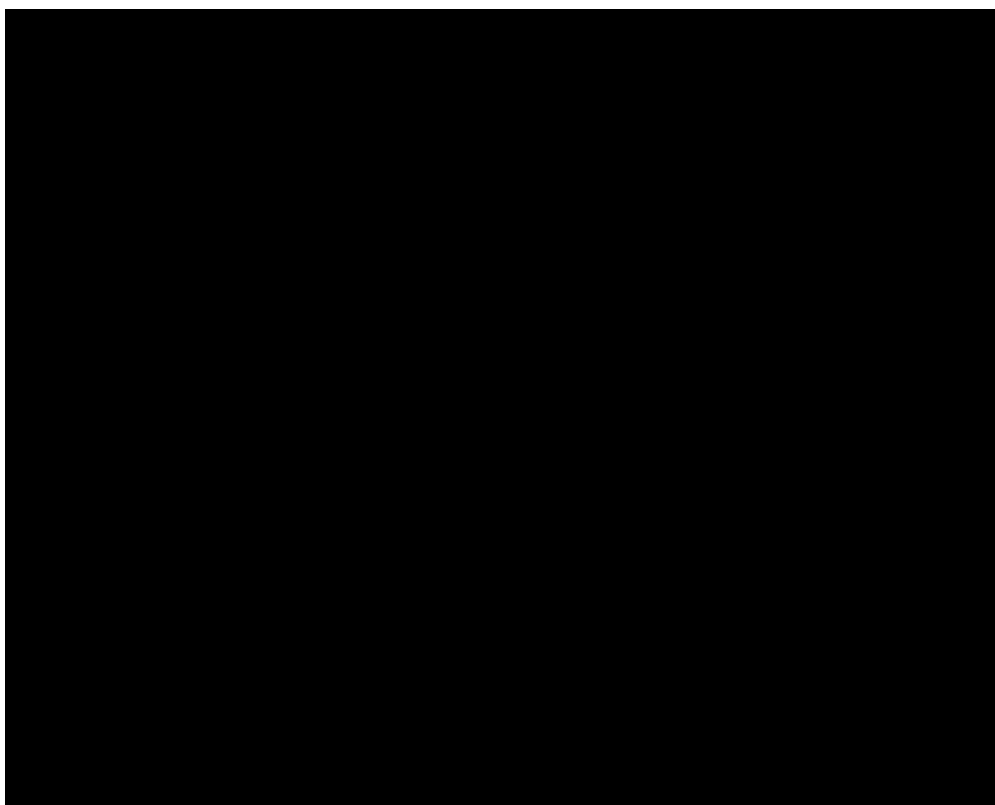
Além disto, o grupo das menores empresas obteve baixo grau de comparabilidade na avaliação da exploração e avaliação dos recursos minerais (0,576) e mensuração dos instrumentos financeiros mantidos até o vencimento (0,765) o que prejudicou o desempenho global deste grupo de empresas.

## 5.6 Resumo geral dos resultados obtidos

A Tabela 18, a seguir, sintetiza os principais resultados da pesquisa apresentando as análises comparativas do *International e National Indexes* calculados entre os anos de 2006 e 2010.



Tabela 18 – Análise dos resultados – Quadro Resumo



Legenda: (+) Crescimento, (-) Redução, (=) Manutenção

O nível de comparabilidade internacional (*International Index*) das práticas contábeis adotadas nas empresas oriundas dos países do BRIC, calculados com base nas demonstrações financeiras apresentou comportamento de queda entre os anos de 2006 a 2010. Apesar do movimento conjunto em torno da convergência das normas contábeis locais para as normas IAS/IFRS, o grau de comparabilidade internacional relacionado aos BRIC não se intensificou. Os itens de avaliação e mensuração que evidenciaram os menores valores de *International Index* foram avaliação de estoques, exploração e avaliação de recursos minerais, mensuração do imobilizado e mensuração instrumentos financeiros mantidos até o vencimento.

Sob a óptica do *National Index*, os índices médios encontrados dentro da série histórica situam-se em patamar superior a 0,834 (Índia). As diferenças entre os *National Index* dos países do BRIC são significativas. A China foi o único país da amostra a apresentar *National Index* pleno (*T Index* = 1) em todos os itens de avaliação e mensuração analisados. A Índia iniciou a série histórica com valores próximos a 0,800 e, posteriormente, registrou crescimento ao atingir em 2010 o patamar de 0,900. Todavia, o Brasil e a Rússia iniciaram

suas séries com valores de *National Index* superiores a 0,900 e, em seguida, encerraram sua sequência, em 2010, com índices decrescentes próximos a 0,800.

As empresas auditadas pelas *Big Four* expuseram média geral de *National Index* (0,847) superior às demais empresas (0,830). Cumpre ressaltar que os itens de mensuração dos instrumentos financeiros foram desconsiderados nos cálculos diante da impossibilidade de apuração destes no grupo de empresas não auditadas pelas *Big Four*. Outro fato observado reside na queda, entre 2006 e 2010, do índice de comparabilidade das empresas auditadas pelas *Big Four* (0,879 – 0,865), ao passo que as empresas não auditadas pelas *Big Four* apresentaram comportamento oposto (0,794 – 0,916).

As empresas que divulgaram as demonstrações financeiras utilizando o USGAAP registraram média geral de *National Index* superior às empresas que adotam o IFRS e GAAPs locais. Todavia somente o grupo de empresas que utiliza o GAAP Local apresentou crescimento dentro da série histórica analisada.

Por fim, os índices encontrados nas maiores empresas se situam em patamar superior aos obtidos nas menores empresas. O que evidencia um maior grau de comparabilidade para as empresas que possuem os maiores patrimônios líquidos (PL).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As divergências contábeis encontradas entre os países podem ser justificadas pelos aspectos culturais, políticos, econômicos e outros fatores externos e internos às organizações. Normas convergentes eliminam os conflitos lógicos e melhoram a comparabilidade da informação financeira em diferentes países. Neste sentido, a convergência é um processo necessário para o bom desenvolvimento dos mercados de capitais, uma vez que promove o aumento da comparabilidade das práticas contábeis adotadas.

No entanto existem argumentos sugerindo que os efeitos nos mercados de capitais, com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, sejam diminutos e até mesmo inexistentes. Ainda permanecem razões entre a comunidade acadêmica e empresarial para certo ceticismo sobre os benefícios da adoção das IAS/IFRS.

Nesse contexto, alguns países têm se destacado por possuírem grandes territórios e populações, além de crescerem a taxas elevadas, reforçando sua importância na economia e política internacional. Estes países são conhecidos como BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Estima-se que, nos próximos 50 anos, os BRIC poderão superar o atual G-6 como principal força propulsora da economia global.

Diante desse panorama geral, a principal questão que direcionou este estudo foi: Qual o nível de comparabilidade nacional e internacional das práticas contábeis adotadas pelas empresas oriundas dos países do BRIC?

No propósito de responder à pergunta da pesquisa, o objetivo geral deste trabalho foi identificar os índices de comparabilidade dos relatórios financeiros das empresas oriundas dos países do BRIC. Foram arroladas 66 empresas para composição da amostra de pesquisa. Tais empresas pertencem aos setores econômicos de petróleo e gás, siderurgia e mineração e energia. Com base no período de análise (2006 a 2010), os dados foram obtidos de 298 relatórios financeiros. Faz-se necessário salientar que as normas locais dos países do BRIC estão em processo de convergência para as IAS/IFRS.

A técnica de tratamento de dados utilizada neste trabalho baseou-se nos índices de comparabilidade desenvolvidos a partir dos estudos de Van der Tas (1988), Taplin (2004) e Cairns *et al.* (2010). Estes índices refletem a probabilidade de duas ou mais empresas selecionadas aleatoriamente possuírem demonstrações financeiras comparáveis. Com o

objetivo de delimitar a pesquisa, este instrumento foi aplicado para as normas IAS 2 (estoques), IAS 16 (imobilizado), IAS 38 (intangíveis), IAS 39 (instrumentos financeiros) e IFRS 6 (exploração e avaliação de recursos minerais).

O *International Index* obtido a partir da análise dos relatórios financeiros dos BRIC registrou comportamento de queda entre os anos de 2006 e 2010. A partir desta análise, o grau de comparabilidade internacional relacionado aos BRIC não se intensificou, apesar do movimento conjunto em torno da convergência das normas contábeis locais para as normas IAS/IFRS.

Os *National Indexes* obtidos por meio da análise dos relatórios financeiros dos BRIC, examinados individualmente, apresentaram índices, significativamente, distintos entre si e superiores a 0,800 em todos os períodos analisados. Os resultados encontrados na pesquisa confirmam que os países do BRIC evidenciaram evoluções distintas no tocante aos índices de comparabilidade. A China logrou comparabilidade plena em todos os períodos avaliados, e a Índia melhorou seu indicador durante o período de análise. Em contrapartida, o Brasil e a Rússia registraram quedas de comparabilidade nacional no transcorrer dos anos de 2006 a 2010.

O desempenho chinês pode ser resultado da maturidade do estágio de convergência com as normas internacionais iniciado em 2001. A Índia, apesar de possuir normas locais de contabilidade convergentes com as IFRS, ainda não iniciou a transição compulsória para as IFRS, prevista para 2011. No Brasil, desde 2010, todas as empresas estão obrigadas a elaborar as demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS. Esta transição ocasionou mudanças nas práticas contábeis, o que pode ter provocado significativas alterações no grau de comparabilidade brasileiro. No caso russo, o início da obrigatoriedade de adoção das normas internacionais remonta a 2005, contudo a implementação das IFRS tem sido retardada por uma série de fatores institucionais e políticos.

A auditoria é parte integrante do processo de *disclosure* e da aplicação das normas contábeis em sua plenitude. Por meio dos resultados obtidos, foi possível estabelecer uma relação direta entre as empresas de auditoria globais “*Big Four*” e o maior grau de comparabilidade alcançado.

Quanto ao tamanho das empresas, foi identificada uma relação direta entre o índice de comparabilidade e o valor do patrimônio líquido das empresas analisadas. Esta comprovação convalida a literatura vigente.

Complementando o estudo, foi constatado que os setores de siderurgia e mineração demonstraram índices de comparabilidade superiores aos apurados nos setores de Petróleo e Gás e Energia.

Por fim, quando se analisa a amostra sob o âmbito do GAAP em uso, verifica-se que as empresas que utilizaram as IFRS apresentaram queda da comparabilidade durante o período do estudo. Inversamente, no mesmo período, as empresas que recorreram às normas locais de contabilidade (BRGAAP, RAS, AS e ASBE) obtiveram crescimento do grau de comparabilidade.

Com base no referencial teórico elencado e nos resultados obtidos pelo presente estudo, confirmou-se que a adoção das IFRS não necessariamente conduz a uma comparabilidade contábil elevada. Apesar de os países do BRIC revelarem várias características econômicas similares, seus ambientes institucionais e de mercado de capitais se encontram em estágios distintos de evolução. O resultado deste contexto é que, não obstante o alcance de altos índices de comparabilidade nacional, a comparabilidade internacional não reflete o mesmo desempenho.

Os fatores limitantes para a realização desta pesquisa foram os seguintes: (a) o procedimento de análise de conteúdo baseou-se na confiança depositada na veracidade dos documentos disponíveis para o público geral; (b) utilização de empresas restritas aos setores de petróleo e gás, siderurgia e mineração e energia; (c) considerou-se o mesmo peso para a medição da comparabilidade, não levando em consideração a importância econômica dos países; e (d) a barreira do idioma, que ocasionou o descarte de relatórios financeiros redigidos em idiomas locais.

Espera-se que o presente estudo contribua com as linhas de pesquisa relacionadas aos desafios da convergência das normas de contabilidade, em especial, as aplicadas aos países em desenvolvimento. Não tendo a ambição de esgotar o assunto, sugerem-se para pesquisas futuras: (a) uma análise das mudanças estruturais necessárias ao contexto regulatório e contabilidade dos países do BRIC para a adoção das normas internacionais; (b) a elaboração de um estudo comparativo e quantitativo dos índices de *disclosure* das empresas do BRIC em relação às normas IFRS; e (c) a extensão deste estudo para uma análise comparativa dos índices de comparabilidade de países desenvolvidos (EUA e Europa) versus países do BRIC.

## REFERÊNCIAS

ABD-ELSALAM, O. H.; WEETMAN, P. Introducing international accounting standards to an emerging capital market: relative familiarity and language effect in Egypt. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 12, pp. 63–84, 2003.

ADHIKARI, A.; EMENYONU, E. N. Accounting for Business Combinations and Foreign Currency Translation. **Advances in International Accounting**, v. 10, p. 50-89, 1997.

AGARWAL, R. N. **Capital Market Development, Corporate Financing Pattern and Economic Growth in India**. Institute of Economic Growth: New Delhi. Discussion Paper n. 20, 2000.

AGUIAR, A. B.; PIMENTEL, R. C.; REZENDE, A. J.; CORRAR, L. J. **Criação de valor para os acionistas: Uma análise dos direcionamentos de valor em empresas brasileiras**. In: XXXI ENANPAD, 2007, Rio de Janeiro – RJ. **Anais do XXXI ENANPAD**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

AKISIK, O.; PFEIFFER, R. Globalization, US foreign investments and accounting standards. **Review of Accounting and Finance**, v. 8, n. 1, p. 5-37, 2009.

ALEXANDER, D.; NOBES, C. **Financial Accounting: An International Introduction**. Essex: Prentice Hall, 2004.

ALI, A.; HWANG, L. Country specific factors related to financial reporting and the value relevance of accounting data. **Journal of Accounting Research**, v. 38, n. 1, p. 1-23, 2000.

ALI, M. A synthesis of empirical research on international accounting harmonization and compliance with International Financial Reporting Standards. **Journal of Accounting Literature**, v. 24, p. 1-52, 2006.

ANDRADE, M. M. de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

AICPA - American Institute of Certified Public Accountants. **Remarks of Randy Fletchall, Chairman, AICPA, before AICPA National Conference on Current SEC and PCAOB Developments**. 2007. Disponível em [www.aicpa.org](http://www.aicpa.org). Acesso em 05/01/2012.

ARCHER, S.; MCLEAY, S. **On measuring the harmonisation of accounting practices.** Artigo apresentado no workshop de Contabilidade Internacional, Geneva. 1995.

ARCHER, S.; DELVAILLE, P; MCLEAY, S. The measurement of harmonisation and the comparability of financial statement items: Within-country and between-country effects. **Accounting and Business Research**, v. 25, p. 67-80, 1995.

ARMSTRONG, C.; BARTH, M.; JAGONLIZER, A.; RIEDL, E. **Market Reaction to Events Surrounding the Adoption of IFRS in Europe.** Harvard Business School and Stanford University: Working paper, 2007.

ASHBAUGH, H. Non-U.S. firms' accounting standard choices. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 20, p. 129-153, 2001.

ASHBAUGH, H.; PINCUS, M. Domestic accounting standards, international accounting standards, and the predictability of earnings. **Journal of Accounting Research**, v. 39, p. 417-434, 2001.

BAGAEVA, A. An examination of the effect of international investors on accounting information quality in Russia. **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**, v. 24, p. 157-161, 2008.

BALASUBRAMANIAN, N.; BLACK, B. S.; KHANNA, V. The relation between firm-level corporate governance and market value: A case study of India. **Emerging Markets Review**, v. 11, p. 319-340, 2010.

BALL, R.; KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The Effect of International Institutional Factors on Properties of Accounting Earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 29, n. 1, p.1-51, 2000.

BALL, R.; ROBIN, A.; WU, J. S. Incentives versus standards: properties of accounting income in four East Asian countries. **Journal of Accounting and Economics**, v. 36, p. 235-270, 2003.

BAO, D. H. Usefulness of financial information in evaluation of BRIC firms. **Advances in Accounting, incorporating advances in International Accounting**, v. 25, p. 200-207, 2009.

BARKER, R. G. **Global accounting is coming.** Harvard Business Review, Abril de 2003. Disponível em <http://tinyurl.com/678mk8q>. Acesso em 25/05/2011.

BARRY, C.; BROWN, S. Differential information and security market equilibrium. **Journal of Financial and Quantitative Analysis**, v. 20, n. 4, p.407-422, 1985.

BARTH, M.; CLINCH, G.; SHIBANO, T. International accounting harmonization and global equity markets. **Journal of Accounting and Economics**, v. 26, n. 1-3, p. 201-235, 1999.

BARTH, M.; LANDSMAN, W.; LANG, M. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, p. 467-498, 2008.

BAUER, M.W. **Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão**. (Tradução de Pedrinho A. Guareschi). Petrópolis: Vozes, 2002.

BERGLOF, E.; LEHMANN, A. Sustaining Russia's growth: The role of financial reform. **Journal of Comparative Economics**, v. 37, n. 2, p. 198-206, 2009.

BHASKAR, V.; GUPTA, B. India's development in the era of growth. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 23, n. 2, p.135-142, 2007.

BIGGEMANN, S.; FAM, K. S. Business marketing in BRIC countries. **Industrial Marketing Management**, v. 40, p. 5-7, 2011.

BIONDI, Y.; ZHANG, Q. Accounting for the Chinese context: a comparative analysis of international and Chinese accounting standards focusing on business combinations. **Socio-Economic Review**, v. 5, p. 695-724, 2007.

BIRD, R. C.; CAHOY, D. R. The Emerging BRIC Economies: Lessons from Intellectual Property Negotiation and Enforcement. **Northwestern Journal of Technology and Intellectual Property**, v. 5, n. 3, p. 400-425, 2007.

BLACK, B. S.; CARVALHO, A. G.; GORGA, E. Corporate governance in Brazil. **Emerging Markets Review**, v. 11, p. 21-38, 2010.

BOTOSAN, C. Disclosure level and the cost of equity capital. **The Accounting Review**, v. 72, n. 3, p. 323-349, 1997.

BRADSHAW, M.; BUSHEE, B.; MILLER, G. Accounting Choice, Home Bias, and U.S. Investment in Non-U.S. Firms. **Journal of Accounting Research**, v. 42, p. 795-841, 2004.



BROCHET, F.; JAGOLINZER, A. D.; RIEDL, E. J. **Mandatory IFRS Adoption and Financial Statement Comparability**. Harvard Business School Working Paper No. 1819482. 2011. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=1819482>. Acesso em 15/12/2011.

BURGSTAHLER, D.; HAIL, L.; LEUZ, C. The importance of reporting incentives: earnings management in European private and public firms. **The Accounting Review**, v. 81, n. 5, p. 83-111, 2006.

BYARD, D.; LI, Y.; YU, Y. The Effect of Mandatory IFRS Adoption on Financial Analysts' Information Environment. **Journal of Accounting Research**, v. 49, n. 1, p.1-25, 2011.

CAIRNS, D.; MASSOUDI, D.; TAPLIN, R.; TARCA, A. IFRS fair value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. **The British Accounting Review**, v. 30, p.1-21, 2010.

CANIBANO, L.; MORA, A. Evaluating the Statistical Significance of de Facto Accounting Harmonization: A Study of European Global Players. **European Accounting Review**, v. 9, n. 3, p. 1-38, 2000.

CARDOSO, R. L. **Accounting Regulation and Regulation of Accounting: Theories and the Brazilian Case of Convergence to IFRS**. 2008. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=1288068>. Acesso em 05/01/2012.

CARVALHO, L. N. G.; LEMES, S.; COSTA, F. M. **Contabilidade Internacional: Aplicação das IFRS 2005**. São Paulo: Atlas, 2006.

CHAKRABARTI, R.; MEGGINSON, W.; YADAV, P. K. Corporate Governance in India. **Journal of Applied Corporate Finance**, v. 20, n. 1, p. 59-73, 2008.

CHALMERS, K.; GODFREY, J. Reputation Costs: the impetus for voluntary derivative financial instrument reporting. **Accounting, Organization and Society**, v. 29, n. 2, p. 95-125, 2004.

CHEN, C. J. P.; CHEN, S.; SU, X. Is accounting information value relevant in the emerging Chinese stock market? **Journal of International Accounting, Auditing & Taxation**, v. 10, n. 1, p. 1-22, 1999.

CHEN, C. J. P.; CHEN, S.; SU, X. Profitability regulation, earnings management and modified audit opinions: evidence from China. **Auditing: A Journal of Practice and Theory**, v. 20, n. 2, p. 9-30, 2001.

CHEN, C. J. P.; SU, X.; ZHAO, R. An emerging market's reaction to initial modified audit opinions: evidence from the Shanghai Stock Exchange. **Contemporary Accounting Research**, v. 17, n. 3, p. 429-455, 2000.

CHEN, G.; FIRTH, M.; GAO, D.; RUI, O. Ownership structure, corporate governance, and fraud: Evidence from China. **Journal of Corporate Finance**, v. 12, n. 3, p. 424-448, 2006.

CHEN, H.; TANG, Q.; JIANG, Y.; LIN, Z. The Role of International Financial Reporting Standards in Accounting Quality: Evidence from the European Union. **Journal of International Financial Management & Accounting**, v. 21, n. 3, p. 1-57, 2010.

CHEN, J.; CHENG, P. Corporate governance and the harmonization of Chinese accounting practices with IFRS practices. **Corporate Governance**, v. 15, n. 2, p. 284-293, 2007.

CHEN, J; ZHANG, X. Despite shared rapid economic growth, BRIC have different development models. **China Economist**, v. 5, n. 1, p. 1-21, 2010.

CHEN, X.; YE, P.; XUE, J. A Preliminary Analysis of the Accounting Information Environment. **Accounting Research**, v. 10, n. 8, p. 1-25, 2000.

CHRISTIE, A. Aggregation of Test Statistics: An Evaluation of the Evidence on Contracting and Size Hypothesis. **Journal of Accounting and Economics**, v. 12, n. 1, p. 1-30, 1990.

CHOI, F. D.; FROST, C. A.; MEEK, G. K. **International accounting**. 4. ed. Upper Saddle River: Pearson Education, 2001.

CHOW, L. M.; CHAU, G. K.; GRAY, S. Accounting reforms in China: cultural constraints on implementation and development. **Accounting & Business Research**, v. 26, n. 1, p. 29-45, 1995.

CLARKE, D. Corporate governance in China: an overview. **China Economic Review**, v. 14, n. 4, p. 497-507, 2003.

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. **Coleta, análise e interpretação dos dados**. In: BEUREN, I. M. (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática. 3.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

COOKE, T. E. The Impact of Size, Stock Market Listing and Industry Type on Disclosure in the Annual Reports of Japanese Listed Corporations. **Accounting and Business Research**, Summer 1992.

COPELAND, T. E.; WESTON, J. F.; SHASTRI, K. **Financial Theory and Corporate Policy**. New York: Pearson Education, 1998.

CORTESE, C. L.; IRVINE, H. J.; KAIDONIS, M. A. Powerful players: How constituents captured the setting of IFRS 6, an accounting standard for the extractive industries. **Accounting Form** (2009), doi:10.1016/j.accfor.2008.11.003

COVRIG, V.; DEFOND, M.; HUNG, M.; VERDI, R. Home Bias, Foreign Mutual Fund Holdings, and the Voluntary Adoption of International Accounting Standards. **Journal of Accounting Research**, v. 45, p. 41-70, 2007.

DASKE, H.; HAIL, L.; LEUZ, C.; VERDI, R. **Adopting a label: Heterogeneity in the economic consequences of IFRS adoptions**. University of Pennsylvania and University of Chicago: Working Paper, 2007.

DASKE, H.; HAIL, L.; LEUZ, C.; VERDI, R. Mandatory IFRS Reporting around the World: Early Evidence on the Economic Consequences. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 5, p. 1085-1142, 2008.

DEEGAN, C. **Australian Financial Accounting**. 3. ed. Chicago: McGraw-Hill Irwin, 2003.

DELLOITE TOUCHE TOHMATSU. **O Brasil na convergência: Um guia prático para a adoção do IFRS**. 2008. Disponível em <http://tinyurl.com/678mk8q>. Acesso em 30/05/2011.

DELLOITE TOUCHE TOHMATSU. **China's new accounting Standards: A comparison with current PRC GAAP and IFRS**. 2006. Disponível em <http://tinyurl.com/6ekvkxe>. Acesso em 25/05/2011.

DIAMOND, D. W.; VERRECCHIA, R. E. Disclosure, Liquidity, and the Cost of Capital. **Journal of Finance**, v. 46, n. 4, p. 1325-1359, 1991.

DING, Y.; SU, X. Implementation of IFRS in a regulated market. **Journal of Accountancy Public Policy**, v. 27, p. 474-479, 2008.

DING, Y.; HOPE, O. K.; JEANJEAN, T.; STOLOWY, H. Differences between Domestic Accounting Standards and IAS: Measurement, Determinants and Implications. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 26, n. 1, p. 1-38, 2007.

DYCK, A. Privatization and corporate governance: principles, evidence, and future challenges. **The World Bank Research Observer**, v. 16, n. 1, p. 59-84, 2001.

DYE, R. Mandatory versus voluntary disclosure: The cases of real and financial externalities. **The Accounting Review**, v. 65, n. 1, p. 1-24, 1990.

ECCHER, E.; HEALY, P. **The Role of International Accounting Standards in Transitional Economies: A Study of the People's Republic of China**. Massachusetts Institute of Technology: Working Paper, 2003. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=1101684>. Acesso em 23/06/2011.

EMENYONU, E. N.; GRAY, S. J. EC accounting harmonisation: An empirical study of measurement practices in France, Germany and the UK. **Accounting and Business Research**, v. 23, p. 49-58, 1992.

ESTRIN, S.; PREVEZER, M. The role of informal institutions in corporate governance: Brazil, Russia, India, and China compared. **Asia Pacific Journal Management**, v. 28, p. 41-67, 2010.

ERNST & YOUNG. **BR GAAP x IFRS: Visão Geral**. 2010. Disponível em <http://tinyurl.com/5wko996>. Acesso em 12/06/2011.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**, volume 2. São Paulo: Atlas, 2010.

EWERT, R.; WAGENHOFER, A. Economic Effects of Tightening Accounting Standards to Restrict Earnings Management. **The Accounting Review**, v. 80, p. 1101-1124, 2005.

EZZAMEL, M.; JASON, Z. X.; PAN, A. Political ideology and accounting regulation in China. **Accounting, Organizations and Society**, v. 32, p.669-700, 2007.

FAN, J. P. H.; WONG, T. J.; ZHANG, T. Politically connected CEOs, corporate governance, and post-IPO performance of China's newly partially privatized firms. **Journal of Financial Economics**, v. 84, p. 330-357, 2007.

FIRTH, M.; FUNG, P.; RUI, O. Corporate performance and CEO compensation in China. **Journal of Corporate Finance**, v. 12, p. 693-714, 2006.

FOSBRE, A. B.; KRAFT, E. M.; FOSBRE, P. B. The globalization of accounting standards: IFRS versus USGAAP. **Global journal of business research**, v. 3, n. 1, p. 61-71, 2009.

FRANCIS, J.; KHURANA, I.; PEREIRA, R. Disclosure incentives and effects on cost of capital around the world. **The Accounting Review**, v. 80, n. 4, p. 1125-1162, 2005.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2007: The Annual Survey of Political Rights and Civil Liberties**. New York: Freedom House. 2007. Disponível em <http://tinyurl.com/6gcjgqa>. Acesso em 01/05/2011.

GERNON, H.; MEEK, G. K. **Accounting: An international perspective**. 5. ed. New York: Irwin McGraw-Hill, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo, SP: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

GLOBERMAN, S.; SHAPIRO, D. Governance infrastructure and US foreign direct investment. **Journal of International Business Studies**, v. 33, n. 1, p. 19-39, 2003.

GONCHAROV, I.; ZIMMERMANN, J. **Earnings management when incentives compete: The role of tax accounting in Russia**. University of Amsterdam, Amsterdam: Working Paper, 2005.

GORGA, E. Culture and corporate law reform: a case study of Brazil. **Journal of International Economic Law**, v. 27, p. 803-905, 2006.

GRAHAM, L. E. Setting a research agenda for auditing issues in the People's Republic China. **The International Journal of Accounting**, v. 31, n. 1, p. 19-37, 1996.

GRAY, S. J.; MEEK, G.; ROBERTS, C. International Capital Markets Pressure and Voluntary Annual Report Disclosures by US and UK Multinationals. **Journal of International Financial Management and Accounting**, v. 6, n. 1, p. 45-80, 1995.

HARRIS, M.; MULLER, K. The market valuation of IAS versus U.S.-GAAP accounting measures using Form 20-F reconciliations. **Journal of Accounting and Economics**, v. 26, p. 285-312, 1999.

HAVERTY, J. L. Are IFRS and U.S. GAAP converging? Some evidence from People's Republic of China companies listed on the New York Stock Exchange. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 15, p. 48-71, 2006.

HAW, I. M.; QI, D.; WU, W.; ZHANG, W. G. **Earnings Management of Listed Firms in Response to Security Regulations in China's Emerging Capital Market**. Chinese University of Hong Kong, Working Paper, 1998.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo, Sp: Atlas, 1999. 549 p.

HERMANN, D.; THOMAS, W. Harmonisation of accounting measurement practices in the European Community. **Accounting and Business Research**, v. 25, p. 253-265, 1995.

HOPE, O. K.; JIN J.; KANG, T. Empirical Evidence on Jurisdictions that Adopt IFRS. **Journal of International Accounting Research**, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2006.

HOPE, O. K. Disclosure Practices, Enforcement of Accounting Standards, and Analysts' Forecast Accuracy: An International Study. **Journal of Accounting Research**, v. 41, n. 2, p. 235-272, 2003.

HOSSAIN, M.; REAZ, M. The Determinants and Characteristics of Voluntary Disclosure by Indian Banking Companies. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 14, p. 274-288, 2007.

HULT, T. The BRIC Countries. **GlobalEDGE Business Review**, v. 3, n. 4, 2009.

HUNG, M; SUBRAMANYAM, K. R. Financial statement effects of adopting international accounting standards: The case of Germany. **Review of Accounting Studies**, v. 12, p. 623-657, 2007.

IFAC - International Federation of Accountants. **One set of international standards important for economic growth**. 2007. Disponível em: [www.ifac.org/globalsurvey](http://www.ifac.org/globalsurvey). Acesso em 05/01/2012.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (São Paulo). **Rússia, Índia e China: Comércio Exterior e Investimento Direto Externo**. Comunicados do Ipea, São Paulo, n. 43, p.1-22, 14 abr. 2010.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, S; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 1999.

JACKLING, B.; SHIREENJIT, J. Board Structure and firm performance: Evidence from India's top companies. **Corporate Governance: An International Review**, v. 17, p. 492-509, 2009.

JERMAKOWTCZ, E. K. Effects of adoption of International Financial Reporting Standards in Belgium: the evidence from BEL-20 companies. **Accounting in Europe**, v. 1, p. 51-70, 2004.

JERMAKOWICZ, E. K.; GORNIK-TOMASZEWSKI, S. Implementing IFRS from the perspective of EU publicly traded companies. **Journal of International Accounting Auditing & Taxation**, v. 15, n. 2, p. 170-196, 2006.

JEVONS LEE, C. W. Financial restructuring of state owned enterprises in China: the case of Shanghai Sunve Pharmaceutical Corporation. **Accounting, Organizations, and Society**, v. 26, p. 673-689, 2001.

JONES, S.; FINLEY, A. Have IFRS made a difference to intra-country financial reporting diversity? **The British Accounting Review**, v. 43, n. 1, pp. 22-38, 2011.

JUDGE, W.; LI, S.; PINSKER, R. National Adoption of International Accounting Standards: An Institutional Perspective. **Corporate Governance: An International Review**, v. 18, n. 3, p. 161-174, 2010.

KAMBAYASHI, S. **New accounting rules have replaced the Little Red Book as China's guide to self-improvement. Can the state handle the truth?** The Economist, London, 2007. Disponível em <http://tinyurl.com/7lqa3h4>. Acesso em 30/12/2011.

KANUKUNTLA, S.; RAO, D. N. **Corporate Governance and Accounting Standards in India: An Empirical Study on Practices**. Sultan Qaboos University - College of Commerce & Economics: Working Paper, 2004. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=501242>. Acesso em 22/06/2011.

KHAN, S. **Crude Oil Price Shocks to Emerging Markets: Evaluating the BRIC Case**. Working Paper, 2010. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1617762>. Acesso em 05/01/2011.

KHANNA, V. **The Anatomy of Corporate Governance Reform in an Emerging Market: The Case of India**. University of Michigan Law School: Working Paper, 2009.

KRYLOVA, T. **Accounting in the Russian Federation**. In: WALTON, P.; HALLER, A.; RAFFOURNIER, B. (Ed.) *International Accounting*. London: Thomson Learning, 2003.

KPMG. **IFRS compared to Russian GAAP: Na overview**. 2005. Disponível em <http://tinyurl.com/6xkqt3l>. Acesso em 30/05/2011.

KURLYANDSKAYA, G.; POKATOVICH, G.; SUBBOTIN, M. **Oil and Gas in the Russian Federation**. In: *Conference On Oil And Gas In Federal Systems*, 2010. Washington.

LA PORTA, R.; DE SILANES, F. L.; SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. Law and Finance. **Journal of Political Economy**, v. 106, n. 6, p.1113-1155, 1998.

LAFFONT, J. J.; QIAN, Y. The dynamics of reform and development in China: a political economy perspective. **European Economic Review**, v. 43, n. 4, p. 1105-1114, 1999.

LALOR, A. The transition to IFRS: an analyst's perspective. **Accountancy Ireland**, v. 38, n. 5, p. 12-14, 2006.

LANG, M. H.; LUNDHOLM, R. Corporate Disclosure Policy and Analyst Behavior. **The Accounting Review**, v. 71, n. 4, p. 467-492, 1996.

LAMBERT, R.; LEUZ, C.; VERRECCHIA, R. Accounting information, disclosure, and the cost of capital. **Journal of Accounting Research**, v. 45, n. 2, p. 385-420, 2007.

LEBOW, M. I.; TONDKAR, R. H. Accounting in the Soviet Union. **International Journal of Accounting**, v. 22, n. 1, p. 61-79, 1986.



LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. **Contabilidade Internacional para Graduação: Texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha**. São Paulo: Atlas, 2010. 248 p.

LEUZ, C.; VERRECCHIA, R. The economic consequences of increased disclosure. **Journal of Accounting Research**, v. 38, p. 91-124, 2000.

LI, S. Does Mandatory Adoption of International Financial Reporting Standards in the European Union Reduce the Cost of Equity Capital? **The Accounting Review**, v. 85, n. 2, pp. 607-636, 2010.

LIN, Z. J.; WANG, L. Financial disclosure and accounting harmonization: cases of three listed companies in China. **Managerial Auditing Journal**, v. 16, n. 5, p. 263-273, 2001.

LIU, Z.; TURLEY, S. **A comparison of international and Chinese accounting standards**. In: BLAKE, J.; GAO, S. (Ed.) *Perspectives on Accounting and Finance in China*. New York: Routledge, 1995. p. 200-226.

LONGARAY, A. A.; BEUREN, I. M. **Caracterização da pesquisa em contabilidade**. In: BEUREN, I. M. (Org). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática*. 3.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade: Uma nova abordagem**. São Paulo, SP: Atlas, 2005.

LOPES, P. T.; RODRIGUES, L.L. Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. **The International Journal of Accounting**, v. 42, p. 25-26. 2007.

LUCENA, W. G.; CAVALCANTE, P. R. N.; SALES, L. B. O perfil das dissertações do programa multi-institucional e inter-regional de pós-graduação em ciências contábeis UNB/UFPB/UFRN/UFPE. In: **XXXI ENANPAD**, 2007, Rio de Janeiro – RJ. **Anais do XXXI ENANPAD**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

MCGEE, R.; PREOBRAGENSKAYA, G. **Problems of implementing International Accounting Standards in transition economy: a case study of Russia**. Barry University: Working Paper, 2004.

MACVE, R.; LIU, Z. Y. A proposal to form a unified Chinese public accountancy profession: an academic perspective. **International Journal of Accounting**, v. 30, n. 11, p. 48-61, 1995.

MALAUQUIAS, R. F. **Disclosure de instrumentos financeiros segundo as normas internacionais de contabilidade: evidências empíricas de empresas brasileiras**. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração, Programa de pós-graduação em Administração da Faculdade de Gestão de Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

MARTINS, E. (org.). **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. Fipecafi. São Paulo: Atlas, 2001.

MOHANTY, P. **Institutional Investors and Corporate Governance in India**. National Stock Exchange of India: Research Initiative Paper n. 15, 2003. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=353820>. Acesso em 11/06/2011.

MUELLER, G. G.; GERNON, H.; MEEK, G. K. **Accounting: an international perspective**. 4. ed. New York: Irwin, 1997.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

NOBES, C. Towards a General Model of the Reasons for International Differences in Financial Reporting. **Abacus**, v. 34, n. 2, p.162-187, 1998.

NOBES, C.; PARKER, R. **Comparative International Accounting**. 9. ed. Essex: Peason Education Limited, 2006.

OLIVEIRA, R. B. **Impacto da IFRS 3 - Business Combination: Nas demonstrações contábeis de empresas britânicas do segmento de petróleo, gás e energia, em 2005**. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

OLIVEIRA, V. A. **Adoção inicial das normas contábeis internacionais por empresas brasileiras**. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração, Programa de pós-graduação em Administração da Faculdade de Gestão de Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2010.

PARKER, R.; MORRIS, R. The influence of US GAAP on the harmony of accounting measurement policies of large companies in the UK and Australia. **Abacus**, v. 37, n. 3, p. 297-328, 2001.

PIERCE, A.; WEETMAN, P. Measuring Financial Reporting Harmony and Harmonization: Perception Versus Reality. **Irish Accounting Review**, v. 7, n. 2, p. 140-165, 2000.

PISTOR, K.; XU, C. Governing emerging stock markets: legal vs. administrative governance. **Corporate Governance**, v. 13, n. 1, p. 5-10, 2005.

POWNALL, G.; SCHIPPER, K. Implications of Accounting Research for the SEC's Consideration of International Accounting Standards for U.S. Securities Offerings. **Accounting Horizons**, v. 13, p. 259-280, 1999.

PREOBRAGENSKAYA, G.; MCGEE, R. **The role of International Accounting Standards in foreign direct investment: A case study of Russia**. Barry University. Florida. Working Paper, 2003.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **The Opacity Index: Launching a new measure of the effects of opacity on the cost and availability of capital in countries world-wide**. 2001. Disponível em [http://www.pwc.fr/the\\_opacity\\_index1.html](http://www.pwc.fr/the_opacity_index1.html). Acesso em 10/05/2011.

PUFFER, D.; MCCARTHY, S. The emergence of corporate governance in Russia. **Journal of World Business**, v. 38, n. 4, p. 284-298, 2003.

RAUPP, M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, I. M. (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática. 3.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

REEVE, J. M.; WARREN, C. S.; DUCHAC, J. E.; PADOVEZE, C. L. **Fundamentos de contabilidade: Princípios**. Tradução de Paulo Cesar de Conti. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2009.

REZAEI, Z.; SMITH, L. M.; SZENDI, J. Z. Convergence in accounting standards: Insights from academicians and practitioners. **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**, v. 26, p. 142-154, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo, SP: Atlas, 1999.

ROODMAN, D. **How do the BRIC Stack Up? Adding Brazil, Russia, India, and China to the Environment Component of the Commitment to Development Index.** Center for Global Development: Working Paper, 2007. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=1101684>. Acesso em 23/06/2011.

SÁ, A. L. **História geral e das doutrinas da contabilidade.** São Paulo, SP: Atlas, 1997.

SARIKAS, R. H.; DJATEJ, A. M. History and the Russian accounting transition. **International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation**, v. 2, n. 1-2, p. 54-66, 2005.

SARKAR, J.; SARKAR, S. Debt and corporate governance in emerging economies. Evidence from India. **Economics of Transition**, v. 16, n. 2, p. 293-334, 2008.

SARKAR, S.; SARKAR, J. Large shareholder activism in corporate governance in developing countries: evidence from India. **International Review of Finance**, v. 1, p. 161-194, 2000.

SAWERS, A. **Impact of new IFRS rules.** Financial Director. Julho-Agosto, p. 43, 2005.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** 2. ed. 2ª reimp. São Paulo: Herder, 1972.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: Orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** 2.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

STEINFELD, E. S. Beyond the transition: China's economy at century's end. **Current History**, v. 98, p. 271-275, 1999.

STREET, D.; GRAY, S.; BRYANT, S. Acceptance and observance of International Accounting Standards: an empirical study of companies claiming to comply with IASs. **International Journal of Accounting**, v. 34, n. 1, p. 11-48, 1999.

STREET, D. L. **GAAP Convergence 2002: A survey of national efforts to promote and achieve convergence with international financial reporting standards.** BDO, Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst & Young, Grant Thornton, KPMG, PriceWaterhouseCoopers, 2003.

STREET, D. L.; GRAY, S. How wide is the gap between IASC and U.S. GAAP? Impact of the IASC comparability project and recent international developments. **Journal of International Accounting, Auditing & Taxation**, v. 8, p. 133-164, 1999.

SUNDER, S. Uniform financial reporting standards: Reconsidering the top-down push. **The CPA Journal**, v. 11, p. 6-9, 2007.

TANG, Y. W. Bumpy road leading to internationalization: a review of accounting development in China. **Accounting Horizons**, v. 14, n. 1, p. 93-102, 2000.

TAPLIN, R. A unified approach to the measurement of international accounting harmony. **Accounting and Business Research**, v. 34, n. 1, pp. 57-73, 2004.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. **World Investment Report 2008: Transnational Corporations and the Infrastructure Challenge**. United Nations, New York/Geneva. 2008.

VAN DER TAS, L. G. Measuring Harmonization of Financial Reporting Practice. **Accounting and Business Research**, v. 18, p. 157-169, 1988.

WANG, S. **Bankers Face Challenges from the China Securities Regulatory Commission**. 2001, disponível em <[www.chilahd.com/news/stock/2001-1/67983.htm](http://www.chilahd.com/news/stock/2001-1/67983.htm)> Acesso em 15/12/2011.

WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a Convergência Contábil Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

WEI, L.; EDDIE, I. Accounting reform in the People's Republic of China: background and current developments. **Accounting Research Study**, n. 15, 1996.

WHITTINGTON, G. The adoption of International Accounting Standards in the European Union. **European Accounting Review**, v. 14, p. 127- 153, 2005.

WHITTINGTON, G. Fair Value and the IASB/FASB Conceptual Framework Project: An Alternative View. **Abacus**, v.44, nº 2, p. 139-168, 2008.

WILSON, D.; PURUSHOTHAMAN, R. Dreaming with BRIC: the path to 2050. **Global Economics paper** n. 99, CEO Confidential, ed. 2003/12. Goldman Sachs, Outubro de 2003.

WÓJCIK, D.; BURGER, C. Listing BRIC: Stock Issuers from Brazil, Russia, India, and China in New York, London, and Luxembourg. **Economic Geography**, v. 86, n. 3, p.275-296, 2010.

WORLD BANK DEVELOPMENT DATA GROUP. **World Development Indicators Online**. Washington, DC. 2008. Disponível em: <http://go.worldbank.org/U0FSM7AQ40>. Acesso em 05/01/2012.

WORLD BANK GROUP. **Doing Business: Measuring business regulations**. 2010. Disponível em <http://www.doingbusiness.org/rankings>. Acesso em 05/01/2012.

WORLD BANK DATA. **Dados econômicos selecionados**. 2011. Disponível em <http://data.worldbank.org/>. Acesso em 05/01/2012.

WORLD RESOURCES INSTITUTE. **EarthTrends: The environmental information portal**. 2011. Disponível em <http://tinyurl.com/6chelyq>. Acesso em 10/05/2011.

WU, J. S.; ZHANG, I. X. The Voluntary Adoption of Internationally Recognized Accounting Standards and Firm Internal Performance Evaluation. **The Accounting Review**, v. 84, n. 4, p.1281-1309, 2009.

WYATT, A.; YOSPE, J. F. Wake-up call to American business: international accounting standards are on the way. **Journal of Accountancy**, v. 175, p. 80-85, 1993.

XIANG, B. Institutional Factors Influencing China's Accounting Reforms and Standards. **Accounting Horizons**, v. 12, n. 2, p. 1-40, 1998.

XIAO, J. Z. Z.; PAN, A. **The Chinese Approach to Accounting Standards and a Conceptual Framework**. In: BLAKE, J.; GAO, S. (Ed.) Perspectives on Accounting and Finance in China. New York: Routledge, 1995. p. 178-199.

XIAO, J. Z.; WEETMAN, P. W.; SUN, M. Political Influence and Coexistence of a Uniform Accounting System and Accounting Standards: Recent Developments in China. **Abacus**, v. 40, n. 2, p. 193-218, 2004.

YEE, H. **The concept of profession: a historical perspective based on the accounting profession in China**. Proceedings of Accounting History second International Conference. Osaka, Japan, 2001.

## ANEXO 1 – INSTRUMENTO DE MENSURAÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

<b>IAS 2 - Estoques</b>								
	<b>Brasil</b>	<b>%</b>	<b>Rússia</b>	<b>%</b>	<b>Índia</b>	<b>%</b>	<b>China</b>	<b>%</b>
<b>Mensuração</b>								
IAS 2.1 Custo histórico								
IAS 2.2 Valor Realizável Líquido								
IAS 2.3 Não divulgado								
<b>Avaliação</b>								
IAS 2.4 PEPS								
IAS 2.5 UEPS								
IAS 2.6 Média ponderada								
IAS 2.7 Soma								
IAS 2.8 Não divulgado								

<b>IAS 16 – Ativo Imobilizado</b>								
	<b>Brasil</b>	<b>%</b>	<b>Rússia</b>	<b>%</b>	<b>Índia</b>	<b>%</b>	<b>China</b>	<b>%</b>
<b>Mensuração</b>								
IAS 16.1 Custo histórico								
IAS 16.2 Reavaliação								
IAS 16.3 Custo atribuído								
IAS 16.4 Não divulgado								

<b>IAS 38 – Ativo Intangível</b>								
	<b>Brasil</b>	<b>%</b>	<b>Rússia</b>	<b>%</b>	<b>Índia</b>	<b>%</b>	<b>China</b>	<b>%</b>
<b>Mensuração</b>								
IAS 38.1 Custo histórico								
IAS 38.2 Reavaliação								
IAS 38.3 Custo atribuído								
IAS 38.4 Não divulgado								

<b>IAS 39 – Instrumentos financeiros</b>								
	<b>Brasil</b>	<b>%</b>	<b>Rússia</b>	<b>%</b>	<b>Índia</b>	<b>%</b>	<b>China</b>	<b>%</b>
<b>Detidos para negociação</b>								
IAS 39.1 Valor Justo								
IAS 39.2 Custo Amortizado								
IAS 39.3 Não divulgado								
<b>Disponíveis para venda</b>								
IAS 39.4 Valor justo								
IAS 39.5 Custo histórico								
IAS 39.6 Não divulgado								
<b>Derivativos</b>								
IAS 39.7 Valor justo								
IAS 39.8 Custo histórico								
IAS 39.9 Não divulgado								

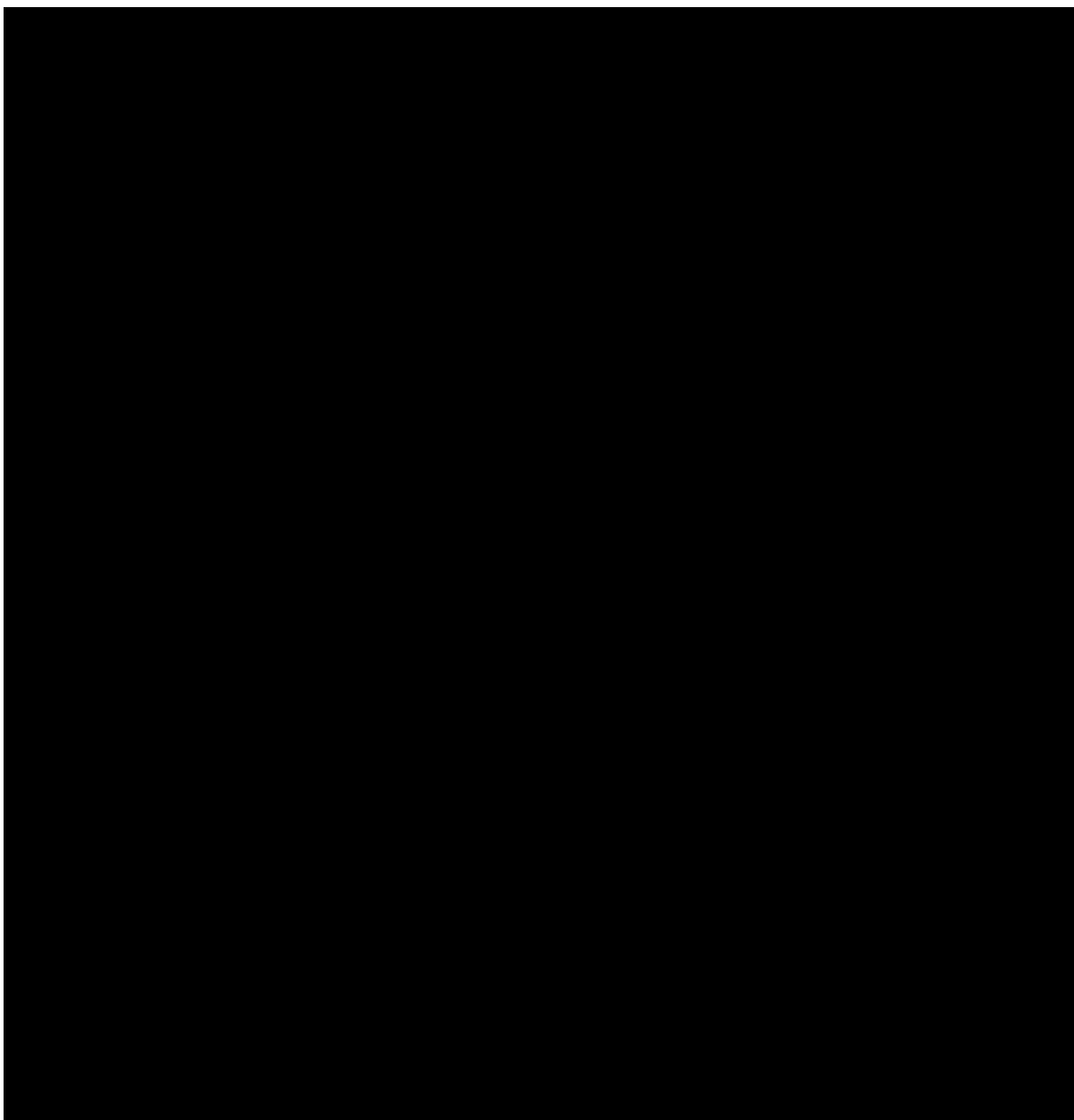
<b>Outros Ativos financeiros</b>								
IAS 39.10 Valor justo								
IAS 39.11 Custo amortizado								
IAS 39.12 Não divulgado								
<b>Outros Passivos financeiros</b>								
IAS 39.13 Valor justo								
IAS 39.14 Custo amortizado								
IAS 39.15 Não divulgado								

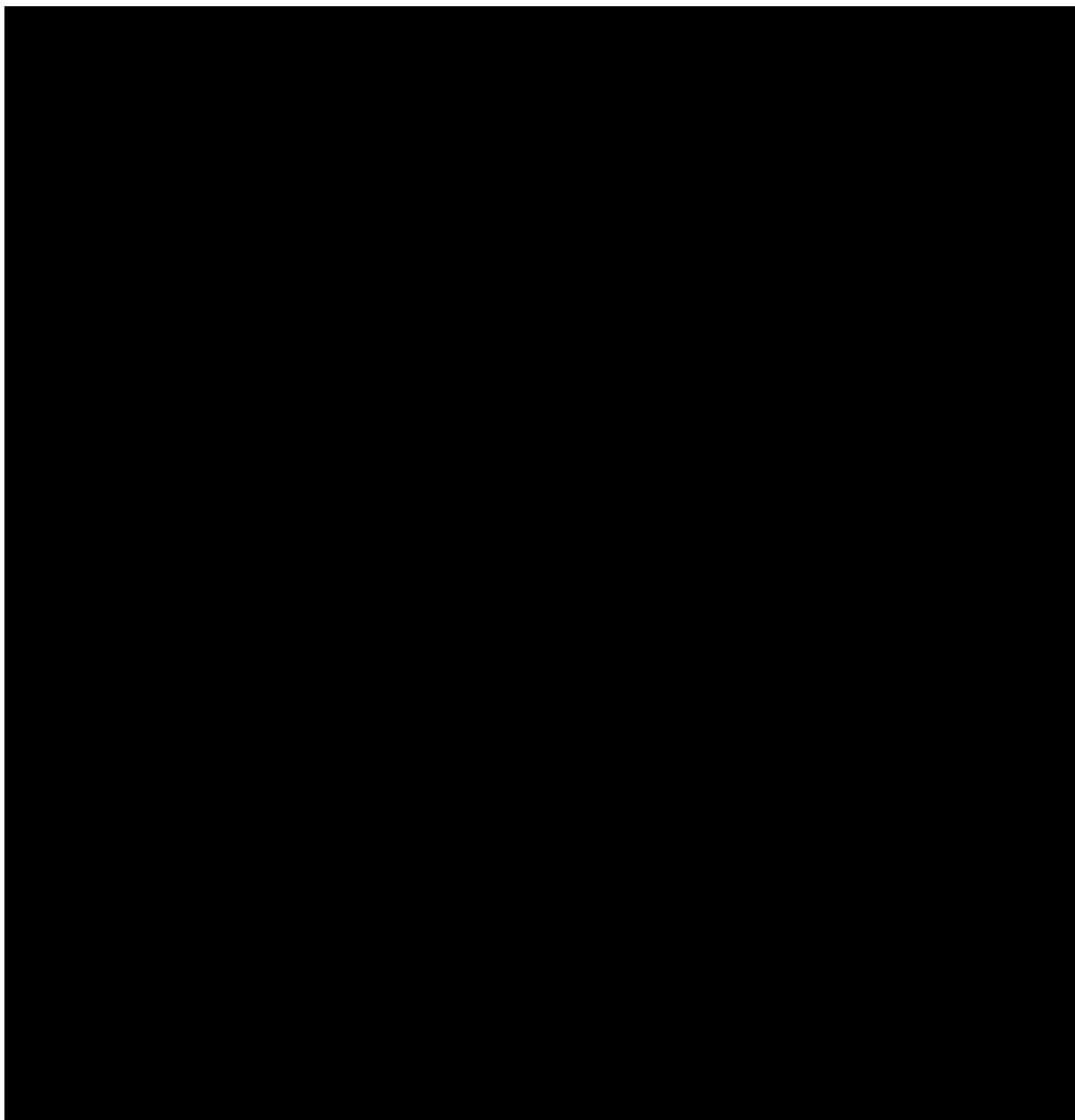
<b>IFRS 6 – Exploração e avaliação de recursos minerais</b>								
	<b>Brasil</b>	<b>%</b>	<b>Rússia</b>	<b>%</b>	<b>Índia</b>	<b>%</b>	<b>China</b>	<b>%</b>
<b>Avaliação</b>								
IFRS 6.1 Esforços bem-sucedidos								
IFRS 6.2 Custo total								
IFRS 6.3 Não divulgado								

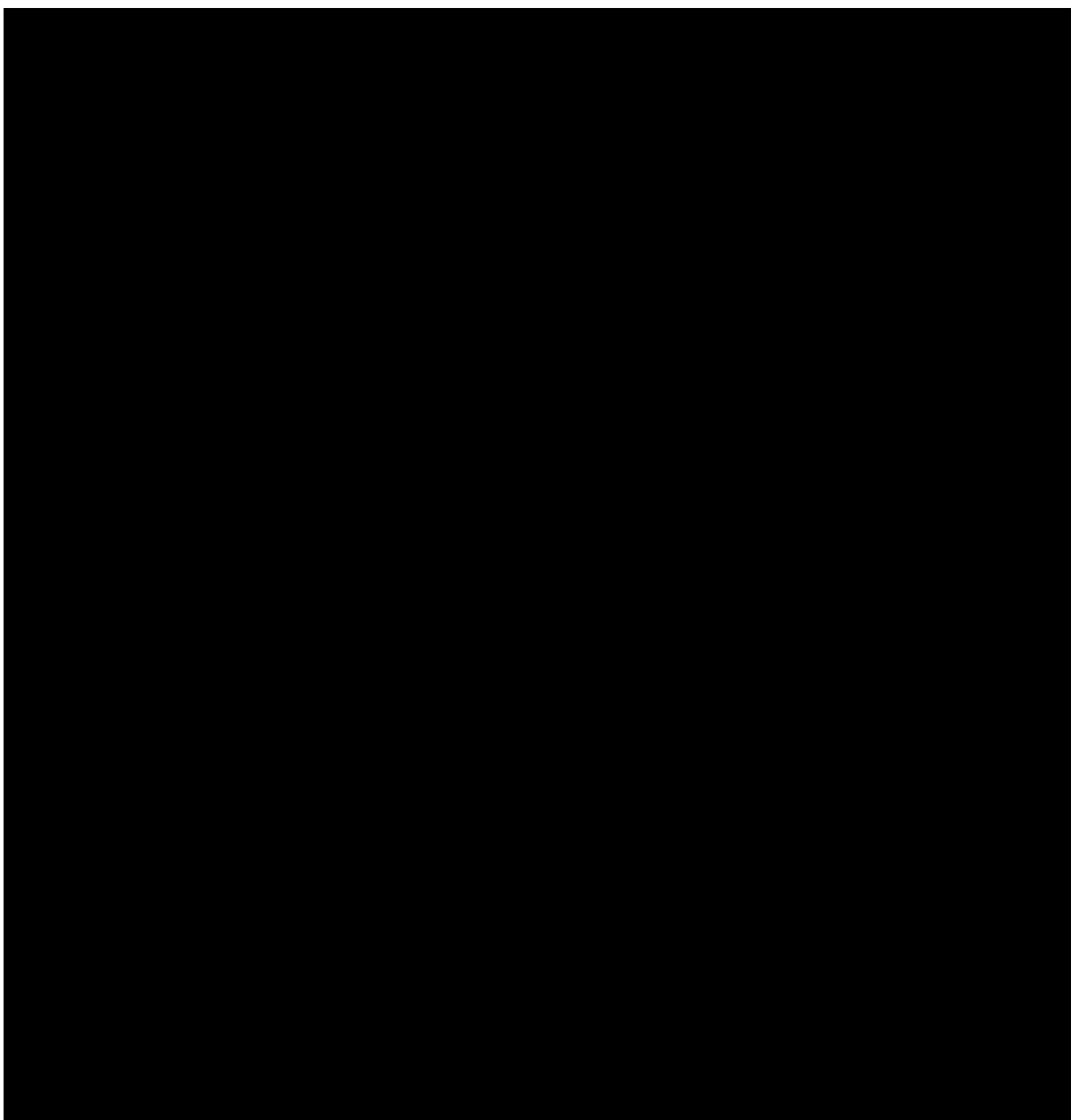


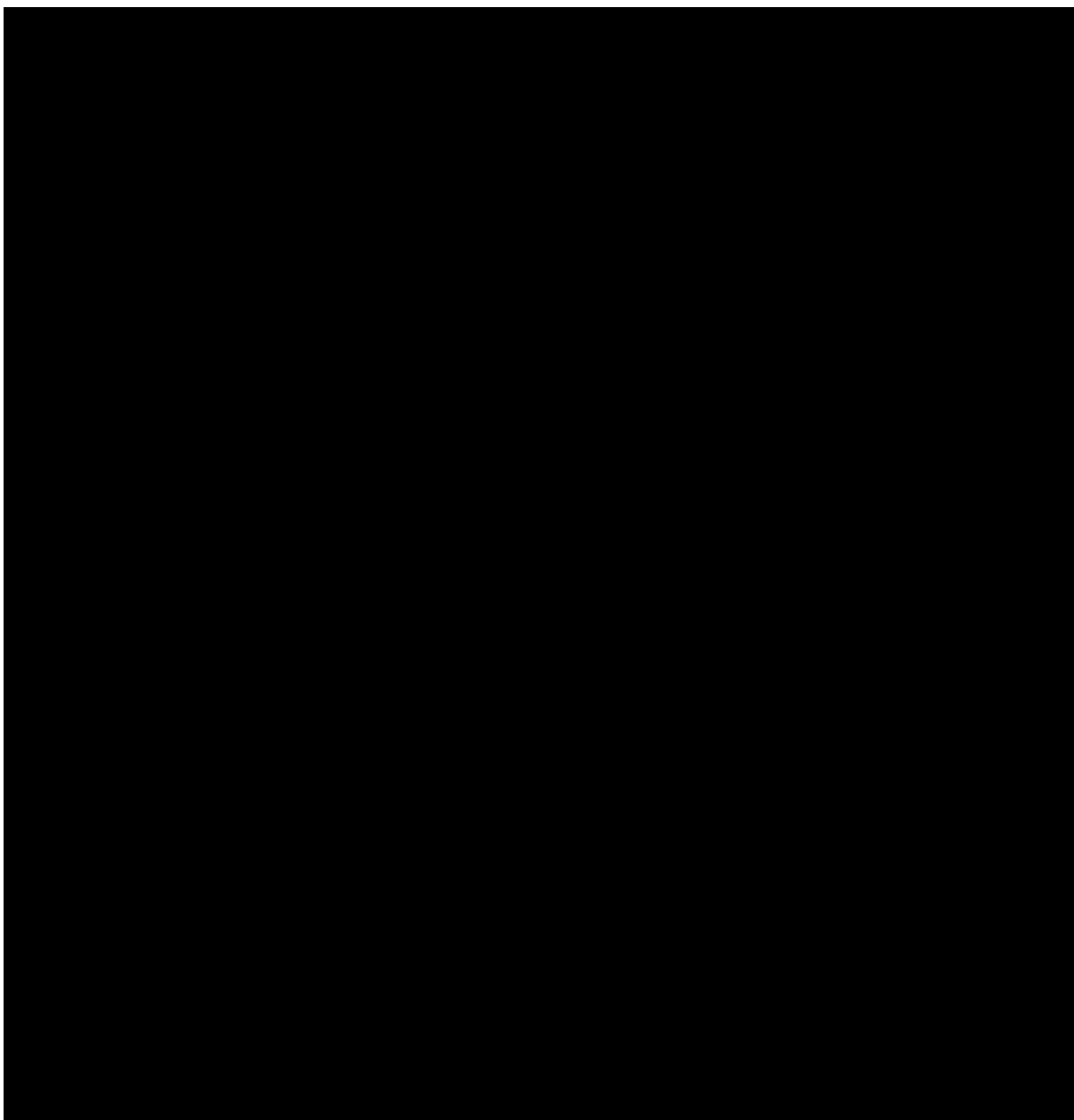
## ANEXO 2 – AMOSTRA DE EMPRESAS – PAÍSES DO BRIC

NOME EMPRESA	SETOR DE ATUAÇÃO	PAÍS	DADOS CONTÁBEIS - 2010 (US\$ Milhões)		
			ATIVO	PL	RECEITA
BRASIL ECODESEL S/A	PETRÓLEO E GÁS	BRASIL	793	412	224
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A	ENERGIA	BRASIL	8.802	3.031	2.225
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS - ELETROBRÁS	ENERGIA	BRASIL	88.165	42.330	15.585
CIA SIDERURGICA NACIONAL S/A	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	BRASIL	22.687	4.695	8.214
COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO	ENERGIA	BRASIL	11.334	6.287	1.651
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	ENERGIA	BRASIL	10.719	6.779	3.923
CPFL ENERGIA S/A	ENERGIA	BRASIL	12.037	4.051	6.834
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO	ENERGIA	BRASIL	6.840	2.243	5.512
GERDAU S/A	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	BRASIL	25.742	12.092	17.844
LIGHT S/A	ENERGIA	BRASIL	5.759	1.999	3.700
MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S/A	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	BRASIL	2.430	1.459	412
OGX PETROLEO E GAS PARTICIPAÇÕES S/A	PETRÓLEO E GÁS	BRASIL	5.995	5.545	N/D
PETROBRAS PETRÓLEO BRASILEIRO S/A	PETRÓLEO E GÁS	BRASIL	308.683	183.397	120.052
USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	BRASIL	19.097	11.421	7.368
VALE S/A	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	BRASIL	128.833	69.815	47.306
JSC GAZPROM NEFT	PETRÓLEO E GÁS	RÚSSIA	32.064	20.798	32.772
JSC INTER RAO UES	ENERGIA	RÚSSIA	2.883	1.791	1.515
MECHEL OAO	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	RÚSSIA	15.776	4.951	9.746
OAO GAZPROM	PETRÓLEO E GÁS	RÚSSIA	N/D	N/D	N/D
OAO LUKOIL	PETRÓLEO E GÁS	RÚSSIA	84.017	59.608	104.956
OAO NOVATEK	PETRÓLEO E GÁS	RÚSSIA	9.325	5.486	3.848
OAO RASPADSKAYA	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	RÚSSIA	2.075	1.504	706
OAO SEVERSTAL	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	RÚSSIA	19.329	7.320	13.573
OAO TATNEFT	PETRÓLEO E GÁS	RÚSSIA	18.546	11.462	15.391
OJSC CORPORATION VSMPO-AVISMA	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	RÚSSIA	N/D	N/D	N/D
OJSC MAGNITOGORSKI IRON & STEEL WORKS	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	RÚSSIA	N/D	N/D	N/D
OJSC MINING AND METALLURGICAL COMPANY NORILSK NICKEL	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	RÚSSIA	23.909	17.974	12.775
OJSC MOESK	ENERGIA	RÚSSIA	N/D	N/D	N/D
OJSC MOSENERGO	ENERGIA	RÚSSIA	8.361	6.336	4.778
OJSC NOVOLIPETSK STEEL	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	RÚSSIA	13.899	9.554	8.351
OJSC POLYUS GOLD	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	RÚSSIA	4.004	3.241	1.749
OJSC ROSNEFT OIL COMPANY	PETRÓLEO E GÁS	RÚSSIA	93.829	55.504	63.047
OJSC RUSHYDRO	ENERGIA	RÚSSIA	21.287	16.942	13.745
OJSC SURGUTNEFTEGAS	ENERGIA	RÚSSIA	41.528	39.268	19.629
OJSP POLYMETAL	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	RÚSSIA	2.295	1.221	925
TNK-BP INTERNATIONAL LIMITED	PETRÓLEO E GÁS	RÚSSIA	33.126	18.863	44.646
BHARAT PETROLEUM CORPORATION LIMITED	PETRÓLEO E GÁS	ÍNDIA	9.582	3.433	34.412
CAIRN INDIA GROUP	PETRÓLEO E GÁS	ÍNDIA	9.740	9.012	2.275
ESSAR OIL LIMITED	PETRÓLEO E GÁS	ÍNDIA	3.481	1.165	8.172
ESSAR STEEL LIMITED	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	ÍNDIA	N/D	N/D	N/D
GAIL INDIA LIMITED	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	ÍNDIA	5.573	3.983	6.042
HINDALCO INDUSTRIES LIMITED	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	ÍNDIA	11.456	4.819	13.346
HINDUSTAN PETROLEUM CORPORATION LIMITED	PETRÓLEO E GÁS	ÍNDIA	9.117	2.806	29.481
INDIAN OIL CORPORATION LIMITED	PETRÓLEO E GÁS	ÍNDIA	22.338	11.307	60.721
JINDAL STEEL & POWER LIMITED	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	ÍNDIA	4.850	1.943	2.125
JSW STEEL LIMITED	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	ÍNDIA	7.044	3.853	5.126
NMDC LIMITED	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	ÍNDIA	3.211	3.192	1.552
OIL AND NATURAL GAS CORPORATION LIMITED	PETRÓLEO E GÁS	ÍNDIA	27.962	21.808	15.686
POWER GRID CORPORATION OF INDIA LIMITED	ENERGIA	ÍNDIA	14.705	4.779	1.990
RELiance INDUSTRIES LIMITED	PETRÓLEO E GÁS	ÍNDIA	51.554	33.894	55.634
SESA GOA LIMITED	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	ÍNDIA	2.823	2.592	1.751
STERLITE INDUSTRIES INDIA LIMITED	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	ÍNDIA	16.710	11.631	6.613
TATA POWER COMPANY LIMITED	ENERGIA	ÍNDIA	4.125	2.500	1.621
TATA STEEL LIMITED	ENERGIA	ÍNDIA	17.570	10.500	6.600
WELSPUN GUJARAT STAHL ROHREN LTD.	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	ÍNDIA	1.123	613	1.449
ALUMINUM CORPORATION OF CHINA LIMITED	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	CHINA	21.390	8.655	17.877
BAOSHAN IRON & STEEL COMPANY LIMITED	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	CHINA	32.702	16.852	29.906
CHINA COAL ENERGY COMPANY LIMITED	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	CHINA	18.607	13.068	10.387
CHINA NATIONAL OFFSHORE OIL CORP	PETRÓLEO E GÁS	CHINA	49.633	32.657	22.032
CHINA NATIONAL PETROLEUM CORPORATION	PETRÓLEO E GÁS	CHINA	398.056	237.341	254.255
CHINA PETROLEUM & CHEMICAL CORPORATION	PETRÓLEO E GÁS	CHINA	149.143	68.516	282.667
CHINA SHENHUA ENERGY COMPANY LTDA	ENERGIA	CHINA	51.591	34.628	22.467
MAANSHAN IRON & STEEL COMPANY LIMITED	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	CHINA	10.655	4.238	9.314
METALLURGICAL CORPORATION OF CHINA LTD.	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	CHINA	43.624	8.099	30.495
PETROCHINA COMPANY LIMITED	PETRÓLEO E GÁS	CHINA	250.717	152.888	216.510
YANZHOU COAL MINING COMPANY LIMITED	SIDERURGIA E MINERAÇÃO	CHINA	11.012	5.666	5.015

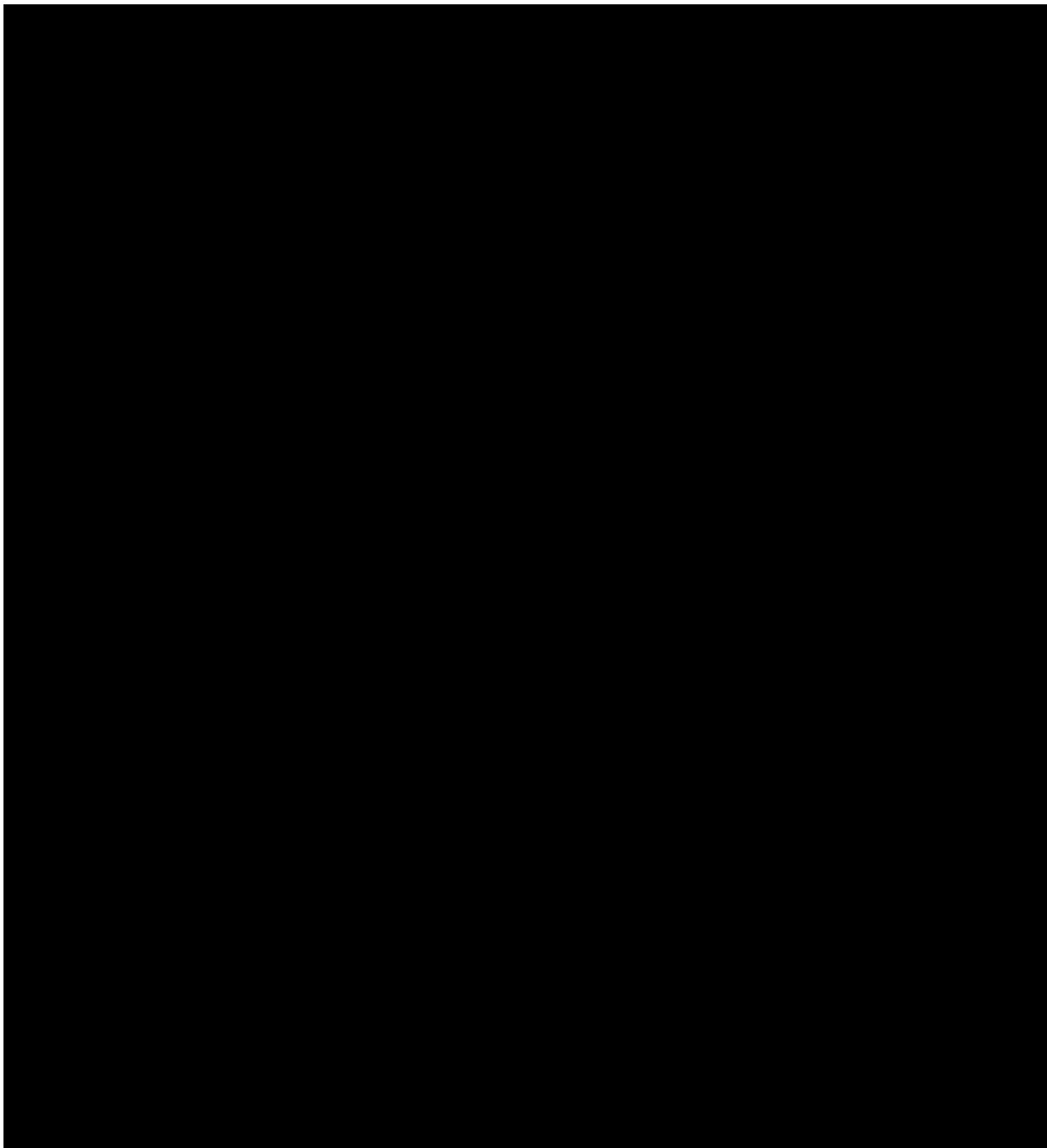
**ANEXO 3 – PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS - BRASIL**

**ANEXO 4 – PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS - RÚSSIA**

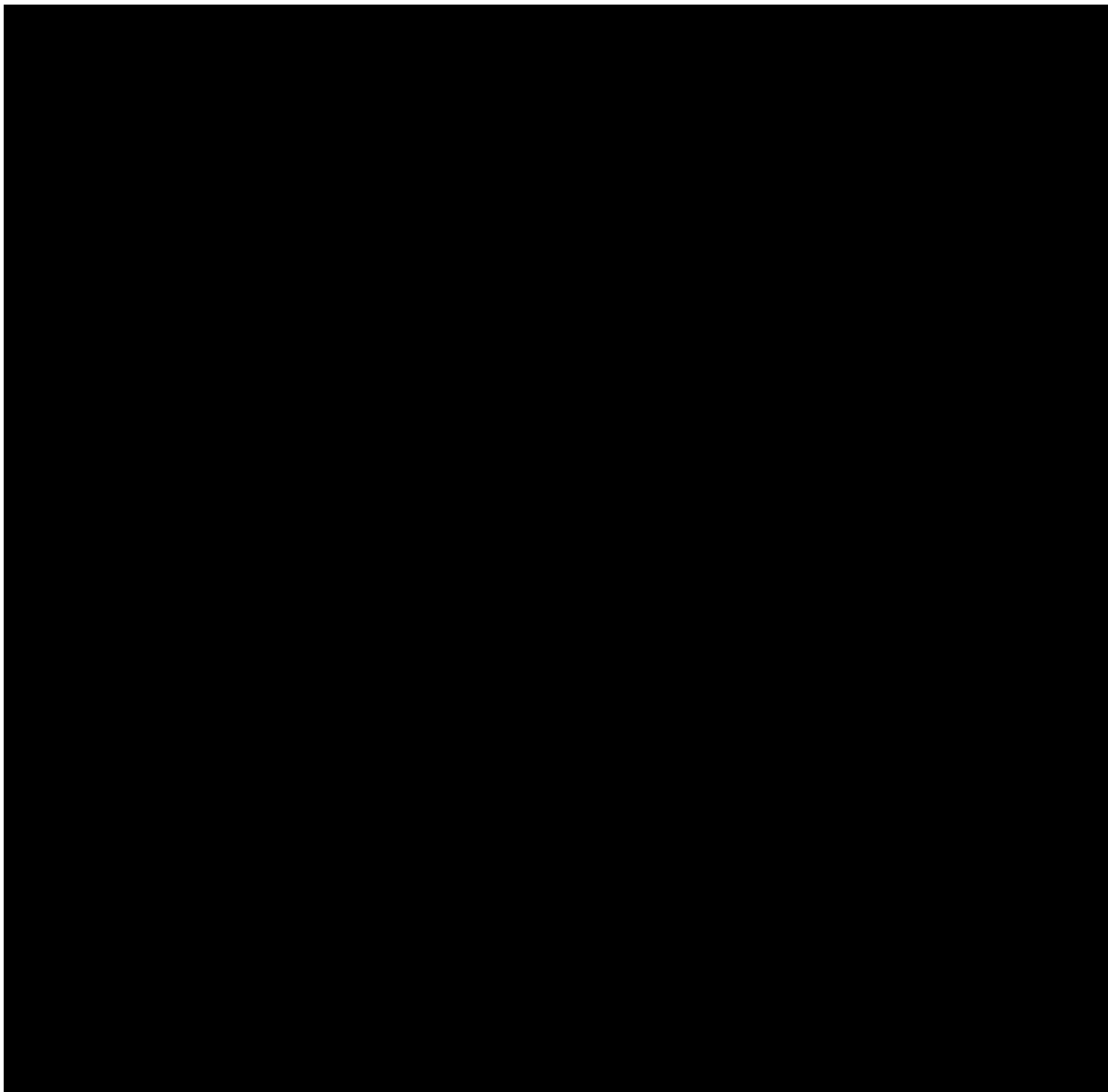
**ANEXO 5 – PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS - ÍNDIA**

**ANEXO 6 – PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS - CHINA**

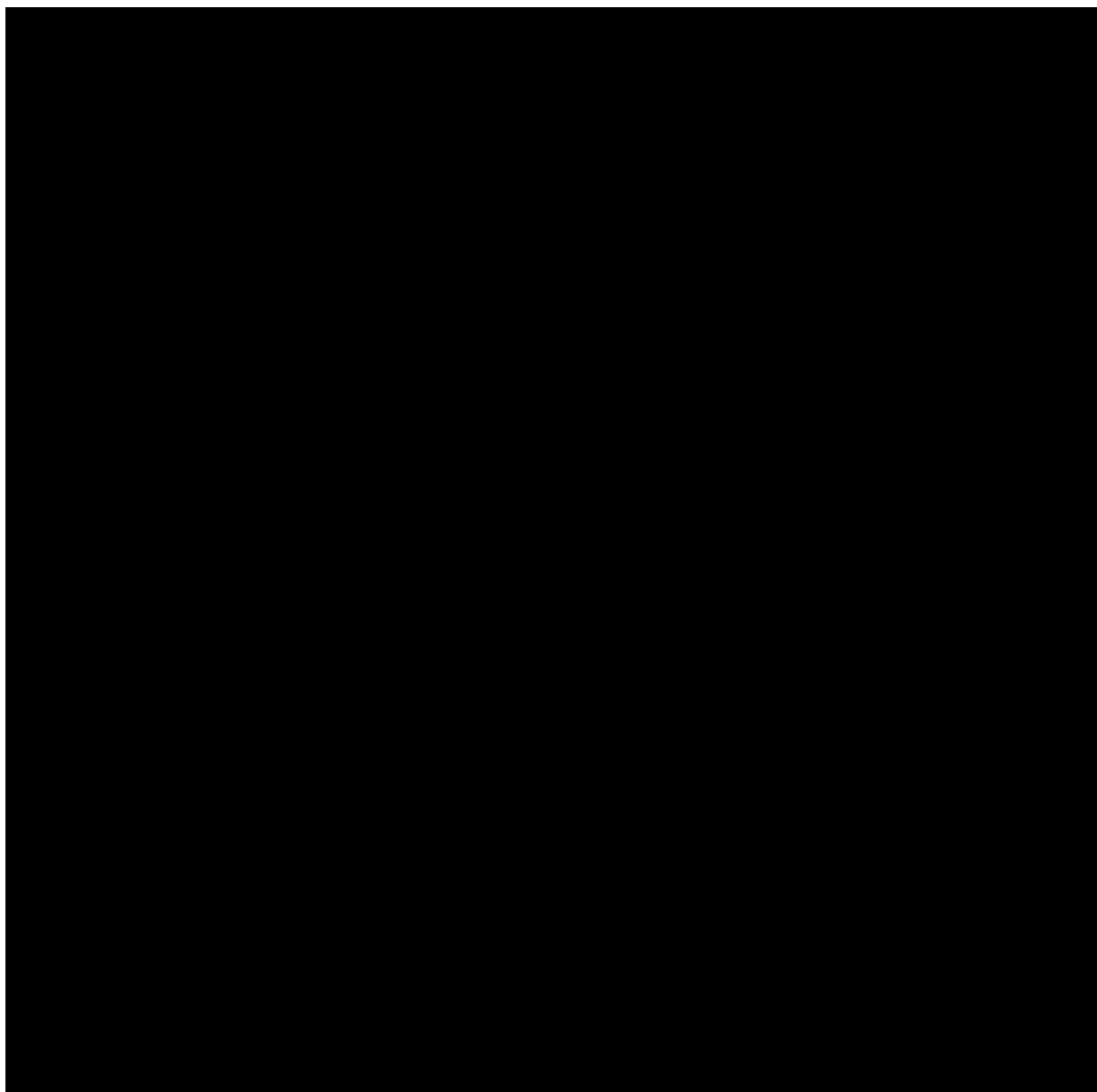
**ANEXO 7 – PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS – SETOR  
PETRÓLEO E GÁS**



**ANEXO 8 – PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS – SETOR  
SIDERURGIA E MINERAÇÃO**

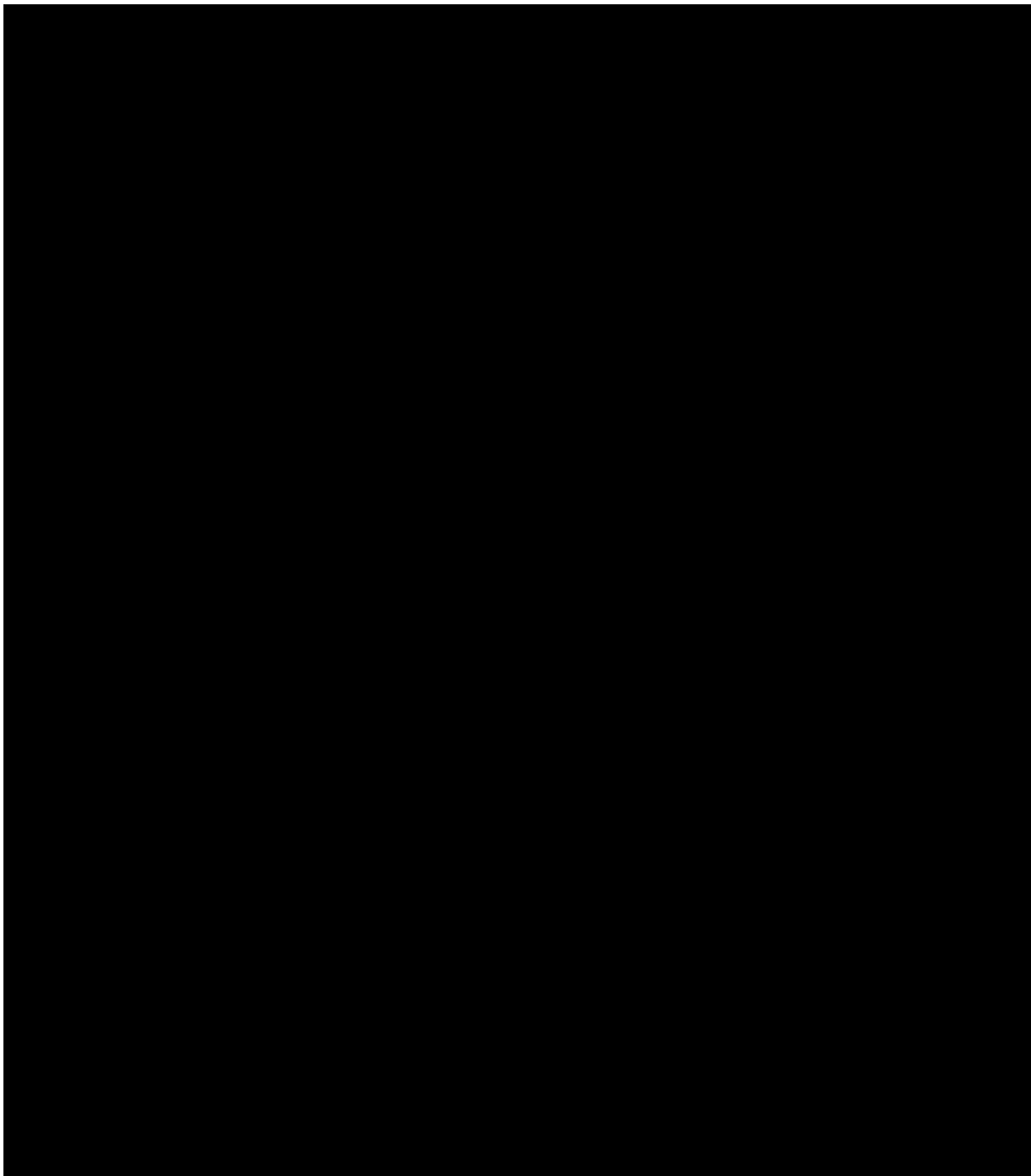


## **ANEXO 9 – PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS – SETOR DE ENERGIA**

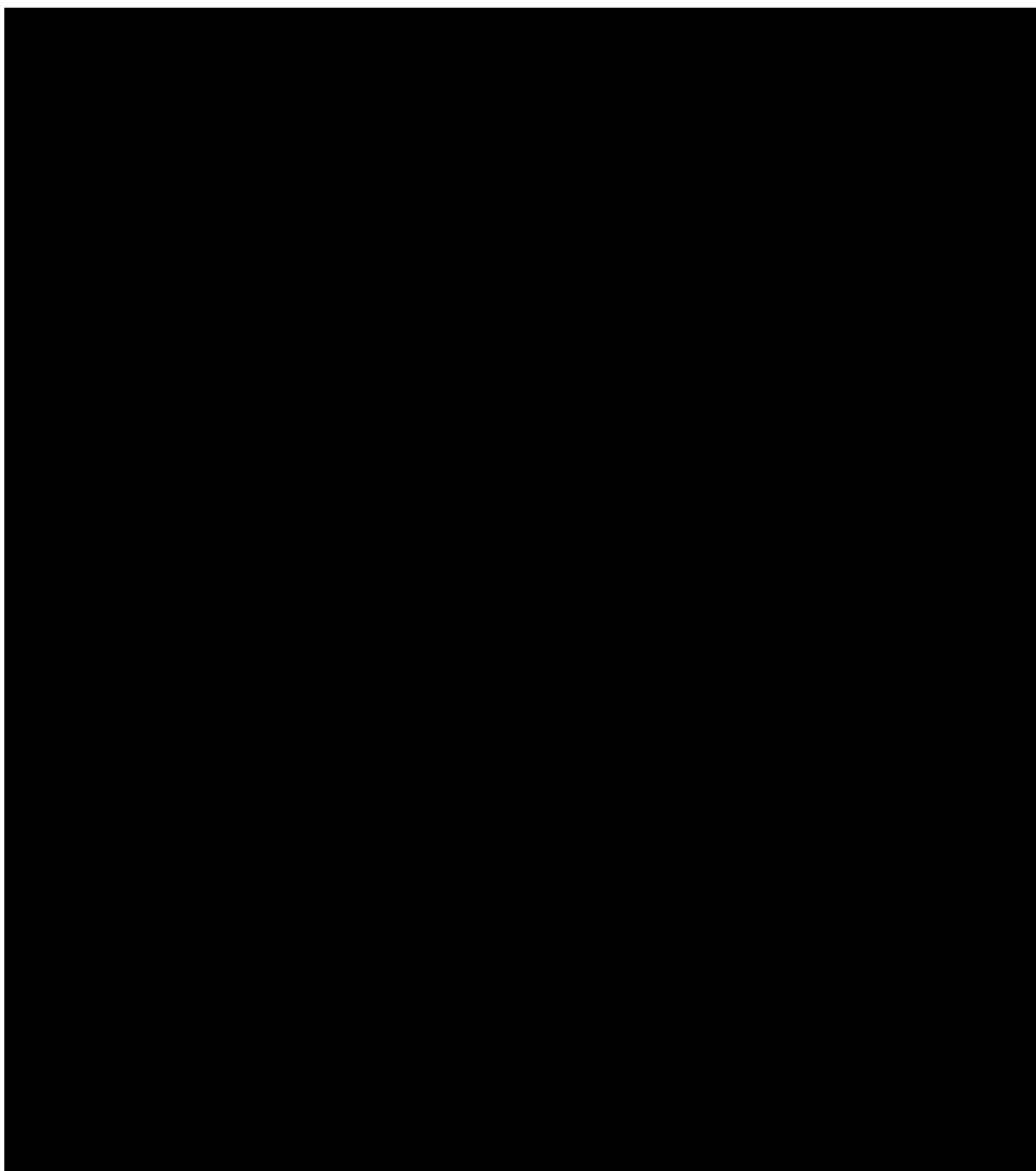




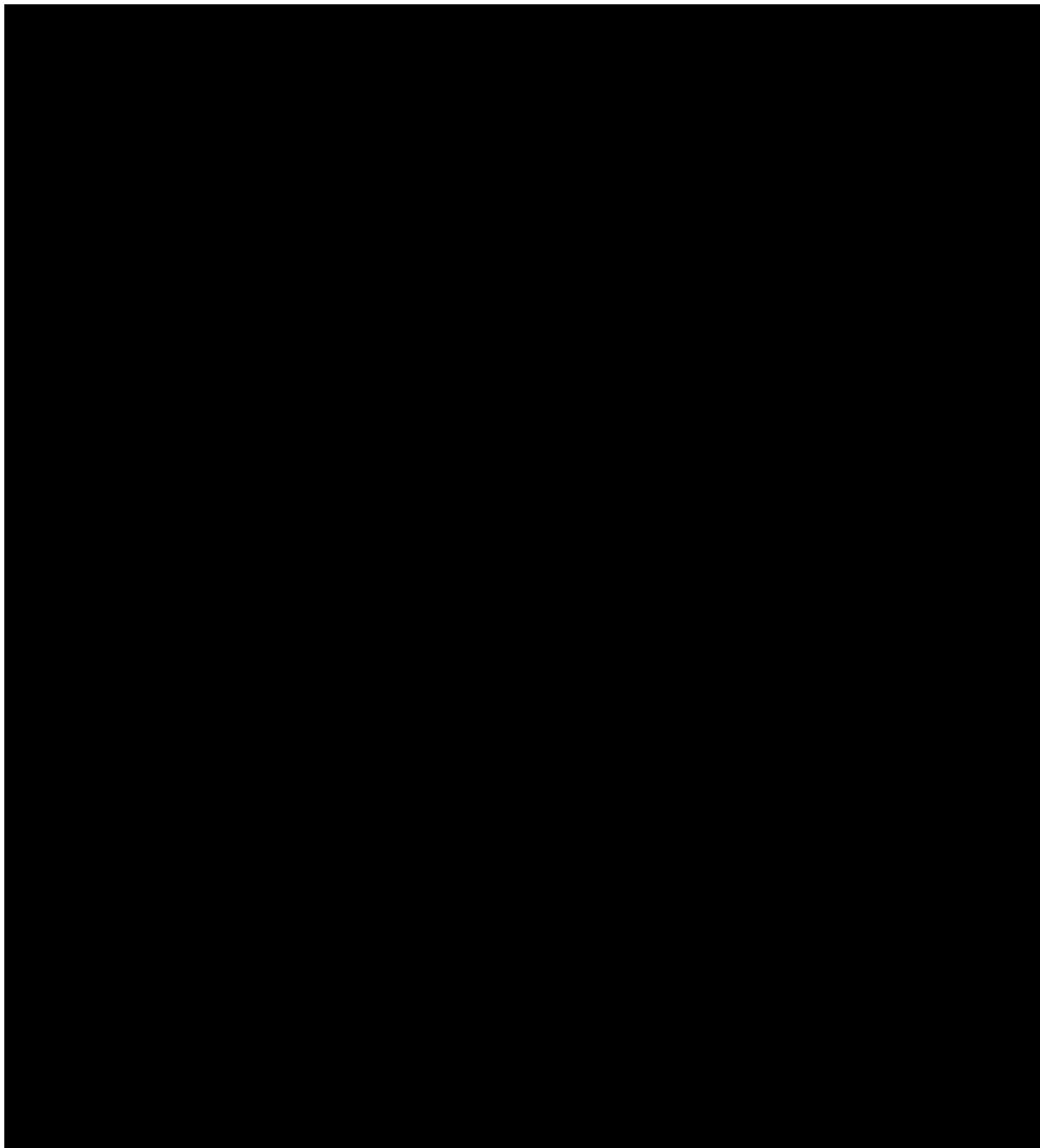
**ANEXO 10 – PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS – EMPRESAS DE  
AUDITORIA *BIG FOUR***



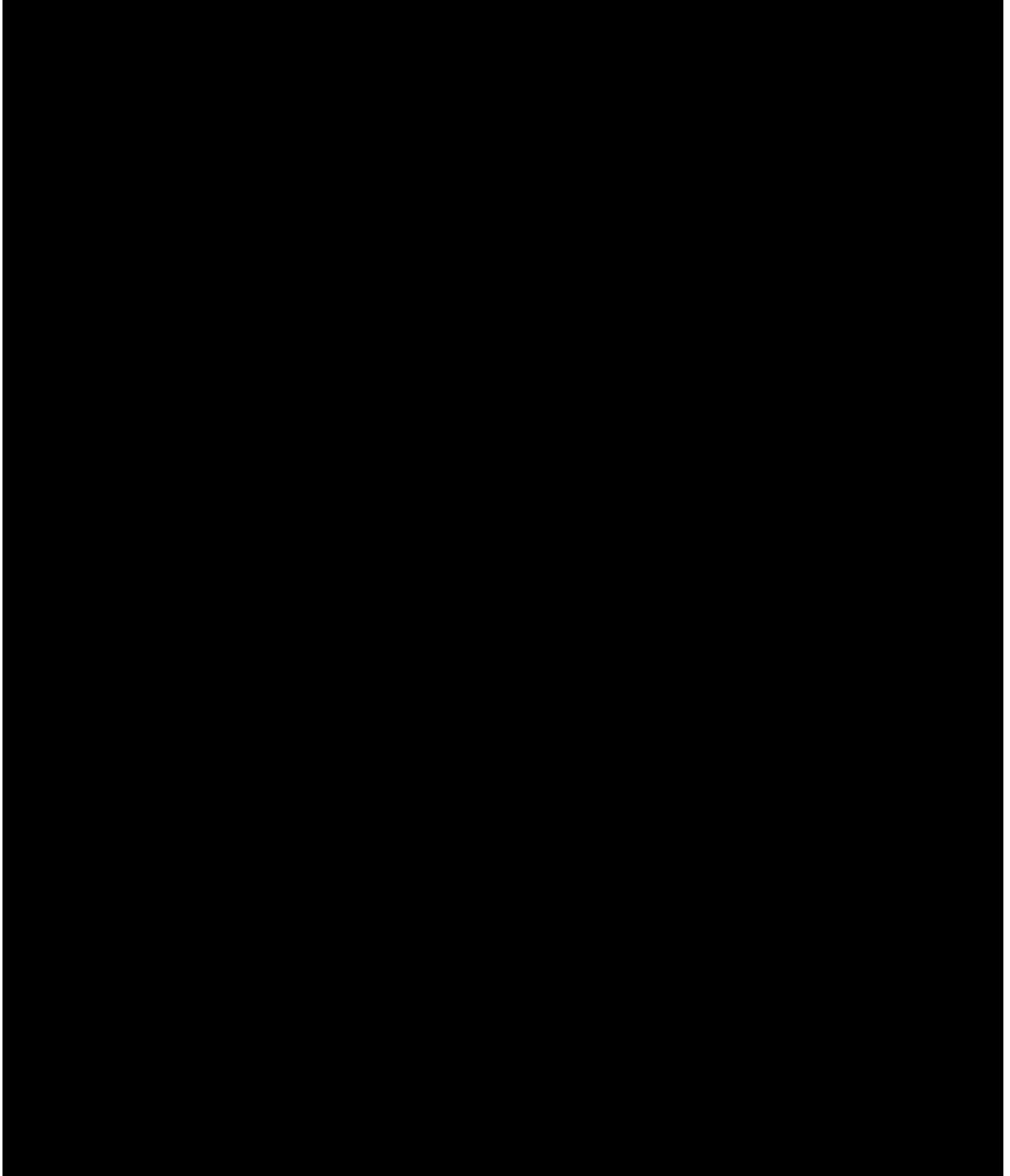
**ANEXO 11 – PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS – OUTRAS  
EMPRESAS DE AUDITORIA**



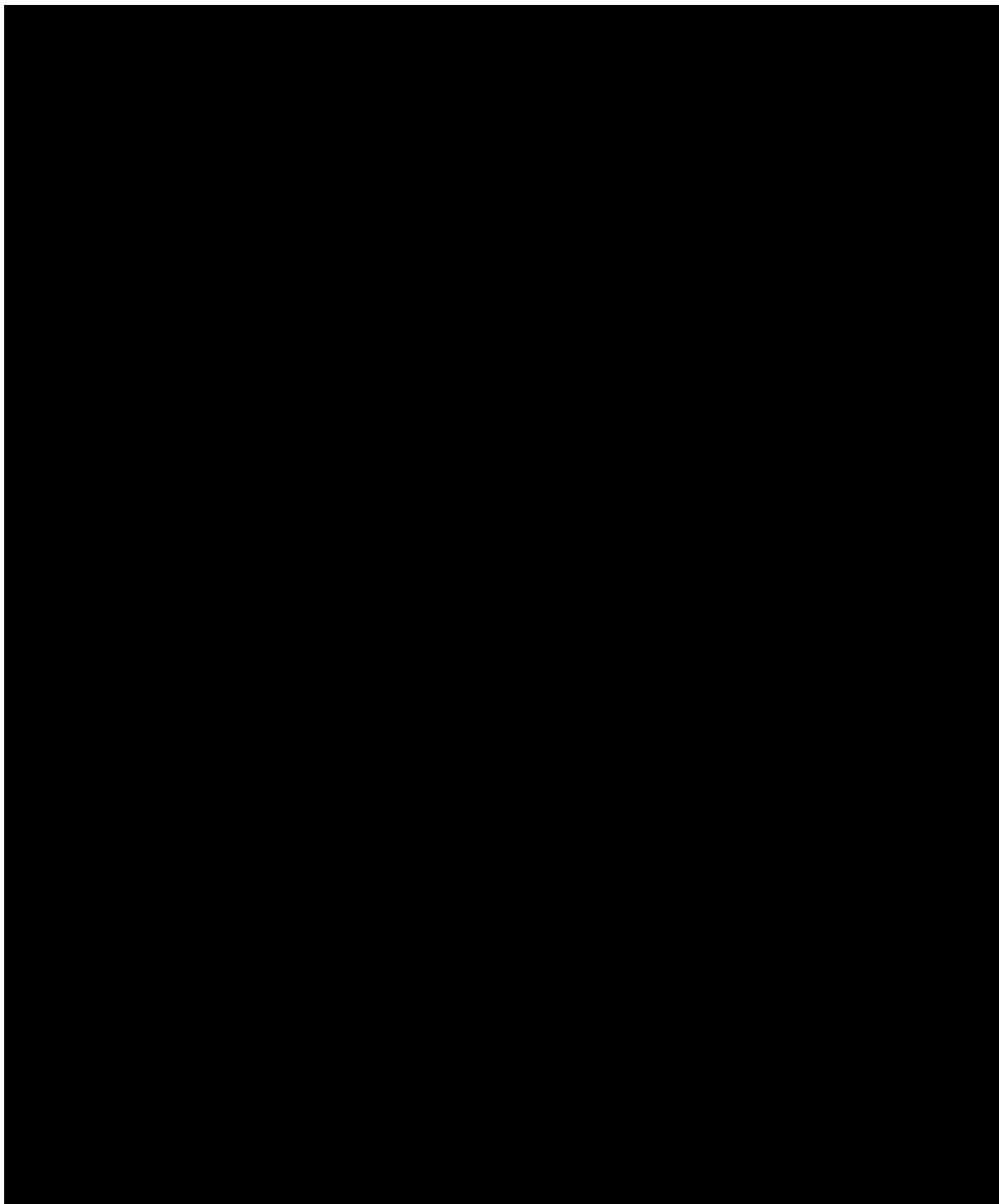
## **ANEXO 12 – PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS – ADOTANTES DO IFRS**



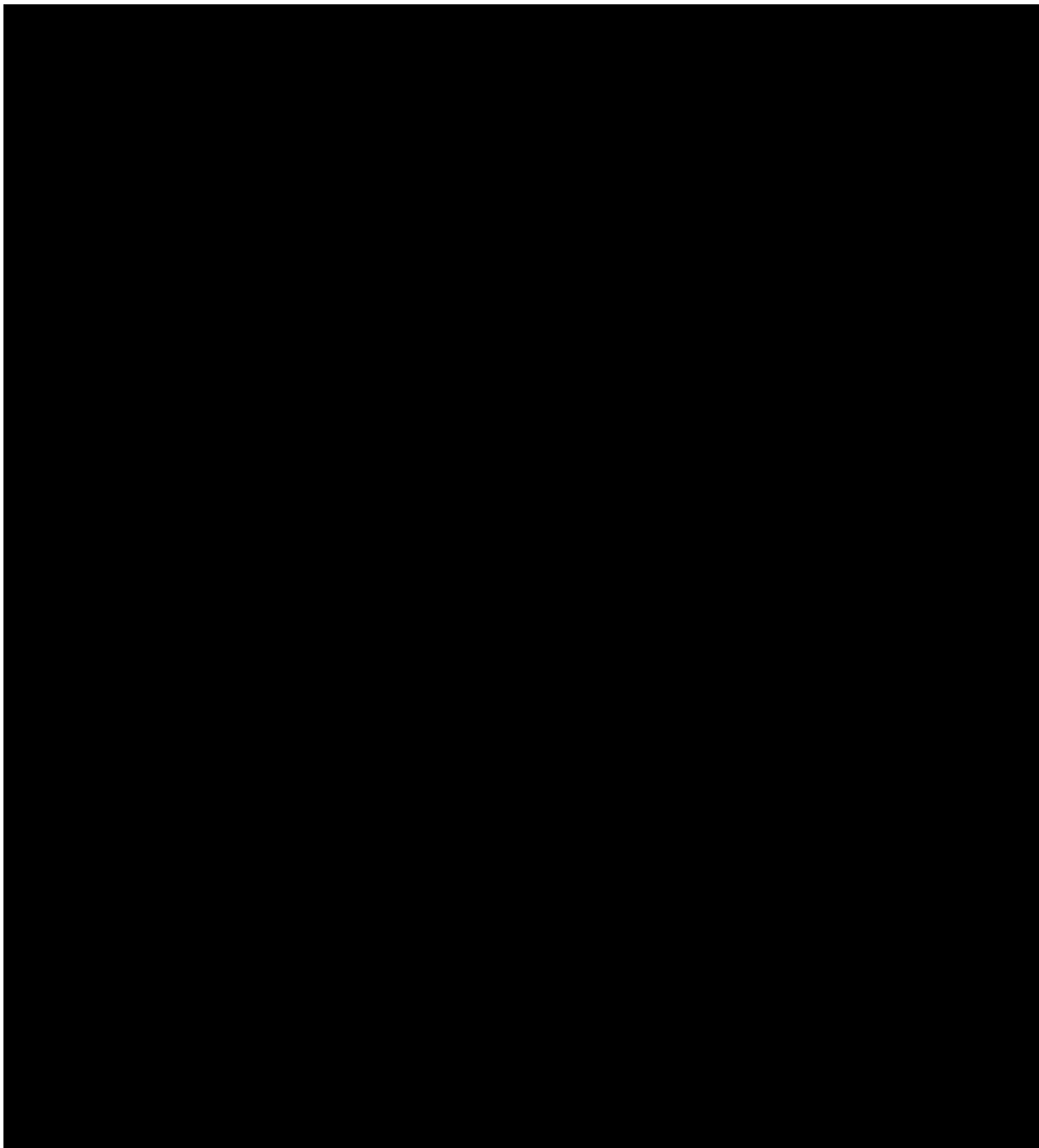
**ANEXO 13 – PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS – ADOTANTES DO  
USGAAP**



**ANEXO 14 – PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS – ADOTANTES  
DAS NORMAS LOCAIS (BRGAAP, RAS, AS, ASBE)**



**ANEXO 15 – PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS – MAIORES  
EMPRESAS**



## **ANEXO 16 – PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS – MENORES EMPRESAS**

